

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

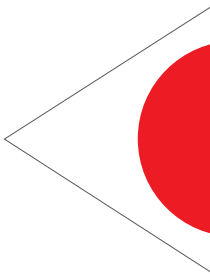
Vestígios da Imigração Japonesa no Brasil: Um Patrimônio Possível

bens tombados pelo Iphan entre 1985 a 2010

Simone Kimura

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Brasília
2013



SIMONE KIMURA

**Vestígios da Imigração Japonesa no Brasil: Um Patrimônio Possível
(bens tombados pelo Iphan entre 1985 a 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, História e Crítica

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Brasília
2013

SIMONE KIMURA

**Vestígios da Imigração Japonesa no Brasil: Um Patrimônio Possível
(bens tombados pelo Iphan entre 1985 a 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Elisabete de Almeida Medeiros (orientadora)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Celina Kuniyoshi
Faculdade de Ciência da Informação – Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Elane Ribeiro Peixoto
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de Brasília

Aprovada em: de março de 2013.

Para os meus pais **Rosa** e **Mario** (filhos de imigrantes japoneses).

● AGRADECIMENTOS

Há na escolha do objeto da pesquisa uma dimensão identitária inegável. Assim, gostaria de expressar imensa gratidão à minha família por todas as referências e os afetos que me foram oferecidos desde sempre, e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelos projetos, estudos e vivências que me foram proporcionados durante os diversos anos de trabalho na instituição.

E por tornar a dissertação possível, não poderia deixar de agradecer:

A minha orientadora Ana Elisabete de Almeida Medeiros, pela cuidadosa orientação e absoluta liberdade para o desenvolvimento da pesquisa.

Os professores da banca, Andrey Rosenthal Schlee e Celina Kuniyoshi, pelas importantes observações apontadas no exame de qualificação.

A extrema gentileza da Professora Celina, por deixar à minha disposição, livros raros de sua biblioteca.

A professora Elane Ribeiro Peixoto, pelas indicações bibliográficas dadas na elaboração do projeto de pesquisa, pela generosidade e entusiasmo dedicados às aulas e aos alunos.

Os amigos e servidores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, especialmente Hilário e Máira, pela fundamental ajuda na pesquisa dos arquivos institucionais no Rio de Janeiro e Brasília, respectivamente; e Flávia Brito do Nascimento, pela prontidão em enviar os documentos digitais produzidos pela Superintendência do Iphan de São Paulo.

O Instituto Brasileiro de Museus, pela licença concedida para finalização da escrita e preparo da defesa. Os amigos do Ibram pela companhia e incentivo, e especialmente, Cinthia, Flávia e Rafaela pela ajuda com a redação do *abstract*.

A Secretaria do Programa de Pós-Graduação da FAU-UnB.

E finalmente, Rosangela, Cícero, Geórgia e Mateus, pela leitura atenta das versões preliminares e pelas indispensáveis sugestões indicadas para o texto final.

**Vestígios da Imigração Japonesa no Brasil: Um Patrimônio Possível
(bens tombados pelo Iphan entre 1985 a 2010)**

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o percurso dos imigrantes japoneses até o Brasil e as referências utilizadas pela Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e depois pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a escolha dos objetos tombados, ligados à imigração japonesa no Estado de São Paulo. Para tanto, foram estudados os contextos dos movimentos migratórios que proporcionaram a chegada dos japoneses ao Brasil nos primeiros anos do século XX, bem como a implantação dos modelos considerados “patrimônios nacionais”, no Japão e no Brasil, com suas semelhanças e diferenças. Pode-se dizer que a inclusão dos bens construídos pelos imigrantes japoneses ao quadro dos bens tombados foi relativamente tardia, e que dois “tempos” podem ser claramente identificados: aquele em que o tombamento se justifica pelo valor excepcional de um monumento (que é o caso do Casarão do Chá, localizado na área rural de Mogi das Cruzes), e outro, a partir da ampliação do universo de trabalho do Iphan, com a apreensão do conceito da “paisagem cultural”, que vincula a cultura imaterial e material dos imigrantes ao território (tendo como caso exemplar a indicação para o tombamento de um conjunto de bens no Vale do Ribeira).

Palavras-chave: imigração japonesa no Brasil, patrimônio nacional, Casarão do Chá, paisagem cultural, Vale do Ribeira.

Traces of the Japanese Immigration in Brazil:

A possible heritage (the cultural properties recognized by Iphan from 1985 to 2010)

ABSTRACT

This research aims to examine the journey of Japanese immigrants to Brazil and the references used by the Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) and later by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) to choose the cultural properties protected as Brazilian heritage, related to Japanese immigration in the State of São Paulo. It investigates the contexts of migration, which afforded the arrival of Japanese to Brazil in the early years of the twentieth century, and the deployment of the models considered "national heritage", in Japan and Brazil, their similarities and differences. The inclusion of cultural properties built by Japanese immigrants as Brazilian heritage is considered relatively late, and there can be clearly identified two "moments": in the first one, the registration is justified by the exceptional value of such monument (for example, Casarão do Chá, situated in a rural area of Mogi das Cruzes); in the second one, which comes from the expansion of the meaning of cultural properties by the grasping of the concept of "cultural landscape" that binds the material and immaterial culture of immigrants to the territory (as an example, there is the indication of federal protection to Vale do Ribeira).

Keywords: Japanese immigration in Brazil, national heritage, Casarão do Chá, cultural landscape, Vale do Ribeira.

● SUMÁRIO

Lista de siglas	8
Introdução	9
Capítulo 1 Japão: da ancestralidade à Era Meiji	12
1.1 O mito de origem	
1.2 Para além do mito	
1.3 O emblemático Grande Santuário de Ise	
1.4 Patrimônio arquitetônico japonês	
1.5 A Restauração Meiji e a política de emigração	
Capítulo 2 O projeto para uma nação brasileira	43
2.1 O eugenismo: procura-se um Brasil mais branco	
2.2 Imigração japonesa: um mal necessário	
2.3 A implantação das colônias japonesas em terras paulistas	
2.4 Os japoneses como uma ameaça ao Brasil	
2.5 A criação do SPHAN: por um patrimônio nacional	
Capítulo 3 Arquitetura dos imigrantes japoneses: um patrimônio possível	61
3.1 Novas matrizes e matizes do patrimônio nacional	
3.2 O tombamento do Casarão do Chá e o valor excepcional	
3.3 O reconhecimento dos bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira	
3.4 Outras atuações do Iphan no Vale do Ribeira	
3.5 O patrimônio dos imigrantes: da “excepcionalidade” à paisagem cultural	
Considerações Finais	106
Referências Bibliográficas	109

● LISTA DE SIGLAS

CIAM: Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna)

CNRC: Centro Nacional de Referência Cultural

Condephaat: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

DTC: Diretoria de Tombamento e Conservação

IBPC: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

Icomos: International Council of Monuments and Sites

ICCROM: International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

Iphan: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

KKKK: Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha

Sphan: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sphan: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Sphan: Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Unesco: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

● INTRODUÇÃO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹ reconheceu quinze bens relacionados à cultura dos imigrantes japoneses no Brasil, todos localizados no Estado de São Paulo. O primeiro bem tombado como patrimônio nacional foi o Casarão do Chá de Mogi das Cruzes em 1985. E em 2010, ocorreu o tombamento das primeiras mudas de chá trazidas ao país e de treze edificações situadas na região do Vale do Ribeira, nos municípios de Registro e Iguape. Assim, surgiu o interesse em compreender quais foram as referências utilizadas pelo Iphan para valorizar e proteger os bens de uma comunidade que, inicialmente, não “se reconhecera” como brasileira, e tampouco, era considerada como tal, pelos brasileiros.

Considerados “indesejáveis” desde o início das discussões sobre o tipo de imigrante que poderia substituir os europeus, nas lavouras de café, no início do século XX. Mais tarde, no período da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes japoneses passaram a ser considerados, também, elementos perigosos e uma ameaça aos nacionais. Essa situação marcou uma construção discursiva, pelo governo brasileiro – de amplo apelo popular – de oposição e até xenofobia em relação aos imigrantes ligados aos países do Eixo. Neste sentido, como e por que a arquitetura dos imigrantes japoneses se torna um patrimônio possível no Brasil?

O presente estudo dedica-se à identificação do percurso desses bens incluídos na categoria de “patrimônio nacional”, mas, que passam a ser reconhecidos oficialmente, apenas, em uma segunda fase da instituição, na época chamada de Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Para tanto, são analisados dois processos de tombamento: o do Casarão do Chá e o dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira. Antecedendo a análise propriamente dita dos tombamentos, são tratados os contextos dos movimentos migratórios que proporcionaram a chegada dos japoneses ao Brasil nos primeiros anos do século XX, bem como os caminhos de instituição dos próprios modelos considerados “patrimônios nacionais”, tanto no Japão quanto – e especialmente – no Brasil, com suas semelhanças e diferenças.

¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve diversas denominações ao longo de sua história:

- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1946)
- Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946-1970)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970-1979)
- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1977-1981)
- Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1981-1985)
- Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1985-1990)
- Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990-1994)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1994)

O capítulo 1 trata do país de origem dos imigrantes japoneses. A abordagem sobre a ancestralidade nipônica fez-se necessária para se compreender a elevação do poder imperial e seu significado para o projeto nacionalista instaurado com a Restauração Meiji a partir de 1868. Dentre as ações desse projeto estavam: a constituição e legalização da proteção do patrimônio arquitetônico no país, com distinção para a notável influência ocidental e a política de emigração implementada pelo governo japonês, que teve reflexos diretos para o Brasil. O Santuário de Ise, considerado o “protótipo da arquitetura japonesa”, é abordado a partir dos princípios do arquiteto japonês Kenzo Tange.

O capítulo 2 discorre sobre aspectos ligados ao projeto de construção da nação brasileira, especialmente a partir da consolidação da República. Considerou-se relevante destacar a teoria eugenista e o planejamento de se “branquear” o Brasil com a exclusão dos ex-escravos e índios e as intenções de trazer ao país os imigrantes europeus, na busca de construção de uma “nova civilização”. A partir das dificuldades apresentadas pela imigração européia (principalmente dos italianos que não concordaram com o tratamento recebido no Brasil e alemães, que se isolaram em colônias) e a extrema carência de mão-de-obra nas fazendas de café paulistas, num momento em que o modo de produção na agricultura buscava soluções mais apropriadas ao aperfeiçoamento do nascente capitalismo, o Brasil “viu-se obrigado” a optar pela imigração de japoneses, iniciada formalmente em 1908, com a chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos. Apesar das dificuldades de adaptação, muitos imigrantes japoneses se fixaram no Brasil, e foram posteriormente perseguidos pelo governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo. No mesmo período o Governo estabelecia a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), destinado à identificação e à preservação do chamado “patrimônio histórico e artístico nacional”. Serão abordadas as intenções de se criar uma agência de preservação no país, presentes nas ações de acautelamento na chamada “fase heróica”, período dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade que vai da criação em 1937 até sua aposentadoria em 1967.

O capítulo 3 aborda a abertura dos domínios do patrimônio no Brasil e a inclusão da arquitetura produzida pelos imigrantes japoneses nos livros de tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Serão analisados os processos de tombamento dos bens protegidos em nível federal no Estado de São Paulo. Deve-se aclarar que não serão tratadas aqui as edificações e seus detalhes mínimos, e sim, as referências utilizadas pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e depois pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a escolha dos objetos protegidos, que foram divididos em dois momentos. No primeiro, que tem como caso exemplar e pioneiro o processo de tombamento do Casarão do

Chá, a partir do estudo de Celina Kuniyoshi e Walter Pires, produzido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), para o tombamento do bem em nível estadual. O Casarão do Chá foi construído originalmente como fábrica de beneficiamento de chá pelo carpinteiro Kazuo Hanoka na década de 1940. A utilização de elementos arquitetônicos que remetem a templos e castelos japoneses fez com que a proteção federal fosse justificada pelo caráter da excepcionalidade. No segundo, após uma ampliação do universo de trabalho do Iphan, tem como caso exemplar o tombamento de um conjunto de bens no Vale do Ribeira, motivado por estudos da Superintendência do Iphan de São Paulo sobre a paisagem cultural, atrelada aos vestígios materiais e imateriais dos imigrantes na região.

● **CAPÍTULO 1** JAPÃO: DA ANCESTRALIDADE À ERA MEIJI

É difícil encontrar alguém satisfeito com seu próprio tempo, mormente nos dias de hoje, em que circunstâncias especiais – só a reforma Meiji trouxe mudanças equivalentes às dos últimos trezentos ou quinhentos anos – levam nosso país a progredir com estonteante rapidez.²

1.1. O mito de origem

A publicação “Registros de Assuntos Antigos” do ano de 712³ apresenta a origem do Japão a partir da criação mitológica. De acordo com a historiadora Célia Sakurai⁴, o mito não compreende apenas a origem do povo e do território japonês, mas elucida questões como “a hierarquia entre os sexos com base na ordem social, a dependência humana dos frutos da terra, a separação entre vivos e mortos, o motivo de haver tantas mortes seguidas de tantos nascimentos, o relevo do país, os astros, os desastres naturais, a vaidade das mulheres [...]”.

Segundo as narrativas do século VIII reproduzidas por Sakurai, o deus Izanagi e a deusa Izanami foram incumbidos de criar o mundo. De seu casamento, nasceram os filhos, que são as ilhas japonesas, suas riquezas naturais, e os seres humanos. O último filho do casal, o deus do fogo, queimou fatalmente sua mãe. Inconformado, Izanagi foi ao reino das trevas a procura da esposa, mas depois de muitos percalços, acabou fugindo. No retorno ao reino da luz, Izanagi resolveu tomar um banho na ilha de Kyushu para se limpar e se libertar de tudo que ocorreu nas trevas, o mundo dos mortos. A água que escorreu de seu corpo após o banho deu origem a outros deuses. Da gota que partiu de seu olho esquerdo, nasceu Amaterasu, a deusa do sol, que será a responsável pelos símbolos do Japão.

Certo dia, Amaterasu recebeu em seu reino a visita do irmão Susano, deus da tempestade, que destruía tudo por onde passava. Aborrecida, Amaterasu decidiu expulsá-lo e depois, resolveu fugir para uma caverna. Sua reclusão terminou por ocasionar o desaparecimento do sol. Diante da completa escuridão no mundo, oito milhões de deuses se reuniram para convencê-la a sair de dentro da caverna.

Como parte de um plano, os deuses decidiram colocar um espelho na entrada da caverna. Contaram à Amaterasu que havia entre eles, uma divindade mais bonita do que ela. Ressentida e curiosa, ela resolveu conhecer a rival. Ao sair, foi surpreendida com sua própria imagem no espelho, e em seguida, tomada pelo braço por um dos deuses, que a tirou das proximidades da

² TANIZAKI, Junichiro. **Em louvor da sombra**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2007, p.59.

³ A escrita teria sido introduzida no Japão entre os séculos VI e VII d.C., através da utilização dos ideogramas chineses.

⁴ SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2008, pp.49-51

caverna, retornando assim, o sol ao mundo. Pelo feito, Amaterasu foi presenteadada com uma jóia e com a expulsão do irmão Susano do céu. Para se reconciliar com a irmã, o deus da tempestade ofereceu a ela uma espada encontrada dentro do dragão que havia matado na terra.

Os elementos da narrativa explicam os ritos e os objetos de grande carga simbólica ligada à divindade do imperador. Assim, o dia do solstício de inverno, 21 de dezembro, é comemorado no Japão como a saída de Amaterasu da caverna, quando a luz e o calor retornaram ao mundo. O espelho que refletira o rosto de Amaterasu, a espada que seu irmão Susano teria lhe dado e a jóia que recebera dos deuses são os emblemas da casa imperial japonesa com significados específicos. Esses objetos existem de fato, e ficam guardados em lugares distintos e de grande valor simbólico. O espelho, que representa a sabedoria, encontra-se no Grande Santuário de Ise, construído para reverenciar a divindade Amaterasu e considerado o local sagrado de maior importância no Japão. A espada, que representa a virtude do valor, encontra-se no templo de Atsuta, próximo à cidade de Nagoya, também dedicado à deusa. E a jóia, que representa a benevolência, fica guardada no Palácio Imperial de Tóquio.⁵

Em sua pesquisa intitulada “Estudo histórico no simbolismo religioso”, o antropólogo Koichi Mori⁶ aponta que a autoridade religiosa do imperador advém da ascendência de Amaterasu, a deusa do sol, e por isso, ele teria o controle sobre o sol. Para um povo essencialmente agrícola, o sol é de extrema importância para as boas colheitas. Com a implementação da técnica de irrigação para o cultivo do arroz, (cerca de 200 a.C.), o xinto primitivo⁷ deu um lugar também aos rituais agrícolas relacionados ao arroz, que é essencial à dieta alimentar japonesa até os dias de hoje. Segundo Mori, o reino de Yamato construído a partir desta crença conferiu autoridade religiosa ao imperador, tornando-o sacerdote chefe do Xintoísmo, que detinha o controle sobre o sol e a produção de arroz.

1.2. Para além do mito

Os “Registros de Assuntos Antigos” indicam o ano de 660 como o começo do reinado de Jimmu, que teria sido o primeiro imperador do Japão. Em 710 a cidade de Nara foi eleita como a primeira capital permanente do Japão. É também o primeiro centro urbano⁸ japonês.

⁵ SAKURAI, 2008, p.52

⁶ MORI, K. The emperor of Japan: a historical study in religious symbolism. *Japanese Journal of Religious Studies*, ano 6, n. 04, 1979, p. 522-565. Disponível em: <http://nirc.nanzan-u.ac.jp/nfile/2197>. Último acesso em: 15 de janeiro de 2013, 13:50:20

⁷ Religiosidade ligada ao animismo ou à crença em espíritos. (MORI, 1979, p.527)

⁸ SAKURAI, 2008, p.74

Seus palácios e templos foram edificadas com técnicas construtivas e de douramento encontrados em Xiang (capital da dinastia Tang chinesa). Em 794, final da era Nara, a capital é transferida para Heian¹⁰, que também é construída a partir de modelos arquitetônicos tradicionais da cultura da China. Entretanto, na era Heian as referências chinesas e coreanas passaram a ter menor influência na produção cultural do Japão. Houve de fato, um esforço e um refinamento para que a arte e o artesanato tivessem características próprias.

Politicamente, o período Heian foi marcado pelo poder da família de nobres, de sobrenome Fujiwara, que não tinha parentesco com a família imperial, mas que detinha o cargo de regência. Do descontentamento generalizado com o domínio dos Fujiwara, iniciou-se uma guerra civil, e na disputa por poderes locais e regionais, travou-se o duelo de dois clãs: os Taira e os Minamoto. O vencedor final foi Yorimoto Minamoto, que passou a governar o Japão com um exército de samurais e honrarias militares de grande guerreiro, sob o título de Xogum, no ano de 1185. O imperador por sua vez, detinha o poder simbólico do Japão. O título tornou-se hereditário da família de Minamoto. Porém, após a morte de Yorimoto em 1199, elegeu-se um regente, e o controle passou a ser exercido efetivamente pela família Hojo, que permaneceu no poder até 1333.

Seguem-se fases de grande tensão entre os poderes imperial e militar. No século XVI, com os sinais generalizados dos desgastes provocados por guerras civis, a autoridade do Xogum praticamente não existia mais. Diante de tal situação, as forças militares se juntaram à figura do imperador para a construção de uma unidade para o Japão com o estabelecimento de outra hierarquia de poder e um comando central.

Esse período de reunificação do Japão teve a figura importante do senhor feudal, Oda Nobunaga, que expandiu suas terras e foi acolhido pela família imperial por conseguir o retorno de alguns tributos que o imperador havia perdido. Após sua morte, a missão de expandir os domínios para o oeste passou ao samurai Toyotomi Hideyoshi, que recebeu o título de ministro do imperador. Hideyoshi tinha projetos de expansão do comércio e de ampliação das fronteiras japonesas. Foi sob o seu comando que se iniciou a expulsão dos católicos¹¹ do Japão, com o intuito de exterminar a presença européia no país, assim como os valores ocidentais e a fé em um único Deus, redentor e criador.

Após a morte de Hideyoshi e de alguns impasses pela sua sucessão, o comando passou para Ieyasu Tokugawa. Em 1603, o imperador concedeu a ele, o título de Xogum. O xogunato

¹⁰ Posteriormente, o nome foi alterado para Kyoto

¹¹ O catolicismo chegou ao sul do Japão por meio da Companhia de Jesus em meados do século XVI. Os jesuítas conseguiram converter muitos japoneses, sendo que em 1582 havia 150 mil católicos e 200 igrejas no país. (SAKURAI, 2008, p.107)

permaneceu na linhagem de Tokugawa por mais de dois séculos, quando se inicia o período moderno.

Para a antropóloga Ruth Benedict, em toda sua história escrita, o Japão, apresentou as castas como ordenadoras das relações - os estratos e a posição social do indivíduo eram determinados por herança. Entretanto, Benedict afirma que são os Tokugawa que consolidam e regularizam este sistema:

As roupas que podia usar, os alimentos que tinha permissão de comprar e o tipo de casa em que podia legalmente morar eram regulamentados de acordo com a categoria herdada. Abaixo da Família Imperial e dos nobres da corte, havia quatro castas japonesas, em ordem hierárquica: os guerreiros (samurais), os fazendeiros, os artesãos e os comerciantes. Ainda abaixo destes, estavam os párias. Os mais numerosos e famosos eram os Eta, trabalhadores em ofícios proscritos. Eram varredores, sepultadores dos executados, esfoladores de animais mortos e curtidores de peles.¹²

A hegemonia Tokugawa foi mantida por 264 anos através de forte repressão armada e econômica¹³. O imperador continuou na capital Kyoto exercendo a função de liderança simbólica, enquanto o governo de fato cabia ao Xogum na cidade de Edo.

Com o crescimento urbano, o comércio se efetivou nas cidades, gerando divisas e a necessidade de produzir e circular as mercadorias internamente. Os comerciantes ascendem socialmente, e uma nova hierarquia se estabeleceu, com a classe mercantil logo abaixo de nobres e samurais.

As relações com o mundo externo não eram desejáveis, chegando ao ponto de os comerciantes estrangeiros serem banidos do Japão. Houve perseguições rigorosas também aos praticantes da religião católica. O confucionismo ganha forças pelos seus preceitos de elevar a obediência, que era positivo à manutenção do xogunato. O xintoísmo é novamente valorizado por relacionar-se à identidade do país, e o budismo, embora sem a importância política de outros períodos, era tolerado por se contrapor ao catolicismo ocidental.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura do Japão, que se assemelhava de certo modo ao feudalismo europeu, não resistiu às pressões da revolução comercial e do crescimento dos centros urbanos. O país então se defrontou com a necessidade de abertura, frente ao fortalecimento do capitalismo e às mudanças no cenário mundial. A derrocada do xogunato foi iniciada pela invasão do almirante norte-americano Perry aos domínios japoneses. A consequência foi um processo de instauração de ideais nacionalistas, de abertura do país ao Ocidente e de retomada do prestígio do imperador. Iniciou-se o processo de institucionalização

¹² BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009, p.57.

¹³ SAKURAI, 2008, p.113

do capitalismo, não por meio de revoluções burguesas, mas através de uma existente estrutura “aristocrático-burocrática”¹⁴.

A inexpressão política do imperador se contrapunha à sua importância como símbolo religioso, que permaneceu na memória da população japonesa.¹⁵ A figura do imperador Mitsu-Hito Meiji tornou-se um elemento de grande valor ao estabelecimento do Japão como uma nação moderna. A era Meiji, iniciada em 1868, foi consagrada com um rito xintoísta, em oposição ao budismo do antigo regime do xogunato¹⁶. Edo passou a ser chamada de Tóquio, centralizando as atividades administrativas do Estado, representando a modernidade de um novo Japão.



Mapa das capitais japonesas
Fonte: KIMURA (2012)¹⁷

¹⁴ HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1982, p.163.

¹⁵ MORI, 1979, p. 527.

¹⁶ NAKAGAWA, Hisayasu. **Introdução à cultura japonesa – ensaio de antropologia recíproca**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2008, p.32.

¹⁷ Desenho produzidos a partir da cartografia disponível no site Google: <http://maps.google.com.br/>

Para Ruth Benedict¹⁸, o Estado considerou em seu domínio um culto que preservava especificamente os símbolos da unidade e superioridades nacionais e quanto ao resto, concedeu ao indivíduo a liberdade de culto. Adotou o Xinto de Estado, que não era considerado propriamente uma religião, e sim uma instituição oficial, sendo inclusive, ensinado nas escolas. As crianças aprendiam a história do Japão a partir das divindades e a veneração ao Imperador. O modelo como se empreendeu o nacionalismo no Japão é nominado por Benedict Anderson¹⁹ como “oficial”, por combinar a naturalização e a manutenção do poder dinástico.

1.3. O emblemático Grande Santuário de Ise

De acordo com Mori²¹, no Código Taiho de 701 - que estabeleceu uma reorganização administrativa ao país - os rituais da família imperial foram institucionalizados como assuntos de Estado, e os principais santuários em todo o país foram colocados sob o controle direto da corte imperial. Mais especificamente, foram organizados hierarquicamente sob o Grande Santuário de Ise, chamado Jingu, que é dedicado a deusa do sol Amaterasu, como ancestral da linhagem imperial.

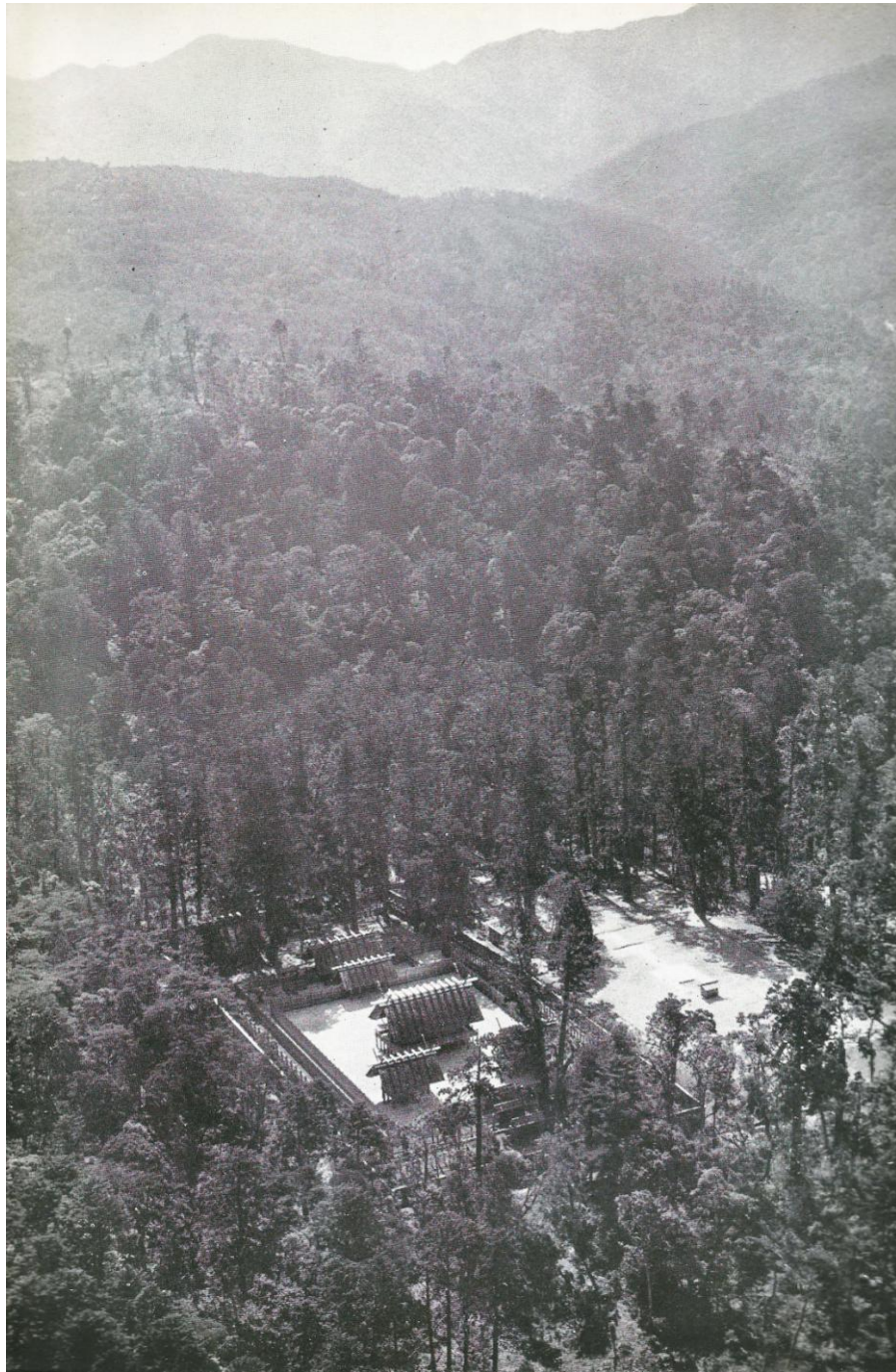
O santuário é composto por uma centena de templos xintoístas. Está localizado no centro da cidade de Ise, na província de Mie. Segundo as informações de seu site oficial²², Jingu é formado por Naiku e Geku.

¹⁸ BENEDICT, 2009, p.78

¹⁹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2011, p.133

²¹ MORI, 1979, p. 526

²² <http://www.isejingu.or.jp/english/index.htm>. Último acesso em 20 de janeiro de 2013, às 00:03:00.



Implantação de Naiku

Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.12

Naiku possui um conjunto de 91 templos, onde é adorada Amaterasu, a ancestral da Família Imperial e deusa tutelar do povo japonês. Conta-se que os primeiros imperadores reverenciavam Amaterasu no interior do palácio imperial. Entretanto, o imperador Suinin, ordenou à Princesa Yamatohime no Mikoto, que encontrasse um local mais adequado para as cerimônias dedicadas à Amaterasu. A princesa, ao passar pela região de Ise, teria escutado Amaterasu dizer que gostaria de viver eternamente naquele lugar. Assim, o imperador ordenou a

construção de um santuário em homenagem à Amaterasu. A fundação de Naiku ocorreu há aproximadamente 2.000 anos.

Geku surgiu há cerca de 1.500 anos, motivado por um sonho que o imperador Yuryaku tivera com Amaterasu - a deusa teria revelado a ele, sua incapacidade de garantir seu alimento, solicitando a presença de Toyouke, a divindade dos alimentos, roupas e abrigo. Impressionado com o sonho, o imperador ordenou a construção de um grandioso espaço destinado a Toyouke, dando início a Geku, que possui hoje um conjunto de 32 templos.



Implantação de Geku
Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.128

Sengu Shikinen

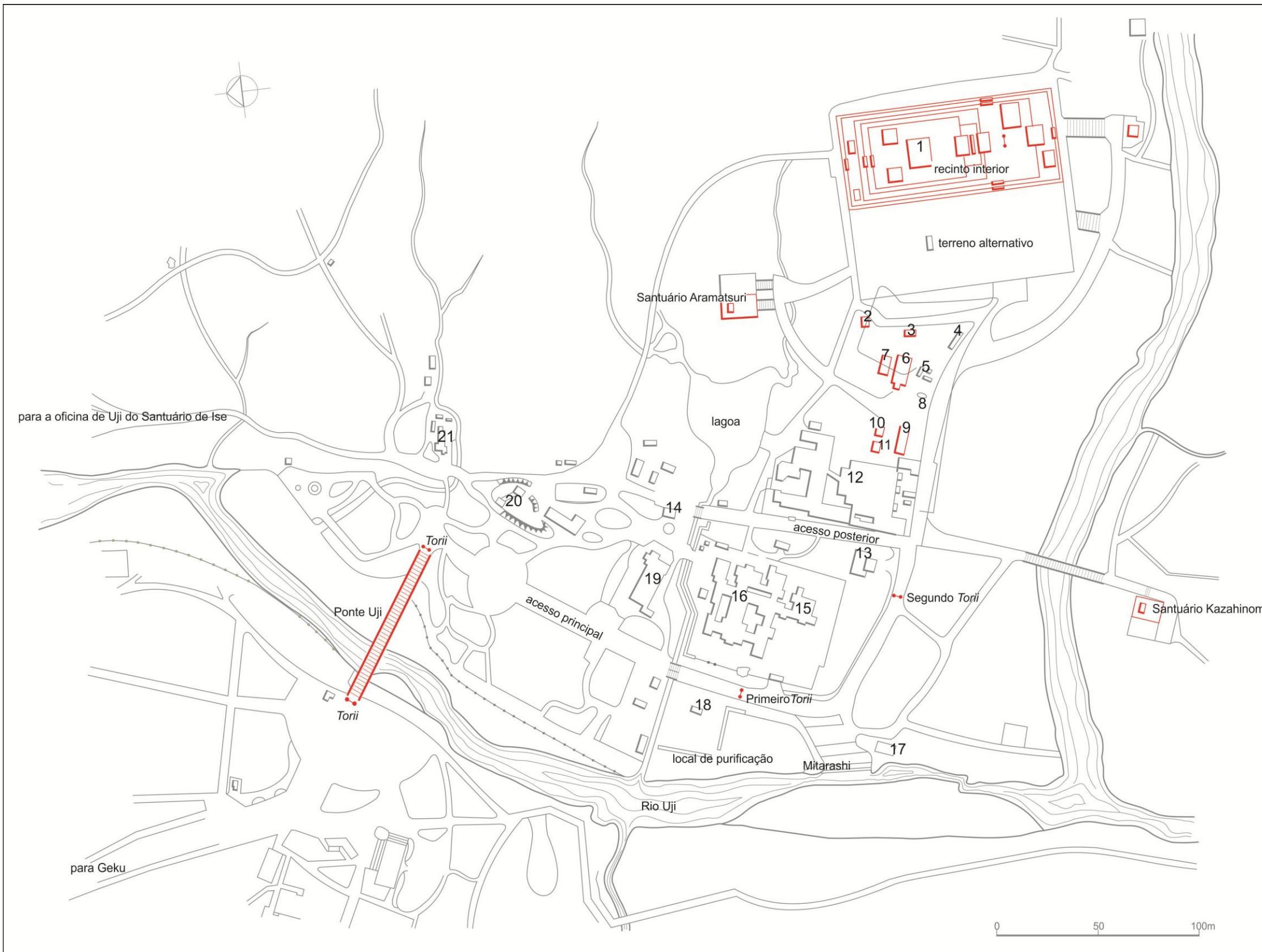
Em um local de mesmo tamanho, contíguo aos edifícios principais de Naiku e Geku, novas edificações de formas idênticas às existentes, são refeitas a cada 20 anos. A reconstrução de parte do conjunto de Naiku e Geku ocorre no momento da cerimônia *Sengu Shikinen*. Trata-se de um ritual xintoísta com o sentido de fim e renascimento, e também de culto aos antepassados

que consagraram Amaterasu em Ise. Aproveita-se para orar por uma vida longa ao Imperador, pela paz no Japão e resto do mundo. A cerimônia também contém o sentido de preservação da cultura japonesa através da transmissão das técnicas tradicionais de construção.

Outros rituais precedem o *Sengu Shikinen*, como o corte dos ciprestes da floresta sagrada no entorno do santuário, o transporte dos troncos, o erigir do primeiro pilar, a colocação da fechadura da porta sagrada, entre outros. Ao final da reconstrução, novas vestimentas sagradas e os tesouros são transportados para o novo edifício, por ocasião do *Sengyo*, a cerimônia de transferência. Os rituais ocorrem desde o fim do século 7 d.C, tendo sofrido interrupções em algumas ocasiões. A partir de 1926, um programa de reflorestamento foi iniciado, a fim de fornecer a madeira necessária para os próximos 200 anos.

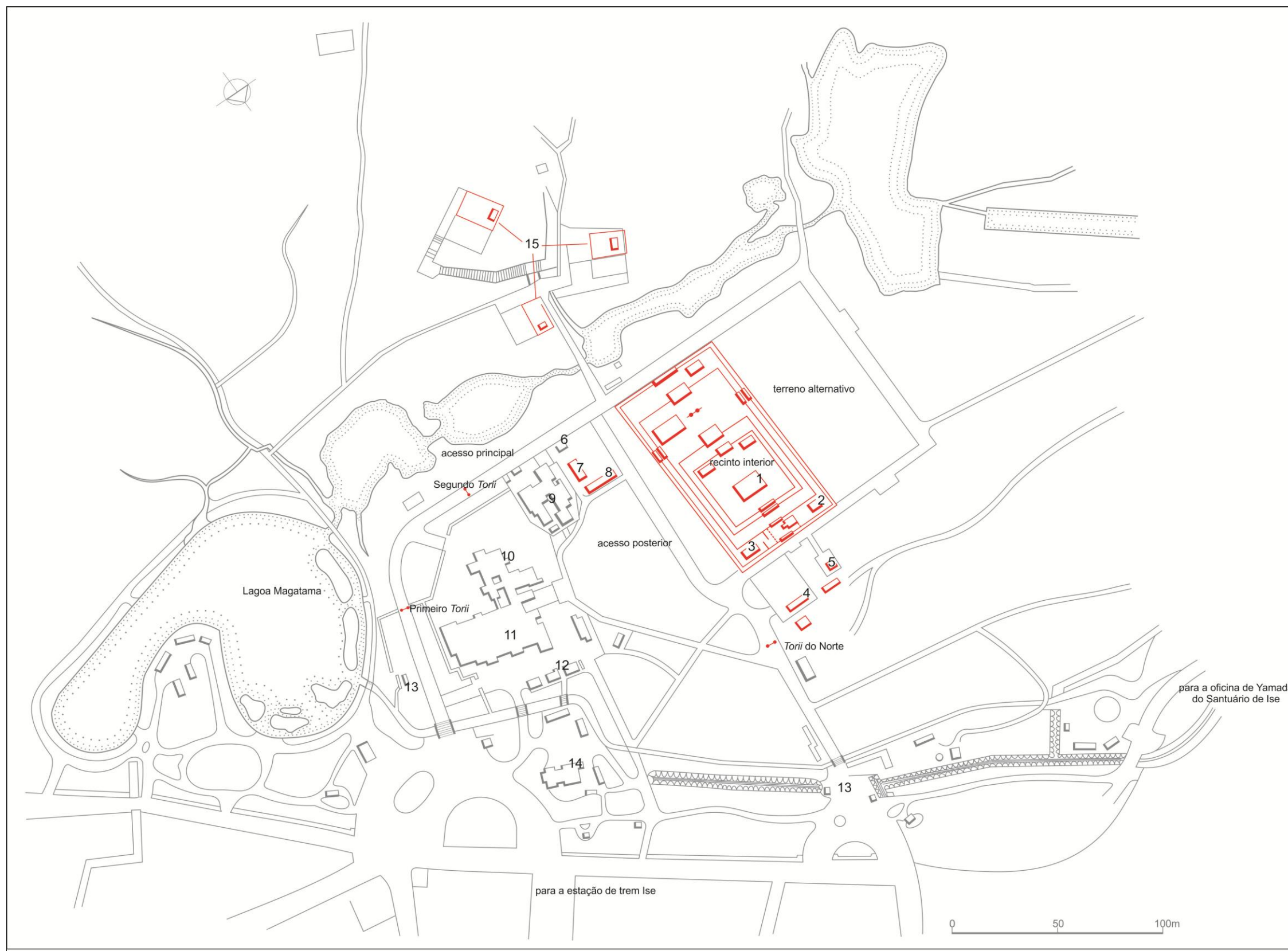


Portal da Ponte *Uji* – parte do conjunto de Naiku
Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.59



- LEGENDA:
1. Santuário principal
 2. Geheiden ("Sala do Tesouro")
 3. Mishine-no-Mikura ("Depósito do Arroz")
 4. Local para adorar o Santuário Aramatsuri de longe
 5. Local da Purificação
 6. Imibiyaden ("Cozinha Sagrada")
 7. Armazém para utensílios cerimoniais
 8. Santuário secundário (rochas): Miyanomeguri-no-kami
 9. Gojoden (sala para cerimônias menores)
 10. Yuki-no-Mikura (depósito)
 11. Misakadono ("Depósito de Vinho de Arroz")
 12. Kaguraden (salão para danças rituais)
 13. Estábulo interior
 14. Estábulo exterior
 15. Lugar de descanso para o Imperador em visitas ao Santuário
 16. Saguão da Purificação
 17. Santuário secundário (rochas): Takimatsuri-no-kami
 18. Bacia com água para purificação
 19. Sala de jantar
 20. Teatro Noh
 21. Quartel general da guarda.

Implantação de Naiku
 Os edifícios e estruturas impressas em vermelho são reconstruídos a cada 20 anos
 Desenho reproduzido a partir da publicação "Ise: Prototype of Japanese Architecture"
 Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.54



LEGENDA:

1. Santuário principal
2. Geheiden ("Sala do Tesouro")
3. Mikeden ("Sala para oferendas diárias")
4. Imibiyaden ("Cozinha Sagrada")
5. Misakadono ("Depósito de Vinho de Arroz")
6. Santuário secundário (rochas): Miyanomeguri-no-kami
7. Kujoden (sala para cerimônias menores)
8. Gojoden (sala para cerimônias menores)
9. Kaguraden (salão para danças rituais)
10. Lugar de descanso para o Imperador em visitas ao Santuário)
11. Saguão da Purificação
12. Depósitos
13. Bacia com água para purificação
14. Quartel general da guarda.
15. Santuários afiliados

Implantação de Geku
 Os edifícios e estruturas impressas em vermelho são reconstruídos a cada 20 anos
 Desenho reproduzido a partir da publicação "Ise: Prototype of Japanese Architecture"
 Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.56



Santuário principal de Geku
Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.142

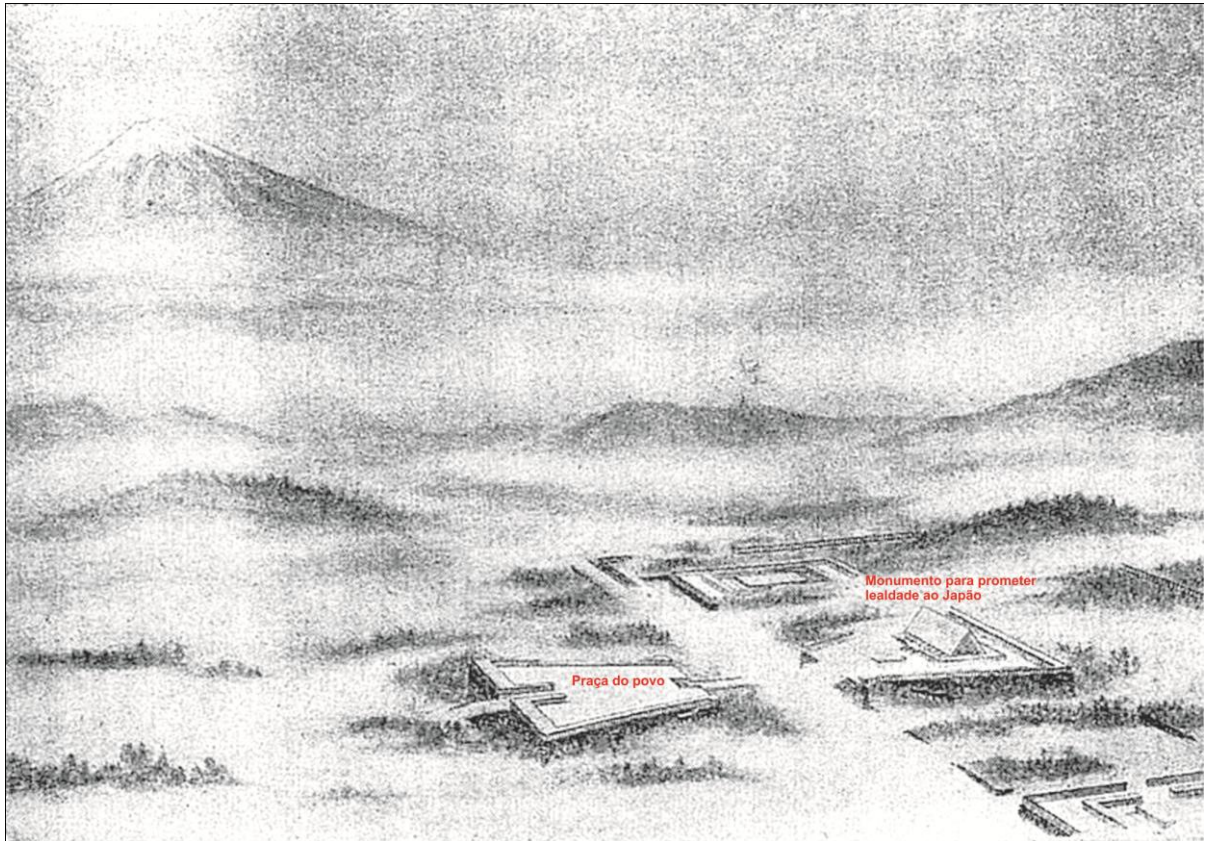
Além da importância dos simbolismos religiosos relacionados à divindade da família imperial, do Grande Santuário de Ise também é emblemático à história da arquitetura japonesa, representada particularmente pelo arquiteto Kenzo Tange, que segundo Rem Koolhaas e Hans Ulrich Obrist, foi o inventor da arquitetura moderna no Japão.

Koolhaas e Obrist²³ relatam que Tange tornou-se uma figura central no debate entre uma tradição puramente japonesa e do Estilo Internacional que chegavam do Ocidente e da União Soviética desde 1920. Em 1955, Tange publicou o ensaio "Como entender a arquitetura moderna no Japão hoje - para a criação da tradição". Inspirado pela tradição japonesa: em 1960, ele escreveu com Walter Gropius um livro sobre o Palácio Katsura do século 17, e em 1961, com o crítico de arquitetura, Noburo Kawazoe, ele escreveu um livro sobre o Grande Santuário Ise do século VII com as referências principais da história imperialista e xintoísta, respectivamente.

O Santuário de Ise inspirou Kenzo Tange no projeto vencedor de um concurso em 1942 "Greater East Asian Co-Prosperity Sphere Monument", referido por Koolhaas e Obrist como "nacionalismo sagrado", pois utiliza as referências formais dos templos de Ise na área sagrada do

²³ KOOLHAAS, Rem; OBRIST, Hans Ulrich. **Project Japan Metabolism Talks...** Cologne: Taschen, 2011, pp74-118.

monumento, dedicada a “prometer lealdade ao Japão”. Para os autores, Tange é suscetível à retórica imperialista.

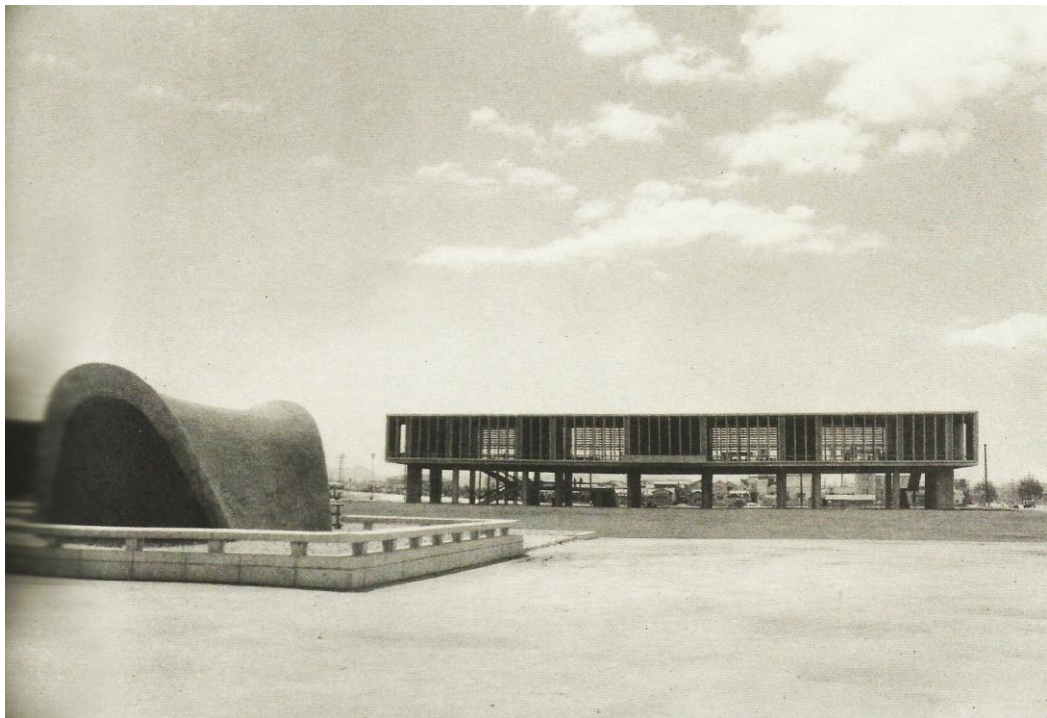


Greater East Asian Co-Prosperity Sphere Monument
Projeto de 1942: referência ao Grande Santuário de Ise e ao nacionalismo japonês
Fonte: KOOLHAAS; OBRIST, 2011, p.76

“Hiroshima Peace Monument Park Museum” construído após a destruição da cidade pelo bombardeio norte-americano, também inspirado no santuário, foi edificado sobre pilotis, mas sem o telhado inclinado dos templos de Ise. Tange explorava o tradicional como significado de inovação, e tanto para ele como para o movimento de vanguarda japonês *Metabolist*, não havia contradição no estudo simultâneo de tradição e modernismo.



Santuário principal de Naiku
Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.111



Hiroshima Peace Monument Park Museum
Referência aos pilótis de Ise
Fonte: Fonte: KOOLHAAS; OBRIST, 2011, p.115

O livro de Tange e Kawazoe “Ise: Prototype of Japanese Architecture” apresenta um grandioso ensaio fotográfico feito pelo especialista em imagens de arquitetura, Yoshio Watanabe. A Tange fora dada a permissão para a entrada no Grande Santuário de Ise, incluindo os lugares mais sagrados que são proibidos ao público. O arquiteto esteve em Ise pouco tempo depois da cerimônia de reconstrução de 1953, e novamente em 1960. No livro, Tange e Kawazoe relatam a experiência das visitas, com descrições detalhadas das formas, proporções, detalhes construtivos, o uso de materiais naturais e a harmonia com o ambiente que puderam ser descobertos no santuário. O conjunto sagrado de Ise significa para os autores, a primeira conquista para a arquitetura do povo japonês.

Os edifícios, assim como sua implantação, sua forma e seu espaço, comoveram-me profundamente. Simples, próximos à ingenuidade, eles, no entanto, possuem um estilo altamente refinado. Sua origem em tempos remotos estampou sobre eles um vigor elementar, pois eles combinam com esta disciplina atemporal estética. São raros os casos na arquitetura em que o vital e a estética são tão bem equilibrado como aqui.²⁴



Recinto interior de Naiku

Fonte: TANGE; KAWAZOE, 1965, p.92

²⁴ Tradução da autora.

Trecho original:

The buildings, their placement, and their form and space, moved me deeply. Plain to the point of artlessness, they nevertheless possess a highly refined style. Their origin in remote times has stamped on them an elementary vigor; they combine with this timeless aesthetic discipline. Seldom is an architecture created in which the vital and the aesthetic are as well balanced as here.

In: TANGE, Kenzo; KAWAZOE, Noburu. **Ise – Prototype of Japanese Architecture**. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press, 1965, p.14

Tange e Kawazoe afirmam que no transcorrer da história da arquitetura japonesa, que se estende por mais de um milênio, não se identificou nenhum avanço para além das formas encontradas em Ise. Consideram que todo o curso da arquitetura japonesa iniciou em Ise, onde é possível na construção do santuário, o uso de materiais naturais e a naturalidade formal, a sensibilidade à proporção estrutural, o sentimento para a composição dos espaços, e particularmente a tradição de conciliar de forma harmônica, a arquitetura com a natureza.

Considerado como “protótipo da arquitetura japonesa”, o Santuário de Ise também foi reverenciado por Bruno Taut, que teria declarando que, juntamente com o Parthenon, representa o pico na história da arquitetura mundial. E também por Walter Gropius. Conta-se que ele ficou admirado pela harmonia com a natureza encontrada lá. Mais tarde, quando revisitou o Parthenon, teria feito uma comparação “entre uma atitude animista de adaptação e disposto a absorção na natureza e uma atitude heróica de enfrentar e conquistar”²⁵.

1.4. Patrimônio arquitetônico japonês

Como em muitos países do ocidente, a noção de patrimônio no Japão, também foi instituída como parte de uma política nacionalista adotada no século XIX. O estado em formação, saído do isolamento e de uma realidade feudal estruturada em castas ordenadoras das relações sociais, econômicas e políticas, precisou delimitar e assegurar suas fronteiras. Além de afirmar uma unidade étnica e religiosa e unificar a língua em todo território, para assim constituir uma nação exemplar.

A coesão almejada deveria ser alcançada, ainda que fosse preciso estimular a saída dos indesejáveis: muitos camponeses e párias²⁶ migraram para outros lugares, incluindo o Brasil. Os que permaneceram, puderam ver o Japão se modernizar, colocando-se à disposição do país. Para o historiador Eric Hobsbawn²⁷, a prontidão como as pessoas se identificavam emocionalmente com suas nações era a base de todos os nacionalismos. E tal prontidão poderia ser, inclusive, utilizada politicamente. Como foi no Japão.

Embora atento aos contextos europeus, é bastante oportuno utilizar o pensamento de Dominique Poulot para refletir sobre esta relação emocional das pessoas para com a nação:

²⁵ Ibidem, p.18

²⁶ Segundo Ruth Benedict (2009, p.57), o Japão era formado por castas: abaixo da Família Imperial e dos nobres da corte, situavam-se os samurais, fazendeiros, artesãos e comerciantes e no último estrato, os párias (trabalhadores de ofícios proscritos, como varredores, sepultadores dos executados, esfoladores de animais mortos e curtidores de peles).

²⁷ HOBSEBAWN, Eric. **Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2011, p.228.

A nação torna-se a encarnação por excelência da patrimonialidade, absorvendo, por assim dizer, no seu princípio, toda a recepção dos objetos culturais do passado. A apropriação se dá na forma de uma comunidade imaginária, e a proteção do patrimônio é geralmente acompanhada da crença em um progresso.²⁸

Poulot também faz menção à metáfora da herança, relacionada ao atributo da soberania, que confere um sentido ao patrimônio, desejável aos estados nacionais. O patrimônio então pode ser entendido como um instrumento político, que para o autor, depende de uma vontade política, cuja finalidade “consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica”²⁹

Para Anderson³⁰, a monarquia centralizada em uma única dinastia e sua identidade japonesa facilitava o uso da figura do imperador para os fins oficiais nacionalistas. A divindade da família imperial cultuada desde épocas remotas foi reavivada para atribuir significados ao patrimônio que estava por se constituir.

A idéia da ancestralidade mítica, utilizada para dar legitimidade ao trono imperial, já existia e era tão fortemente inculcada à formação cultural dos japoneses, que pesquisas arqueológicas e estudos sobre a pré-história japonesa só foram popularizados a partir da década de 1960.³¹

Stuart Hall relaciona a cultura nacional a um aparato discursivo, capaz de construir sentidos que podem estar contidos nas narrativas sobre a nação, nas memórias que interligam presente e passado e também nas imagens que se formam a partir delas. O autor relaciona os cinco principais elementos do discurso nacionalista³²:

- 1) a narrativa da nação, que é a maneira como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular.
- 2) a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade.
- 3) a estratégia das tradições inventadas, conceito de Hobsbawn e Ranger³³ em “A Invenção das Tradições”, definido por “um conjunto de práticas [...], de natureza ritual e

²⁸ Um Ecosistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p.30

²⁹ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo (SP): Estação Liberdade, 2009, p.12.

³⁰ ANDERSON, 2011, p.143

³¹ SAKURAI, 2008, p.67.

³² HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2006, pp.51-53.

³³ HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p.9.

simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

4) o mito fundacional, uma história que fixa a origem da nação, do seu povo e sua marca nacional em um passado tão remoto, que eles acabam por se perder em um tempo mítico.

5) a idéia de povo puro e original

Parafraseando Benedict Anderson, a comunidade imaginada pelo ideário do nacionalismo japonês apresenta todos os elementos do discurso descritos por Hall. A narrativa da nação contada nos escritos “Registros de Assuntos Antigos” já citados anteriormente, foi eternizada através da transmissão da noção de um mito intemporal, que deu origem às terras japonesas e ao seu soberano. Somam-se ainda as tradições que foram inventadas em torno da família imperial – vide o exemplo do Grande Santuário de Ise. E em certo momento, acreditou-se na pureza do povo japonês, tamanho era o isolamento do Japão, ainda que fosse necessário apartar as diferenças visíveis³⁴.

Takeshi Fujitani³⁵ observa que o governo japonês inventou, reviveu, manipulou e encorajou rituais nacionais com um impulso sem precedentes. Através dos ritos, os governantes esperavam legitimar a ordem sagrada e assegurar uma memória dominante. Desde cedo os líderes do governo Meiji promoveram ritos nas dezenas de milhares de templos espalhados por todo o país. Através de um decreto emitido em 5 de abril de 1868, pouco tempo após a restauração, reativaram o Departamento de Assuntos Shinto (Jingikan), estimularam ritos para os deuses nacionais, e agruparam todos os santuários e funcionários xintoístas diretamente ao Jingikan. Durante o período Meiji-Taisho o governo estabeleceu diretrizes uniformes para os ritos a serem realizados em todos os santuários no país. Especialistas em rituais xintoístas trabalharam para o governo a fim de alterar certos ritos praticados em santuários de comunidades locais como ritos próprios da família imperial. Assim, ritos locais se tornaram lugares de memórias oficiais, e através deles a política nacional tornou-se ritualizada.

Fujitani³⁶ assevera que em uma escala muito grandiosa, as duas cidades capitais do Japão (no sentido simbólico, o país tinha duas capitais) e o Grande Santuário de Ise foram consolidados como três dos mais importantes pontos de uma “topografia moderna e simbólica do Japão”.

³⁴ “Os *ainu* (que não eram considerados japoneses) foram enviados compulsoriamente às terras do norte, na época ainda inexploradas. Os samurais de estirpe inferior descontentes com o novo *status* e os indesejáveis ao governo também foram ‘exilados’ na ilha de Hokkaido, de forma a ficarem afastados dos centros de decisão.” (SAKURAI, 2008, p.146)

³⁵ FUJITANI, T. **Splendid Monarchy** – Power and Pageantry in Modern Japan. Berkley/ Los Angeles / London: University of California Press, 1996, p.11

³⁶ Ibidem, p.17-28

Kyoto, repleta de lembranças físicas, serviu como sede da corte imperial por mais de um milênio, tornou-se uma representação da profundidade do passado histórico da instituição imperial. A cidade tornou-se o centro do conceito oficialmente determinado de "tradição". O Grande Santuário de Ise, reconstituído a partir de sua importância durante o período Edo como o centro inicial de uma religião popular apolítica, tornou-se visível a partir da afirmação oficial de que tanto a instituição imperial como a nação emergiram de um passado que unia com a "era dos deuses." Na última década do século XIX, Tóquio, fisicamente diferente em muitos aspectos dos primeiros anos de Meiji, tornou-se um sinal oficial de um Japão repleto de progresso e prosperidade. Para Fujitani, esses significados foram propositalmente inventados, como uma parte da cultura da nação moderna. Ele acredita que da mesma forma, a paisagem nacional continha duas capitais, Tóquio e Kyoto. A primeira como centro do progresso, prosperidade, poder militar e civilidade, correspondendo à imagem masculinizada, humana e politicamente engajado do imperador. Enquanto Kyoto, a representação oficial do passado e tradição, ligada em grande parte ao invisível, divino, eterno e transcendente do poder imperial.

Fujitani reitera que além de Tóquio e Kyoto, o Grande Santuário de Ise foi o local de maior poder simbólico para o regime moderno. Ise representava a continuidade da ordem política com uma parte do passado aparentemente verdadeiro e atemporal, anterior à linha imperial na história japonesa.³⁷

Por fim, cada um dos cinco elementos abordados por Hall, seja pela capacidade de produzir significados, ou mesmo, pela possibilidade de estabelecer relações identitárias, é parte integrante da elaboração dos valores e sentidos atribuídos ao patrimônio no Japão. Acredita-se que a política de preservação, iniciada a partir da Restauração Meiji, e as práticas que foram consolidadas desde então para a conservação dos bens materiais ou tangíveis, apresentam relação direta com a ideologia nacionalista construída pelo governo japonês.

A preservação na forma da lei

Geoffrey R. Scott³⁸, professor de direito da Universidade da Pennsylvania, demonstra a grande influência ocidental para o direito no Japão. Em 1868, o primeiro ano do Período Meiji, foi publicado "A Treatise on Western Public Law" de Tsuda Mamichi. O texto foi baseado em notas tomadas enquanto ele participou de conferências na Universidade de Leyden. As primeiras

³⁷ Ibidem, p.87-90.

³⁸ SCOTT, Geoffrey R. **The cultural property laws of Japan: social, political, and legal influences**. Pacific Rim Law & Policy Journal Association, 2003. Disponível em: <http://digital.law.washington.edu/dspace-law/bitstream/handle/1773.1/728/12PacRimL.PolyJ315.pdf?sequence=1>. Último acesso em 30 de janeiro de 2013, 16:06:00

escolas de direito do Japão tinham professores da Inglaterra, Estados Unidos e França. Em 1886, a Universidade Imperial de Tóquio, foi fundada e seu currículo inicial era composto por três campos distintos de estudo do direito inglês, francês e alemão.

As mudanças da Restauração Meiji trouxeram a necessidade de um novo sistema legal. Para tanto, os japoneses buscaram referências no direito civil francês, havendo inclusive a iniciativa de se traduzir o Código Civil francês para a língua japonesa no ano de 1870. O perito francês, Emile Gustave Boissanade de Fontarabie, foi chamado para dar consultorias referentes à elaboração do Código Civil, do primeiro Código Penal e o do Código de Processo Penal.

No entanto, a tradição jurídica francesa foi substituída pela tradição de direito civil alemã. Ito Hirobumi, um acadêmico influente da área de direito, viajou para a Europa em 1882 para estudar na Alemanha e na Áustria. Segundo Scott³⁹ teria ficado muito impressionado com suas experiências. Em 1884 o Código de Processo Civil foi finalmente elaborado por um conselheiro e professor alemão, Herman Roessler. Roessler também foi nomeado conselheiro do Comitê para a elaboração da Constituição. O Código Civil Boissanade não fora adotado até 1888. A legislação alemã realmente ganhou popularidade e influência no campo do direito público e privado, e acabou se tornando o modelo principal para a nova legislação do Japão.

Contemporânea a esse processo é a legislação de patrimônio cultural no Japão, que passou a ser formalmente configurada a partir de 1871, data de publicação do decreto governamental que instituiu a realização de inventário dos bens culturais que se encontravam sob a posse dos templos budistas, xintoístas e de particulares.

Para Maria de Lourdes Rodrigues de Carvalho⁴⁰, as iniciativas oficiais estenderam-se também ao campo dos museus. Embora existam referências sobre exposições de coleções, anteriores a 1868, o Ministério da Educação do Japão inaugurou no Templo de Confúcio em Tóquio no ano de 1872, oficialmente o primeiro museu, que deu origem ao Museu Nacional de Tóquio, localizado no Parque de Ueno.

A arquiteta Lia Mayumi⁴¹ em sua dissertação de mestrado intitulada “Monumento e autenticidade - A preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão”, afirma que durante a década de 1880, foi finalizado um amplo inventário de bens culturais japoneses, sob a coordenação do professor norte-americano Ernest Fenollosa da Universidade Imperial de Tóquio, que orientou a “Lei de Preservação de Antigos Templos Budistas e Xintoístas” de 1897,

³⁹ SCOTT, 2003, p.329

⁴⁰ CARVALHO, Maria de Lourdes Rodrigues de. Museus no Japão. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Volume XXII. Ministério da Cultura e Educação, 1971, p.5.

⁴¹ MAYUMI, Lia. **Monumento e autenticidade**. A preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo (SP), 1999, pp143-144.

posteriormente substituída por leis que incluíam outros bens culturais, para além do patrimônio religioso. De acordo com o professor Scott ⁴², três leis são frequentemente citadas: a Lei para a preservação de sítios históricos, locais de beleza cênica e monumentos naturais de 1919, a Lei de Preservação de Tesouros Nacionais de 1929, e a Lei para a conservação de importantes objetos de arte de 1933.

Em 1949 um incêndio no templo Horyuji Kondo em Nara, um dos principais exemplares da arquitetura japonesa antiga, destruiu inestimáveis murais, o que levou o governo a substituir a legislação vigente pela “Lei de Proteção de Bens Culturais” em 1950.

Sobre a Lei de 1950, o professor Scott ⁴³ relata que após alguns contratempos, o projeto de lei foi apresentado à Câmara pelo Presidente do Conselho, Yuzo Yamamoto.

Yamamoto afirmou que o projeto composto de 131 artigos era "sem paralelo na história do mundo". Dentre os destaques do projeto de lei, estavam:

1. divisão das três categorias básicas de bens culturais protegidos:

- Bens culturais tangíveis, incluindo edifícios, objetos de arte, documentos antigos, dados folclóricos dotados de valor histórico ou artístico.

- Bens culturais imateriais, incluindo artes dramáticas, artes musicais e industriais com valor histórico ou artístico.

- locais históricos, locais de beleza cênica e monumentos naturais;

2. unificação da gestão do patrimônio cultural;

3. previsão de subsídios, não somente para os santuários e templos (como estabeleciam as leis anteriores), mas também para particulares que possuíam outros bens culturais. O apoio deveria ser concedido à proteção de bens intangíveis, bens arqueológicos, sítios históricos, locais de beleza cênica e monumentos naturais.

4. o convencimento dos proprietários de bens culturais, que seus respectivos bens não são apenas sua propriedade privada, mas também um valioso legado pertencente a todas as pessoas. O projeto fez a previsão de que os proprietários seriam responsáveis por preservação, assim como teriam a obrigação de exibí-los ao público.

No transcorrer da apresentação do projeto, Yamamoto colocou as razões, proferindo um discurso contundente sobre a preservação do patrimônio no Japão pós-guerra:

“Agora vou explicar o motivo da ... apresentação. Com a derrota na guerra, as pessoas falam muito sobre o estabelecimento de uma "nação cultural", que é uma idéia muito boa. Mas o lema não tem

⁴² SCOTT, 2003, p.346

⁴³ Ibidem, p.385.

seguido adiante Na verdade, nossos antigos bens culturais que foram produzidos pelos nossos antepassados, nos tempos antigos, têm tido menos atenção do que deveriam ter. Não há medidas eficazes tomadas para a sua preservação. Como podemos nos tornar uma nação cultural, comportando-nos dessa forma? Nós Japoneses temos, surpreendentemente, muitos bens culturais Mas desde o início da última guerra, pouca atenção tem sido dada à sua proteção, reparação ou fiscalização. O resultado é que bens inestimáveis começaram a entrar em decadência ou estão sendo destruídos. Alguns deles têm queimado ou estão à beira de absoluta destruição. Nada é mais deplorável do que uma situação dessas. Como podemos pedir desculpas aos nossos antepassados, assim como nossa posteridade se devemos quebrar ou estragar nossas heranças valiosas. Que ele humilha-nos aos olhos dos povos estrangeiros, também. Portanto, o Governo, os donos dessas propriedades, bem como pessoas em geral devem cooperar entre si para a proteção dos bens culturais.... Para tanto, é necessário criar uma legislação para o estabelecimento de uma administração adequada ao órgão cultural.”⁴⁴

O projeto de lei foi aprovado na Câmara por unanimidade. A lei foi formalmente promulgada em 30 de maio de 1950, tornando-se vigente em 29 de agosto de 1950, abolindo algumas leis anteriores, como a Lei do Tesouro Nacional de 1929 e a Lei de Preservação de locais históricos, locais de beleza cênica e monumentos naturais de 1919. A Lei referente à preservação de objetos de arte importantes de 1933 permaneceu vigente. Foi feita uma concessão ao projeto aprovado, utilizando-se da seguinte ressalva: "em execução da presente Lei, o Governo e os órgãos locais públicos devem respeitar a posse e outros direitos de propriedade das pessoas em causa."⁴⁵

Segundo informações do portal *Asia-Pacific Cultural Centre for Unesco*⁴⁶, em 1954, a lei foi alterada para introdução da designação de "Importantes Bens Culturais Imateriais" e do reconhecimento de pessoas qualificadas em tais artes e ofícios, para proporcionar assim, maior proteção, abrangendo os bens culturais tangíveis e intangíveis. Em 1975, a lei foi ampliada com a

⁴⁴ Tradução da autora.

Trecho original:

Now I shall explain the reason for ... submission. Since the defeat in the war, the people speak much about the establishment of a "cultural nation." This is a very good idea. But the motto has not been acted up to In fact, our old cultural properties which were produced by our ancestors in ancient times, have little been attended to as they should be. No effective measures have been taken for their preservation. How can we hope to become a cultural nation by behaving ourselves in that way? Now we Japanese have surprisingly many cultural properties But since the beginning of the last war, little attention has been paid to their protection, repair or supervision with the result that those invaluable properties have begun to decay or to be destroyed. Some of them have burnt down or are on the verge of utter destruction. Nothing is more deplorable than such a situation. How can we apologize to our ancestors as well as our posterity if we should break or ruin our valuable inheritances. Nay it humiliates us in the eyes of foreign peoples, too. Therefore, the Government, the owners of those properties as well as people in general must cooperate with each other for the protection of important cultural properties To that end, it is necessary to make a law for establishing a proper culture administration organ.

(SCOTT, 2003, p.386)

⁴⁵ Ibidem, p.387.

⁴⁶ http://www.accu.or.jp/ich/en/pdf/c2005subreg_jpn2.pdf. Último acesso em 20 de janeiro de 2013, às 00:23:20.

inclusão das técnicas tradicionais de conservação. Em 2004, a lei foi alterada novamente para se adicionar a categoria de “paisagem cultural” e a sub-categoria referente a “técnicas artesanais” junto aos bens culturais imateriais.

Inaba destaca a legislação japonesa como precursora em certos aspectos - o Japão foi o primeiro país a introduzir a categoria de patrimônio intangível ou imaterial em seu sistema de proteção e a dar amplitude aos instrumentos legais para a proteção dos bens culturais⁴⁷. Para o Professor Scott, a legislação vigente é um dos mais sofisticados e completos estatutos para a proteção do patrimônio cultural e etnográfico, que é utilizado como modelo para muitos países.

Sem tirar a relevância do pioneirismo e sua importância para a preservação, acredita-se que não se pode perder de vista o significado deste conjunto de leis para a legitimação de projetos de governo. A primeira lei de preservação japonesa é promulgada quando se inicia a Restauração Meiji com os ideais para fazer do país uma grande nação soberana. A aprovação da lei após o discurso inflamado do presidente da câmara ocorreu em 1950. É possível que a inclusão da categoria de bens culturais imateriais pode ter alguma relação com cenário de total devastação física e moral do Japão após a Segunda Guerra Mundial. A ideia de “nação cultural”⁴⁸ referida no discurso necessitaria do reconhecimento oficial dos bens que não são tangíveis e que sobreviveram aos bombardeios.

As práticas e as teorias do patrimônio japonês

Como foi abordado anteriormente, o culto à divindade do imperador fazia parte dos meandros do nacionalismo. A já citada *Lei de Preservação de Antigos Templos Budistas e Xintoístas* de 1897 introduziu a noção de “tesouro nacional”. Para François Hartog (2006, p.267), a palavra “tesouro” indica que o objeto tira seu valor de seu pano de fundo imaterial, como por exemplo, sua origem divina. Não por acaso, as iniciativas relacionadas à preservação no Japão ocorreram inicialmente pela valorização do patrimônio religioso.

[...] Contudo, os **monumentos** são, de modo permanente expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados. A destruição deliberada e combinada também os ameaça, inspirada seja pela vontade de destruir, seja ao contrário, pelo desejo de escapar à ação do tempo ou pelo anseio de aperfeiçoamento. A primeira forma, negativa, é lembrada com mais frequência: política, religiosa, ideológica, ela prova **a contrário** o papel

⁴⁷ INABA, 2009, p.153

⁴⁸ o cineasta Akira Kurosawa reitera a ideia do projeto do governo japonês para uma “nação cultural”. Ele conta em sua biografia, que durante a guerra, houve um “encorajamento da política nacional militar” para a “apreciação mais plena das artes e tradições”. In: KUROSAWA, Akira. **Relato autobiográfico**. São Paulo (SP): Estação Liberdade, 1990, p.218.

essencial desempenhado pelo monumento na preservação da identidade dos povos e dos grupos sociais. A destruição positiva, também generalizada, chama menos a atenção. Uma, ritual, é própria de certos povos, tais como os japoneses, que, sem reverenciar, como nós, as marcas do tempo em seus monumentos, constroem periodicamente réplicas exatas de templos originais, cujas cópias anteriores são então destruídas.⁴⁹

A historiadora Françoise Choay em “Alegoria do Patrimônio” faz referência à “destruição positiva” como a construção periódica de réplicas dos monumentos no Japão. Para Choay, ao contrário dos ocidentais, os japoneses não reverenciam as marcas do tempo. Parece recorrente, para os ocidentais, que a desmontagem total de uma edificação, seguida de sua reconstrução seja uma prática usual de preservação do patrimônio japonês em função do exemplo do Grande Santuário de Ise.

A arquiteta e professora Nobuko Inaba, especialista em bens culturais da *Agency for Cultural Affairs*, afirma que hoje há apenas o Santuário de Ise, onde ocorre a construção de um novo templo e a demolição do antigo a cada vinte anos, e é importante ressaltar que a reconstrução repetida sistematicamente em Ise não se trata de um método tradicional de conservação arquitetônica e sim de um ritual religioso. A professora Inaba ofereceu informações importantes sobre as primeiras iniciativas no campo da preservação do patrimônio arquitetônico em âmbito acadêmico, através de um artigo publicado pelo ICCROM⁵⁰.

O Grande Santuário de Ise não é designado como tesouro nacional. As tradições a ele associadas são consideradas por designação como patrimônio intangível de importância nacional.⁵¹ Entretanto, o santuário faz-se emblemático ao patrimônio no Japão não apenas como importante referência cultural, mas também por conter alguns dos sentidos e práticas do patrimônio arquitetônico japonês, como a metodologia de feitura empregada nas edificações e a preservação dos ofícios tradicionais. De acordo com o professor Nobuo Ito⁵², o sistema adotado no Japão de restauração periódica com refazimentos completos ou parciais das edificações, pode estar relacionado à tradição de Ise e à orientação do Imperador que ao século VII decidiu que reconstruir seria a melhor forma de preservar.

⁴⁹ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo (SP): Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001, p.27

⁵⁰ INABA, Nobuko. *Authenticity and heritage concepts: tangible and intangible – discussions in Japan*. In: *Conserving the authentic – essays in honour of Jukka Jokilehto*. ICCROM Conservation Studies 3. Rome (Italy): 2009. Disponível em: http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_IC310_JukkaFestchrift_en.pdf. Último acesso em 15 de janeiro de 2013, às 13:53:05.

⁵¹ INABA, Nobuko. *The Ise Shire and the Gion Festival – case studies on the values and authenticity of Japanese intangible living religious heritage*. In: **Conservation of Living Religious Heritage**. ICCROM Conservation Studies 3. Rome (Italy): 2005. Disponível em: http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_IC303_ReligiousHeritage_en.pdf Último acesso em 17 de janeiro de 2013, às 20:09:00

⁵² MAYUMI, 1999, p.160

Segundo Inaba, ainda ao final do século XIX professores e pesquisadores da Universidade Imperial (a única universidade no Japão neste período) envolveram-se no desenvolvimento da profissão de conservador. Os professores da Universidade Imperial foram nomeados como membros do comitê criado pelo governo para o cumprimento da “Lei de Preservação de Antigos Templos Budistas e Xintoístas” de 1897, e os graduados da escola da universidade de arquitetura foram enviados para ajudar os governos locais a assumirem a responsabilidade para os projetos de conservação. Desde então, a investigação científica em estudos sobre a história da arquitetura, teoria de conservação de edifícios e o desenvolvimento de práticas têm sido recorrentes no Japão.

Inaba relatou que algumas edificações históricas localizadas em Nara, anteriores ao século VIII passaram por obras de restauro ao final do século. Entre essas obras, o projeto de Shin-Yakushiji Hondo provocou discussões acaloradas entre os historiadores e arquitetos sobre a adequação da restauração. A obra foi bastante criticada em revistas da época, sendo que o ponto era a discordância com a metodologia empregada. Para a edificação histórica, o arquiteto encarregado pelo trabalho de conservação decidiu restaurá-la para um período anterior da história do edifício através da remoção de toda a extensão de beiral da fachada frontal, que havia sido adicionado para a estrutura original em um período anterior. Além disso, o teto que não fazia parte da estrutura original, também foi removido. Após os debates iniciais, o Professor Zennosuke Tsuji da Universidade Imperial, estudou o projeto em questão e entrevistou o arquiteto responsável. Feito isto, introduziu o conceito de conservação arquitetônica empregada pelo arquiteto como o padrão norteador inicial para as intervenções em edificações históricas.

Transcrevem-se abaixo as orientações do Professor Tsuji contidas no artigo *Dealing with critiques on the policy of the conservation of shrines and temples* de 1901:

A política de conservação é manter fielmente o ‘Koshiki’ (a forma mais antiga):

- a) alterações e acréscimos posteriores podem ser removidos e restaurados ao estado original apenas no caso em que estes sejam desprovidos de valor e prejudiciais para o estilo arquitetônico original, que não deve se tratar de uma conjectura;
- b) todas as peças que não são claramente identificáveis como originais ou como alterações e acréscimos posteriores devem ser deixados como se encontram no momento, e deve esperar para futuros estudos;
- c) intervenções devem ser evitadas se o estilo original não é claramente identificável, mesmo que as alterações posteriores e os acréscimos forem inquestionáveis;
- d) posteriores alterações e acréscimos devem ser preservados se possuem valor histórico e estético. Contudo, os sistemas estruturais ou elementos que não se relacionam com o estilo arquitetônico podem ser considerados fora desta política e podem ser alterados para atender aos requisitos de

segurança estrutural. Em geral, os materiais originais devem ser reutilizados, e o ‘Koshiki’ deve ser preservado sempre que for possível.⁵³

Nobuko Inaba atentou para os conceitos de autenticidade adotados no Japão que foram abordados seis décadas depois na Carta de Veneza de 1964. Para ela, os conservacionistas japoneses na Era Meiji estavam cientes dos acontecimentos europeus. No mesmo artigo, o Professor Tsuji teceu o seguinte comentário:

O método para a preservação de igrejas históricas na Itália, com a delimitação do trabalho de conservação apenas em um determinado período de sua história, a remoção de partes que pertenceram a outras épocas, particularmente de fases não-artísticas, e a reutilização de tais materiais em outros edifícios – não é uma abordagem para a conservação muito recomendável. Mesmo que tais partes não tenham valor artístico, contêm alto valor como prova material da história, e podem servir como contribuições a estudos futuros.⁵⁴

A preocupação com a preservação da autenticidade e dos vestígios materiais é evidenciada também através de um importante documento encontrado em um arquivo do governo entre 1929-1945 apresentado por Inaba:

Diretrizes oficiais para o manuseio de materiais originais quando da reparação e manutenção de edifícios designados como Tesouros Nacionais.

1. Todos os esforços serão feitos para respeitar e reutilizar o material original para a reparação de edifícios designados como Tesouro Nacional.
2. Deve-se realizar um esforço para a reutilização dos materiais originais, mesmo estando deteriorados, não havendo a necessidade de substituí-los em curto prazo a fim de manter a estabilidade estrutural. Um esforço especial deve ser feito para a manutenção dos seguintes materiais:
 - 2.1) materiais que podem ser utilizados como evidência física de história do edifício
 - a) materiais do momento da construção original
 - b) materiais utilizados para reparos importantes no passado

⁵³ Tradução da autora

Trecho original:

“The policy of conservation is to faithfully keep the ‘koshiki’(older state); (a) later alterations and additions can be moved and restored to the original state only in cases in which the later alterations and additions are valueless and harmful to the architectural style and in which the original style is non-conjecturally identifiable; (b) any parts which are not clearly identifiable either as originals or as later alterations and additions must be left as they are now, and must wait for future studies; (c) restoration must be avoided if the original style is not clearly identifiable, even though later alterations and additions are unquestionable; (d) later alterations and additions must be preserved if they possess historical and aesthetic value. However, structural systems or components which do not relate to the architectural style can be considered outside of this policy and can be altered to meet structural safety requirements. In general, the original materials must be reused and the ‘koshiki’ must be preserved as much as possible”(INABA, 2009, p.155-156)

⁵⁴ Tradução da autora

Trecho original:

“The method for the preservation of historic shrines in Italy, limiting the conservation work only to a certain period of its history and destroying some parts that belonged to other periods, particularly of non-artistic periods, and the re-use of such materials for other buildings – this approach to conservation is clearly not recommended. Even if such parts are not artistic, they contain high value as evidence of history, and can serve as historic resources contributing to future studies...” (INABA, 2009, p. 156)

- c) materiais que apresentam evidências da história de mudanças da construção
- d) materiais que contêm inscrições ou anotações
- e) materiais que mostram os detalhes do projeto de partes do edifício que já desapareceram
- 2.2) materiais que podem ser utilizados como recursos para a investigação científica e técnica
 - a) Os materiais que tenham características de desenho (de partes que contêm desenhos ou gravuras, e quaisquer peças que evidenciam os detalhes de construção, como caibros, cornijas, etc)
 - b) materiais que nos ajudam a entender o edifício proporcionando modulações ou métodos
- 3. os materiais que não são capazes de ser reutilizados no local original devem ser considerados para possível reutilização em outras localizações
- 4. os materiais mencionados no artigo 2: aqueles que não são capazes de serem reutilizados, devem ser mantidos e armazenados de maneira apropriada.⁵⁵

Os métodos utilizados atualmente para a conservação dos imóveis antigos são baseados na expertise dos profissionais da área de preservação, e subsidiados por um grande acervo de registros históricos de obras realizados pelo governo ao longo do tempo. As intervenções previstas para as obras executadas pelo governo japonês são definidas pela Divisão de Arquitetura da *Agency for Cultural Affairs* e consideram⁵⁶:

1. desmontagem completa: ocorre a cada 300 a 400 anos, para restauro ou substituição das fundações. As peças originais são preservadas, havendo a substituição apenas do que for imprescindível.

2. desmontagem parcial: ocorre a cada 150 a 200 anos para restauro da cobertura, paredes e adornos.

⁵⁵ Tradução da autora

Trecho original:

“Official guidelines for the handling of original materials on the occasion of the maintenance repair of buildings designated as National Treasure.

1. *Every effort shall be made to respect and re-use the original material for the repair of National Treasure buildings*
 2. *Among original materials, even if such materials are deteriorated, effort should be made to re-use these materials, as long as it is not necessary to replace such materials in order to maintain structural stability or to comply with conservation needs. In particular, for the following materials, special effort should be made:*
 - (1) *materials which can be used as physical evidence of the building’s history*
 - a) *materials from the time of the original construction*
 - b) *materials used for important repairs in the past*
 - c) *materials the exhibit evidence of the history of changes to the building state*
 - d) *materials which contain inscriptions or notations*
 - e) *materials that show the design details of parts of the building that have disappeared*
 - (2) *materials that can be used as resources for scientific and technical research*
 - a) *materials which have characteristics of design (parts that contain decorative lines or engravings, and any parts that give evidence of the design of the buildings contours, such as rafters, curved eave boards, etc)*
 - b) *materials that help us to understand the building proportioning modules or methods*
 3. *materials which are not able to be re-used in the original location should be considered for possible re-use in other locations*
 4. *materials mentioned in Article 2: those that are not able to be re-used should be kept and stored in an appropriate manner” [The rest omitted]*
- (INABA, 2009, p.156)

⁵⁶ MAYUMI, 1999, p. 161-162

3. restauração parcial: realização de serviços de manutenção preventiva entre o período da desmontagem completa e a parcial.

4. refazimento de pintura e revestimento: a cada 30 a 40 anos

5. refazimento da cobertura: depende do tipo de telha utilizado:

- cerâmica ou folhas de cobre: ocorre a cada 50 a 80 anos

- junco: ocorre a cada 20 anos

- madeira: ocorre a cada 20 a 30 anos,

- cortiça: ocorre a cada 40 a 50 anos.

Os ofícios de artesão, carpinteiros e marceneiros, inerentes à conservação da arquitetura, também são preservados legalmente. Há um capítulo específico na Lei para a Proteção de Bens Culturais, alterada em 1975 para contemplar a proteção das técnicas tradicionais para conservação dos bens culturais. Para tanto, realiza-se o reconhecimento dos titulares ou grupos que preservam técnicas ou habilidades tradicionais através de programas governamentais para mapear registros documentais e possíveis sucessores. Há também a aplicação de recursos necessários para os programas conduzidos pelos titulares, os grupos de preservação, ou outras organizações para aprimoramento das técnicas tradicionais ou das habilidades de sucessores.⁵⁷

Mas, qual a relação entre o patrimônio arquitetônico japonês e a política de emigração? Como será tratado a seguir, tanto a política de preservação dos bens culturais quanto a de emigração encontram suas raízes no período da restauração Meiji.

1.5. A restauração Meiji e a política de emigração

A chamada Restauração Meiji foi marcada por profundas mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas do Japão. Foram criados ministérios para viabilizar reformas econômicas como a extinção da estrutura fundiária, transformando feudos em províncias, e alterações tributárias, os impostos pagos pelos camponeses anteriormente aos senhores das terras, começaram a ser recolhidos pelo governo imperial. Além disso, houve um grande desenvolvimento industrial com a manufatura de máquinas, motores, trens, navios, etc.

Diversas ações excludentes foram empreendidas para fortalecer a política nacionalista pretendida. Muitas injustiças foram praticadas aos camponeses, com a implantação de impostos sobre o valor das terras e não mais sobre a produção, somada à redução de preços devido à exportação de arroz de outros países asiáticos. E ainda a obrigatoriedade do serviço militar

⁵⁷ http://www.bunka.go.jp/english/pdf/h21_chapter_06.pdf. Último acesso em 20 de janeiro de 2013, 00:21:00.

instituída em 1872, que na ocasião de guerras com a China e Rússia, fizeram com que as famílias perdessem a força de trabalho dos filhos jovens. Essas circunstâncias provocaram uma situação de miséria para os agricultores e suas famílias. Em meio a revoltas e protestos, o caminho encontrado para muitos foi deixar o Japão em direção a outros países da Ásia e Oceania inicialmente e depois, para a América. Ao contingente de emigrantes somavam-se os camponeses e possivelmente os antigos “párias”, que no Japão medieval não pertenciam à estrutura formal das castas.⁵⁸

O que estava em questão na economia mundial das unidades nacionais ao fim do século XIX de acordo com Eric Hobsbawn⁵⁹ era o lucro e não a produção. Destaca-se que o declínio da lucratividade na agricultura em razão do aumento da produção foi demasiadamente acentuado no referido período, sendo a emigração, uma das reações não governamentais à crise na agricultura. Segundo o autor, a metade do século XIX até 1914 foi a era marcada pela mobilidade maciça e migrações, e de uma onda de xenofobia.⁶⁰

Sobre esse grandioso movimento de populações, Boris Fausto aponta a imigração em massa como um dos aspectos mais importantes das mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil no final do século XIX. Segundo Fausto, o Brasil - ao lado dos Estados Unidos, Argentina e Canadá - acolheu milhões de europeus e asiáticos que procuravam oportunidades de trabalho e condições de ascensão social.⁶¹

Segundo Célia Sakurai⁶², para atenuar o problema do aumento populacional e reduzir o descontrole social, o governo japonês empreendeu uma política de “expulsão”, incentivando, sobretudo, a emigração, o trabalho temporário em outros países, assim como a anexação e colonização de terras, como ocorreu na Manchúria e Coréia. Em 1896 foi promulgada no Japão a Lei de Proteção aos Emigrantes, tornando a estratégia das migrações uma política de Estado.⁶³

⁵⁸ Célia Sakurai afirma que há indícios de que muitos deles tenham vindo ao Brasil nas levas de imigrantes. In: SAKURAI, 2008, p.55

⁵⁹ HOBSEBAWN, 2011, p.66.

⁶⁰ Ibidem, p.242

⁶¹ FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo (SP): Edusp, 2006, p.155.

⁶² SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p.4

⁶³ DEZEM, Rogério. Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos Ijūchi de colonização japonesa no Estado de São Paulo. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo. **Cem anos da imigração japonesa – história, memória e arte**. São Paulo (SP): Unesp, pp.151-166, 2008.

Entretanto, os trabalhadores japoneses passaram a sofrer restrições em diversos lugares em decorrência dos movimentos anti-nipônicos. As justificativas para as objeções eram múltiplas, variando desde a reduzida civilidade do povo japonês, até o temor pelo seu expansionismo militar, após o Japão vencer a Rússia em 1905.⁶⁴ Tais movimentos foram reforçados por leis restritivas à entrada de imigrantes japoneses em países como Canadá, Austrália, Paraguai, Costa Rica e Guatemala. Com os Estados Unidos, houve um acordo assinado em 1907 com os governos de Washington e Tóquio, *Gentleman's Agreement Act*, que limitou a imigração japonesa aos que podiam ser tutelados por parentes já estabelecidos em terras norte-americanas.

Além das questões legais e diplomáticas, havia também princípios científicos que reiteraram as contrariedades e os preconceitos para com os imigrantes japoneses. A eugenia, termo criado pelo cientista britânico Francis Galton, foi uma espécie de prática avançada do darwinismo social. Lília Moritz Schwarcz em “O espetáculo das raças”⁶⁵ mostra que os conceitos referentes às questões raciais tiveram ampla circulação na Europa no final do século XIX e início do século XX.

Os teóricos eugenistas acreditavam que uma nação plena deveria ter uma conformação racial pura. Logo, casamentos inter-raciais eram proibitivos, assim como passaram a ser indesejáveis os povos asiáticos no Ocidente, de modo geral. O tipo ariano passou a ser compreendido como a representação de um apuramento racial necessário à civilização, o que fortaleceu largamente o imperialismo europeu.

O elo entre Brasil e Japão deu-se neste cenário de virada de século. A historiadora Maria Tucci Carneiro situa historicamente o momento desta ligação:

Foi no calor das mudanças efetivadas entre 1888 e 1889, em meio à abolição da escravatura e da proclamação da República, que a política imigratória ganhou forma, revelando o ideal de branqueamento como parte do projeto étnico-político defendido pelo recém-empossado Governo Provisório. Sob o signo da nova ordem republicana, foi promulgado o decreto n.528, de 28 de junho de 1890, regulamentando a introdução de imigrantes no Brasil, desde que aptos para o trabalho. “Indígenas da Ásia ou da África somente mediante autorização do Congresso Nacional (...)”. Essa exceção foi corrigida pela lei n.97, de 5 de outubro de 1892, que permitia a livre entrada de imigrantes chineses e japoneses em território nacional, desde que não fossem “indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à ação criminal em seus países”.⁶⁶

⁶⁴ SAKURAI, 2000, p.205

⁶⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010, p.60.

⁶⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A biotopia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e TAKEUCHI, Marcia Yumi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil** – Trajetória, Imaginário e Memória. São Paulo (SP): Edusp, 2010, p.68

No entanto, a vinda efetiva dos imigrantes japoneses ao Brasil iniciou alguns anos depois da referida lei nº97, de 5 de outubro de 1892. Deve-se esclarecer que a opção pelos trabalhadores nipônicos não se deu propriamente por livre escolha do governo brasileiro, mas pela absoluta necessidade de se suprir o vazio deixado pela ausência da força de trabalho dos escravos, após a Abolição. Assim como os negros, os orientais também não eram capazes de possibilitar o apuramento racial da nação brasileira.

● CAPÍTULO 2 O PROJETO PARA UMA NAÇÃO BRASILEIRA

[...] resistir ao que Pascal chamou "as razões do coração que a razão desconhece", isto é, a identificação emocional com algum grupo interno óbvio ou escolhido. Como a identidade é definida por oposição a alguma coisa, ela significa a não identificação com o outro. Isso leva ao desastre. Esse é exatamente o motivo pelo qual a história interna de um grupo escrita unicamente para esse grupo ("história de identidade") - história negra para negros, história homossexual para homossexuais, história feminista somente para mulheres, ou qualquer tipo de história étnica ou nacionalista de grupo - não pode ser satisfatória como história, mesmo se for mais do que uma versão politicamente tendenciosa de uma subseção do grupo de identidade mais amplo. Por maior que seja, nenhum grupo de identidade está sozinho no mundo, e o mundo não pode ser modificado para acomodar somente a ele, e nem tampouco o passado.⁶⁷

2.1. Procura-se um Brasil mais branco

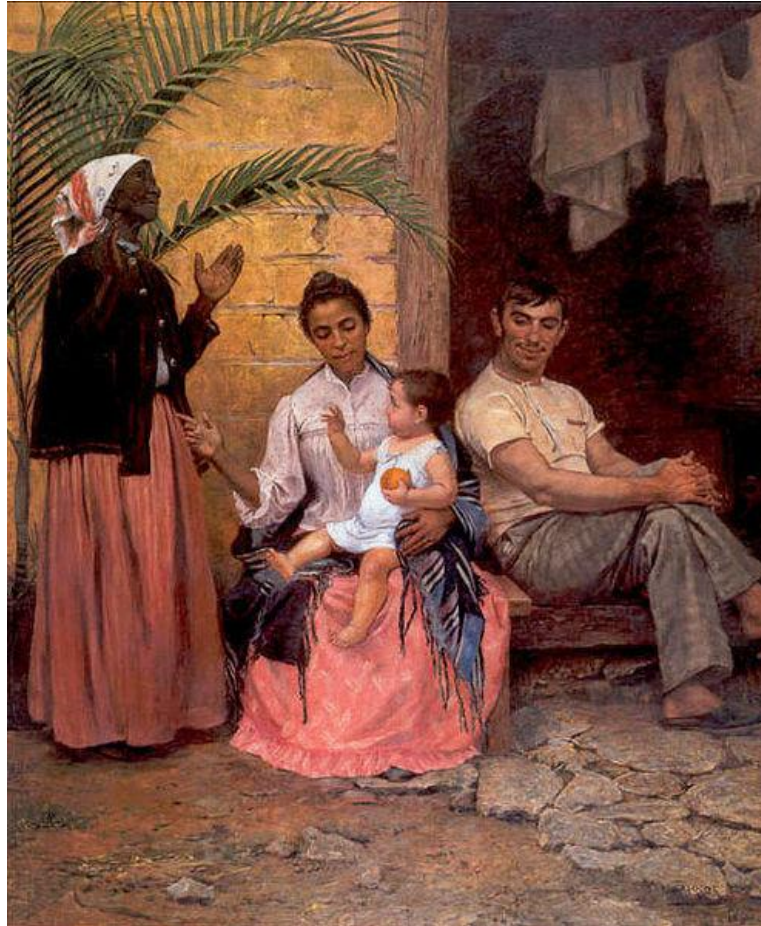
Desde a aprovação da Lei Euzébio de Queiróz em 1850, que proibiu o tráfico de escravos, o país passou a depender de imigrantes para povoar terras devolutas e compensar as perdas da força de trabalho negra. Registra-se que antes mesmo da abolição da Escravatura em 1888, houve a tentativa de substituir a mão-de-obra negra através de companhias particulares asiáticas, que fizeram acordos com fazendeiros brasileiros. Entretanto, a experiência não teve êxito. Contratos foram encerrados em função do trato, aos moldes escravocratas, dado aos trabalhadores. No entanto, difundiu-se no Brasil a popularização da imagem dos chineses como insolentes, inúteis e prejudiciais ao desenvolvimento da nação.

Após a experiência do recrutamento de mão-de-obra chinesa, passou-se a acreditar que nem todo imigrante era considerado apto a povoar o Brasil. Sob a influência das teorias raciais que chegaram ao país em meados do século XIX, as elites brasileiras desejavam um país constituído por brancos.

Lilia Moritz Schwarcz relata que ao final do século XIX, a mestiçagem existente no Brasil parecia atestar a falência da nação. Para situar a condição desfavorável da miscigenação no país, a autora faz referência ao médico baiano Nina Rodrigues, adepto do darwinismo social, contrário aos cruzamentos, pois acreditava que a mestiçagem era sinal de degeneração, e também ao escritor Euclides da Cunha, que considerou "a mestiçagem extremada um retrocesso" em um trecho da obra "Os Sertões". Ela cita também o episódio do I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres em julho de 1911, onde João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, apresentou uma tese bastante elucidativa a respeito do

⁶⁷ HOBSBAWM, Eric. **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2002, p.453.

branqueamento, que anunciava o desaparecimento dos mestiços e a extinção da raça negra. A abertura do congresso trazia a reprodução de uma pintura a óleo do artista plástico da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, Modesto Brocos, com a seguinte legenda: “o negro passando para branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”.⁶⁸



“Redenção Cam”, de Modesto Brocos, 1895
Óleo sobre tela, 199x166cm - Museu Nacional de Belas Artes (RJ)
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Reden%C3%A7%C3%A3o_de_Cam

Sobre a pintura de Brocos, Consuelo Alcioni Borba Duarte Schlichta referiu-se ao autor Eduardo França Paiva, para realizar a leitura de que o artista, através da imagem da Sagrada Família e do nascimento do Menino Jesus, transformou a redenção do personagem bíblico na redenção do Brasil. “A pintura é uma alegoria, na qual vemos: uma negra (Sant’Ana), a Mãe, uma

⁶⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). **História da vida privada no Brasil**. Volume 4. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010, pp. 176-177

virgem mulata (Nossa Senhora); o Pai, caboclo e europeu ao mesmo tempo (São José) e, no centro do quadro, um menino branco (Jesus, o Salvador).”⁶⁹

Joaquim Nabuco expressou claramente esse ideal em uma passagem do livro “O Abolicionismo”:

[...] a imigração européia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo, em vez dessa onda chinesa, com que a grande propriedade aspira a viciar e corromper ainda mais a nossa raça; um país que de alguma forma trabalhe originalmente para a obra da humanidade e para o adiantamento da América do Sul.⁷⁰

Para Giralda Seyferth⁷¹, a questão racial e a preferência pela cor branca estavam em pauta desde 1818, quando D. João VI assinou o tratado de Nova Friburgo e autorizou o estabelecimento de imigrantes suíços na região fluminense. A autora afirma que o princípio da colonização vigente no Império como parte de um amplo processo civilizatório, pouco mudou depois da abolição, a despeito da crítica republicana à concentração de europeus no sul. Tal crítica fundamentava-se nos imigrantes alemães de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, elogiados inicialmente por sua eficiência e perseverança. Eles foram considerados posteriormente como uma ameaça à unidade nacional, pois não se deixavam assimilar. Ou seja, suas colônias eram invariavelmente isoladas e mantinham a língua alemã, o culto protestante e a noção de pertencimento ao país de origem.

Como já foi citado anteriormente, o Governo Provisório, estabelecido com a proclamação da República em 1889, então, decidiu pela proposição de uma política imigratória expressamente favorável ao branqueamento.⁷² Contrária ao pensamento de Nina Rodrigues, Schwarcz defende a tese de que no Brasil, “negou-se a idéia que a mestiçagem levava sempre à degeneração” ao apostar em uma “miscigenação positiva”, desde que o resultado fosse filhos mais brancos:

Com efeito, tingido pela entrada maciça de imigrantes – brancos -, introduziu-se no Brasil um modelo original que, em vez de apostar que o cruzamento geraria a falência do país, descobriu nele as possibilidades do branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria

⁶⁹ SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação no século XIX**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2006, pp.101-102. Disponível em: http://www.artes.ufpr.br/publicacoes/consuelo/tese_consuelo.pdf Último acesso em 02 de fevereiro de 2013, 16:59:00.

⁷⁰ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000, p.101

⁷¹ SEYFERTH, Giralda. **Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm> Último acesso em 15 de janeiro de 2013, às 22:45:00.

⁷² CARNEIRO, 2010, p. 68

com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o mais claro”.⁷³

Diante do projeto de branquear o país, os imigrantes desejados eram apenas os europeus. De acordo com Seyferth, o Brasil recebeu quase cinco milhões de imigrantes entre 1819 e o final da década de 1940, sendo que italianos, portugueses e espanhóis representaram mais de 2/3 da totalidade, seguidos pelos alemães e japoneses. Até meados da década de 1880 a maior parte dos imigrantes dirigiu-se para o sul. No segundo momento, com a chamada "grande imigração" São Paulo passou a ser o destino da maioria dos estrangeiros que chegaram ao país.⁷⁴

Não houve o interesse em incorporar os ex-escravos como mão-de-obra para o trabalho livre. Pelos pressupostos das teorias raciais e do eugenismo, “negros, japoneses, assírios, indus e judeus, foram encarados, sob o viés da nova ciência, como indesejáveis”.⁷⁵

Com a criação da Sociedade Promotora do governo de São Paulo em 1886, houve uma ampliação do contingente de imigrantes italianos e portugueses para a realização de trabalhos nas fazendas de café. Em decorrência da semi-escravidão vivida pelos imigrantes, houve embates com os fazendeiros, e uma crise com o governo italiano, que terminou com os serviços das empresas que agenciavam os trabalhadores na Itália.⁷⁶

2.2. Imigração japonesa: um mal necessário

De acordo com a “História Geral da Civilização Brasileira”⁷⁷, a constante instabilidade do imigrante europeu, a diminuição da corrente migratória em razão de fatores externos, a superprodução cafeeira e a possibilidade do Japão virar um mercado para o café brasileiro, provocaram o interesse do governo pelos imigrantes japoneses. A imigração japonesa relacionada ao Japão como comprador do café produzido no Brasil é dada pela decisão do Convênio de Taubaté em 1906, que resolve ampliar a divulgação do produto brasileiro pelo mundo para expandir o mercado. Tal assunto também é discutido na Câmara dos Deputados de

⁷³ SCHWARCZ, 2010, p.187

⁷⁴ SEYFERTH, Giralda. **Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm> Último acesso em 15 de janeiro de 2013, às 22:45:00

⁷⁵ CARNEIRO, 2010, p.75

⁷⁶ Ibidem, p. 69

⁷⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al.]. **História Geral da Civilização Brasileira Volume 9: O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2006, p.116

São Paulo. A imigração japonesa é defendida por alguns, que acreditam no acordo entre os países, onde o Japão se tornaria um consumidor do café nacional, além de fornecer mão-de-obra aos produtores brasileiros.

Deve-se ressaltar também a pressão exercida pelos grandes fazendeiros paulistas. Diante da necessidade premente de trabalhadores nas fazendas de café, é que se abre a possibilidade para a mão-de-obra japonesa no Brasil. A migração de japoneses para o país era pauta de discussão entre o governo japonês e brasileiro, desde o final do século XIX, que tinham em comum, a necessidade de modernização de suas economias perante as nações européias.

De acordo com o sociólogo Hiroshi Saito, em 1906 Ryu Mizuno, fundador da *Kokoku Shokumin Kaisha*, empresa que trouxe a primeira leva de imigrantes ao Brasil, estabeleceu contato com o governo do Estado de São Paulo, conseguindo um diálogo promissor. Em seu retorno ao Japão, ele apresentou um relatório contendo informações referentes ao governo do Estado que proporcionaria todas as garantias e proteção aos trabalhadores japoneses em condições iguais às concedidas aos colonos europeus; oferecendo ainda, subvenção aos imigrantes solteiros, o que não ocorria para os europeus na mesma condição. Em 1907, o governo do Estado de São Paulo incorporou pequenas modificações à matéria de imigração e colonização, possibilitando, mediante a assinatura de contratos especiais, conceder subvenções aos imigrantes, não prevista na legislação anterior.⁷⁸

Assinou-se um contrato entre o Estado de São Paulo e a Companhia Imperial de Imigração, que deveria transportar do Japão ao Porto de Santos no Brasil, famílias de lavradores⁷⁹, compostas de três a dez pessoas aptas ao trabalho, podendo ser homens ou mulheres de 12 a 45 anos. As passagens foram custeadas pelo governo paulista e pelos fazendeiros, que foram ressarcidos pelas famílias, com pagamentos feitos em prestações. Aos imigrantes foi proposto um novo tipo de organização do trabalho – o colonato, que consistia na combinação de pagamentos pela participação (ainda que mínima) na produção, por tarefas e ainda a possibilidade para o cultivo de plantações independentes nas terras dos fazendeiros.⁸⁰

E finalmente, em 1908, delimita-se o início do processo imigratório com a chegada dos primeiros japoneses ao Brasil, todos com planos de enriquecimento rápido no país das terras fartas. Pela narrativa de Tomoo Handa⁸¹, o navio *Kasato Maru* aportou em Santos com

⁷⁸ SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil**. São Paulo (SP): Editora Sociologia e Política, 1961, p.29

⁷⁹ Alguns se declaravam agricultores para serem aceitos na seleção. (SAKURAI, 2008, p.123)

⁸⁰ CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo (SP): Primus Comunicação, 1995, p.30

⁸¹ HANDA, Tomoo. **O Imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo (SP): T. A. Queiroz – Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987, pp. 03-21

aproximadamente 800 imigrantes, que foram levados à Hospedaria dos Imigrantes na cidade de São Paulo, antes de partirem de trem, organizados em grupos, para seis grandes fazendas: Fazenda Floresta (Estação Itu - linha Ituense), Fazenda Canaã (Estação Canaã – linha Mojiana), Fazenda Dumont (Estação Dumont – linha Mojiana), Fazenda Guataparã (Estação Guataparã – linha Paulista), Fazenda São Martinho (Estação Martinho Prado – linha Paulista) e Fazenda Sobrado (Estação Treze de Maio – linha Sorocabana). Os imigrantes tiveram que celebrar contratos com seus empregadores, que os obrigava a um ano agrícola de trabalho. Só depois desse ano e de pagarem todas as dívidas decorrentes aos adiantamentos e despesas com a viagem, é que estariam livres para se empregar nas fazendas.

Em pouquíssimo tempo, os primeiros imigrantes perceberam que além das muitas dificuldades de adaptação pelas inúmeras diferenças entre o país de origem e o Brasil, havia também a impossibilidade de retornarem bem sucedidos ao Japão em um curto período de tempo, como haviam planejado. No ano de 1908, a colheita de café foi muito inferior aos anos anteriores, provocando grande descontentamento aos imigrantes. Houve grande dispersão⁸², no entanto, os próprios imigrantes mudaram o planejamento inicial, tornando-se pequenos proprietários de terras, ampliando o tempo previsto em terras brasileiras, ou mesmo, optando por permanecer no Brasil em caráter definitivo.

2.3. A implantação das colônias japonesas em terras paulistas

A implantação das colônias deu-se a partir de núcleos planejados por companhias subvencionadas pelo governo brasileiro, como a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (K K K K), ou formado pelos imigrantes em torno de uma liderança após passar pelo trabalho nas fazendas de café, ou através da aquisição de terras de particulares.⁸³

Companhias japonesas de emigração como K K K K tiveram um importante papel para a fixação de colonos. A partir de 1916, os lotes foram destinados a imigrantes que já estavam no Brasil e por imigrantes vindos diretamente do Japão. A possibilidade de adquirir as pequenas propriedades propiciou o término do sistema de colonato das fazendas de café e o plantio de outras culturas, como frutas, verduras e legumes.

⁸² Dos 781 trabalhadores que chegaram a bordo do primeiro navio, apenas 191 permaneceram nas fazendas ao final de dois anos. (SAKURAI, 2008, p.19)

⁸³HANDA, 1987, p. 211

De 1908 a 1914, foi subvencionada a vinda de 3.734 famílias no total de 14.886 pessoas. Em 1914, o governo paulista resolveu rescindir o contrato, alegando a difícil fixação dos colonos japoneses em comparação com os europeus. Em 1916 ocorreu a união das empresas Toyo Imin Kaisha, Morioka Imin Kaisha e Takemura Shokan Kaisha, esta sucessora da Nambei Shokumin Kaisha, formando a Brasil Imin Kumiai (Sociedade de Emigração para o Brasil), que pleiteou novo contrato junto ao governo paulista, que teve que conceder devido à dificuldade de trazer europeus ao Brasil em função da Guerra. O contrato foi retomado em 1917, quando é fundada a *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (KKKK) com participação de *Toyo-Imin e Nambei-Imin*, que passa a deter o monopólio sobre os serviços de emigração.⁸⁴

Em 1921, o Estado de São Paulo decide não mais financiar a vinda dos imigrantes japoneses. A partir de 1924 o governo japonês passou a subsidiar inteiramente a vinda dos imigrantes, sendo o Brasil praticamente o único destino dos migrantes japoneses. De acordo com Kaori Kodama e Célia Sakurai⁸⁵, 141.732 imigrantes entraram no Brasil entre 1924 a 1935.

Segundo Rogério Dezem⁸⁶, a emigração para os trabalhadores tinha caráter temporário, contrariando o governo japonês, que pretendia enviar trabalhadores ao Brasil e fazer com que eles se fixassem indeterminadamente, para assim consolidar uma economia ultramar. Um fato que evidencia as intenções do governo são referências formais sobre as instalações dos imigrantes e os espaços a serem construídos em terras brasileiras.

De acordo com Handa⁸⁷, o governo japonês impôs como obrigações às companhias de emigração: as construções de privadas em locais onde elas inexistiam; o fornecimento de madeiras para a construção de camas, mesas e cadeiras e a instalação de água potável. As habitações dos primeiros imigrantes que foram para as fazendas de café eram casas de madeira ou alvenaria, com pisos revestidos por tijolos ou em chão batido, enfileiradas. Em geral, eram destinadas para duas ou três famílias.

Os imigrantes, que adquiriram suas terras, tiveram que derrubar a mata fechada para se estabelecer no local. A primeira moradia era precária, feita normalmente de pau-a-pique, coberta por troncos de coqueiros partidos ao meio ou cascas de árvores.

⁸⁴ SAITO, 1961, p. 32

⁸⁵ KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, pp.17-29, 2008.

⁸⁶ DEZEM, 2008.

⁸⁷ HANDA, 1987, p. 60



Casa de colonos, construída com palmeira jicara
Fonte: HANDA, 1987, p. 351

Onde havia madeira de boa qualidade, tábuas de 20x40 cm de cedro fixas com arame podiam ser utilizadas como telhas. As portas eram cortadas com machado. As aberturas das janelas eram vedadas com caixas vazias ou sacos de juta. Eram necessárias as primeiras colheitas para a construção de uma casa mais confortável. Handa relata que os colonos que moraram inicialmente em fazendas, construíam moradias assemelhadas às casas dos fazendeiros, porém, com áreas mais reduzidas.⁸⁸



Casa de dois pavimentos, na colônia de Registro
Fonte: HANDA, 1987, p. 340

⁸⁸ Ibidem, p.228-229



Casa de imigrantes em Sete Barras.
 Fonte: HANDA, 1987, p. 355

Há, ainda, documentos dos anos de 1920 a 1930 com orientações técnicas e estilísticas para as construções a serem edificadas no Brasil pelos imigrantes japoneses. Trata-se de relatos de viajantes, recomendações e manuais de associações e órgãos oficiais pesquisados e traduzidos pelo arquiteto e professor Humberto Yamaki a partir dos originais japoneses. Há recomendações para a construção dos abrigos provisórios dos imigrantes e das moradias definitivas.

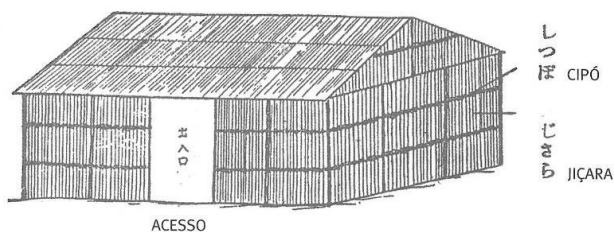


Fig. 7.1. Um rancho provisório

Fonte: Toyoda (1934)

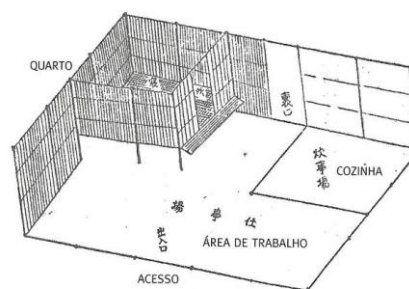


Fig. 7.2. Planta de um Rancho Provisório

Fonte: Toyoda (1935)

Croquis de rancho provisório utilizando o palmito jiçara como matéria-prima
 Fonte: YAMAKI, 2008, p.34-36

Para se edificar uma “casa saudável”, o Tratado Prático de Higiene no Brasil (1927), do Ministério de Assuntos da Colonização e Sociedade Japonesa de Beneficência no Brasil recomendou: “a escolha do local, a estrutura da moradia, a higiene do interior da moradia,

cuidados com o entorno da casa, banheiro e furo⁸⁹. O Movimento GAT – Goza a Terra, criado em 1934 com a finalidade de conscientizar os imigrantes para aumento da renda e importância do cooperativismo, juntamente com a Bratac (Sociedade Colonizadora do Brasil) elaborou um almanaque, de onde foram extraídas notas sobre a moradia dos colonos, transcritas abaixo⁹⁰:

1. Implantação em lugar alto com uma boa vista, local aprazível,
2. Distanciar pelo menos 500 a 600 metros dos rios e alagados, não deixar mata nativa a menos de 120 metros das construções,
3. A área da moradia é variável, porém os quartos devem ser amplos com cerca de 5m² por pessoa, sendo que aos solteiros deve ser destinado quarto individual,
4. A moradia deve ser orientada ao Norte ou Nordeste, sendo as paredes voltadas para Oeste mais espessas, para manter amena a temperatura,
5. Beirais grandes e se possível calhas. O alicerce deve ser elevado do chão evitando a entrada da água da chuva, e pé-direito de mais de 3 metros, se possível,
6. Caiar a parede de branco tornando o ambiente agradável e salubre,
7. Abrir grandes janelas para iluminação e ventilação, a área de janela com cerca de ¼ da área, evitar excesso de pequenas janelas que dificultam a utilização interna das paredes.

Também de 1934, é o Tratado de Arquitetura em Taipa, com ilustrações das estruturas de madeira e medidas equivalentes aos padrões japoneses.

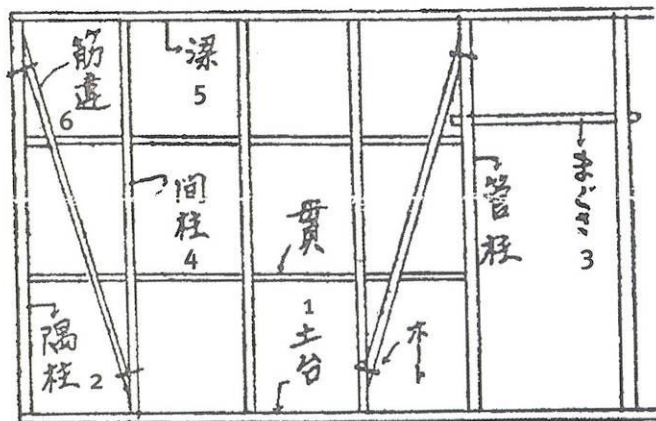


Fig. 8.1. A Estrutura de uma Casa Fonte: Koseki (1934)

Fonte: YAMAKI, 2008, p.40

⁸⁹ YAMAKI, Humberto. **Lições de arquitetura**: manuais e recomendações aos imigrantes japoneses nos anos 20-30. Londrina (PR): Edições Humanidades, 2008, pp 18-22

⁹⁰ Ibidem, p 24

O tratado apresenta recomendações sobre a estrutura de cobertura a ser utilizada: “nos locais onde existem carpinteiros japoneses, pode-se utilizar a tesoura tradicional nipônica. Porém em grandes vãos a necessidade de utilização de peças de grandes dimensões, torna-a antieconômica.”⁹¹

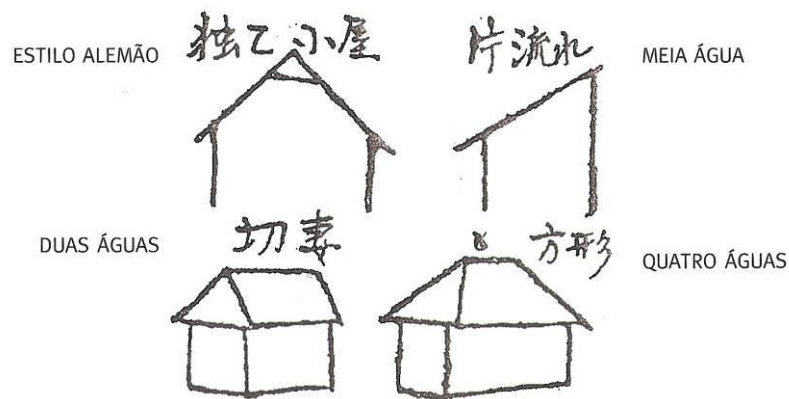


Fig. 8.2. Tipos de Telhado

Fonte: Koseki (1934)

Fonte: YAMAKI, 2008, p.43

O tratado apresenta observações sobre o trabalho dos pedreiros, no que se refere aos cuidados com o preparo e aplicação da taipa, que segundo a orientação apresentada, é a melhor opção para um país quente como o Brasil, pois refresca a casa, além de ter baixo custo e um bom acabamento. Há, ainda, detalhamentos sobre a feitura e instalação das esquadrias, além de pintura com óleo de linhaça, secante e pigmento.⁹²

Existem plantas baixas pertencentes ao acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa em São Paulo, referentes a concursos de arquitetura, realizados no início da década de 1930, organizados pela Bratac. O memorial descritivo para o projeto, traduzido pelo professor Yamaki, traz informações sobre a moradia ideal para os colonos. Segundo o memorial, o projeto deveria ser de fácil execução, além de econômico, higiênico e de ter preocupações estéticas⁹³.

Segundo Saito, o primeiro núcleo de colonização agrícola, ou seja, de imigrantes proprietários, surgiu em 1913 no Vale do Ribeira com a criação da Colônia de Registro. Em 1919, a colônia desmembrou-se com a criação de Sete Barras, sob a administração da KKKK. A

⁹¹ Ibidem, p.43

⁹² Ibidem pp 45-49.

⁹³ Ibidem pp 52-57.

ausência de sistema de transporte e comunicação eficiente restringiu a produção da região apenas à subsistência. A prosperidade das colônias tornou-se possível com a posterior introdução da cultura do chá, do bicho da seda e avicultura⁹⁴

2.4. Os japoneses como o “perigo amarelo”

Entre as décadas de 1920 e 1930, fez-se uma revisão dos imigrantes desejáveis à composição do país. Os japoneses passaram a simbolizar o “perigo amarelo” militar e racial, de acordo com a historiadora Maria Tucci Carneiro, e “Em nome da civilização e do progresso material, a pobreza deveria ser evitada assim como as doutrinas exóticas e a diversidade étnica”.⁹⁵

Em meio ao debate travado entre a opinião pública e o parlamento brasileiro sobre o fim ou a continuidade da imigração japonesa, a Sociedade Nacional de Agricultura promoveu um vasto inquérito, que concluiu como aconselhável a manutenção da imigração japonesa, apesar das diferenças culturais. De acordo com Saito, a polêmica em torno da introdução dos colonos japoneses se deslocava do “campo econômico para o político”. Em 1924 foi apresentado à Câmara dos Deputados um projeto proibindo a entrada de negros e limitando a de asiáticos. Foi rejeitado pelas Comissões de Agricultura e Indústria e de Finanças, mas pode ser considerado como o início de uma legislação discriminatória, que daria origem posteriormente ao regime de cotas. Em uma nota, o autor transcreve pontos do parecer do deputado João de Faria da Comissão de Agricultura e Indústria da Câmara. Para ele, o parecer “desce a tal minúcia que chega a ser pitoresco”. Diz, por exemplo, que:

a) a linguagem é completamente incompreensível para os brasileiros; seus costumes são exóticos, seu físico pouco apresentável sua moral parece-nos estranha: seu traço característico é não respeitar contratos. Sua moradia vive em desordem, dorme no chão com péssimos acolchoados; homens e mulheres tomam banho em promiscuidade; b) o japonês não gosta de criar porcos, aves, vacas leiteiras, não compram muare e com o dinheiro assim poupado adquirem propriedades em locais onde preferem viver em grupos; c) como tipo racial é inferior. O Brasil que já passou por muitos sacrifícios na miscigenação com o negro, deve evitar a repetição do mesmo erro.⁹⁶

A publicação organizada por Simon Schwartzman “Estado Novo, um Auto-retrato”, de 1982, apresenta textos realizados sob a coordenação do então Ministro da Educação e Saúde,

⁹⁴ SAITO, 1961, p.137

⁹⁵ CARNEIRO, 2011, p.79

⁹⁶ SAITO, 1961, p.128

Gustavo Capanema, que deveriam compor uma obra detalhada sobre as ações do governo de Getúlio Vargas a partir de 1930. A obra, que não chegou a ser publicada na época, é uma importante fonte de referências sobre o discurso oficial do Estado Novo, que auxilia o entendimento sobre a política imigratória absolutamente restritiva aos japoneses.

Afirma-se nos escritos que até 1930 o problema imigratório no Brasil fora tratado de maneira equivocada, com demasiada confiança na capacidade de absorção da etnia brasileira sem evitar a formação de núcleos coloniais com predominâncias raciais estrangeiras muito acentuadas. Por isso, a legislação imigratória de 1938, concentrou-se no rigor à seleção dos elementos estrangeiros que pudessem colaborar com a economia brasileira; à localização, para reforçar a agricultura e as indústrias agrícolas; à composição de colônias heterogêneas do ponto de vista racial, devendo predominar o elemento brasileiro; à distribuição de cotas imigratórias às várias nacionalidades, na proporção da sua capacidade de se assimilar; e finalmente, à promoção de todas as demais medidas que facilitassem a fixação do imigrante ao país.⁹⁷ É possível observar repetidas vezes no texto a questão da necessidade de obediência ao critério étnico. E para ser preservada a soberania do país:

[...] o Estado brasileiro se reserva o direito de restringir ou suspender por motivos econômicos ou sociais a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens; e que o Estado brasileiro entende que, admitido no país, o imigrante por isso mesmo se submete, irrestritamente, ao império das leis brasileiras tendentes a promover a sua incorporação à comunidade nacional. [...] Procurava-se opor uma barreira ao impressionante afluxo do elemento japonês que demandara o Brasil e, ao mesmo tempo, reprimir as veleidades que, sob a inspiração dos regimes vigorantes nos seus países, haviam despertado no seio das nossas populações de sangue alemão, nipônico e italiano. [...]

Infelizmente, porém, as condições do mundo continuavam adversas à realização de uma ampla política imigratória para o Brasil. Prevaleciam, e dia a dia se tornavam mais graves, as dificuldades até então encontradas, e o único país que ainda nos oferecia oportunidade era exatamente aquele de onde menos convinha recebêssemos imigrantes – o Japão.⁹⁸

De acordo com Roney Cytrynowicz⁹⁹, a lei de imigração de 1938 (decreto-lei n° 406, de maio, e complemento, decreto-lei 3.010, de agosto) tinha como um dos objetivos principais impedir o grande afluxo de japoneses que demandaram o Brasil e, ao mesmo tempo, reprimir qualquer veleidade das populações de procedência alemã, nipônica e italiana que pudessem estar

⁹⁷ SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo**: um Auto-retrato. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1982, p.109

⁹⁸ Ibidem, pp. 345-346

⁹⁹ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra – a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo (SP): Geração Editorial, 2002, p.152.

inspiradas nos regimes em vigor nos seus países de origem. O autor conclui que o discurso xenófobo do Estado Novo atingiu em 1944 seu auge e nenhum outro grupo como os japoneses, chamados “amarelos”, sofreu tão diretamente os efeitos desta política. Prova disso, é o discurso do Ministro da Justiça Francisco Campos, de maio de 1941, publicado no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio nº 114, de fevereiro de 1944:

Ligado aos deveres da segurança da América, o Brasil não tem o direito de cultivar, dentro de suas fronteiras, um foco de infecção anti-americana, e indiscutivelmente a colonização japonesa é, no momento, e tende a tornar-se cada vez mais, um perigoso foco de infecção, que ameaça o mecanismo de defesa da América. Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. Eles pertencem a uma raça e a uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irreduzível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização dos seus intuítos militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do país; seu egoísmo, sua má-fé, seu caráter refratário fazem deles um enorme quisto étnico, econômico e cultural localizado na mais rica região do Brasil.¹⁰⁰

Na contramão das intenções do governo japonês para fixar os imigrantes em terras brasileiras, encontravam-se as autoridades do Brasil, completamente avessas à entrada e permanência dos “amarelos”. Com planos para garantir a soberania nacional, fizeram uso das “novas categorias simbólicas”, como povo, nação e Estado Nacional¹⁰¹, consideradas como essenciais para a construção das bases do patrimônio nacional brasileiro.

2.5. A criação do SPHAN: por um patrimônio nacional

Para Dominique Poulot, o surgimento de ideologias totalitárias durante o período entre as duas guerras, decididas a transformar a exaltação da herança em um instrumento de propaganda, teve consideráveis conseqüências sobre a própria imagem da cultura¹⁰². É nesse contexto que se encontra a origem da preservação do patrimônio brasileiro.

Possivelmente a maior expressão política do Brasil no século XX, Getúlio Vargas permaneceu no poder entre 1930 a 1945, e depois foi eleito pelo voto popular em 1950,

¹⁰⁰ Ibidem, p.150

¹⁰¹ SANTOS, Mariza Veloso Mota. **O tecido do tempo**: a idéia de patrimônio cultural no Brasil – 1920-1970. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Faculdade de Antropologia, Universidade de Brasília, 1992, p.23.

¹⁰² POULOT, 2009, p.29

estendendo sua estadia à frente da Nação até 1954, quando se suicidou. O período que importa ao presente estudo é o Estado Novo, estabelecido a partir de novembro de 1937, que teve o nacionalismo como política de estado, e é o marco inicial para a constituição das práticas de preservação no Brasil e do patrimônio como “fato nacional”.¹⁰³

Para tanto, criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 13 de janeiro de 1937 através da Lei nº378, regulamentado pelo Decreto-Lei nº25 em 30 de novembro no mesmo ano. A base conceitual do Sphan foi elaborada por Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que ficou no governo de 1934 a 1945. O anteprojeto foi entregue ao ministro em 1936, com a definição das competências da instituição a ser criada, o entendimento sobre o patrimônio artístico nacional e a obra de arte patrimonial, contemplando representações eruditas e populares, além de um plano de funcionamento, com atribuições da direção, da chefia de tombamento, de comissões regionais, do conselho consultivo e do conselho fiscal.

O Decreto-Lei nº25, ainda vigente nos dias de hoje, foi redigido quase integralmente pelo advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiu a instituição desde a sua criação até 1967. O período em que o Sphan esteve sob a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade é chamado de “fase heróica”, que contou com outros nomes importantes ligados ao movimento modernista brasileiro, como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. Talvez seja possível relacionar a atuação desses representantes à busca pela modernidade, que “passa pelo reconhecimento de si mesmo, pela procura de uma identidade nacional, identidade e modernidade estas também perseguidas pela ‘Era Vargas’”.¹⁰⁴

Em “Tempos de Capanema”, publicação realizada a partir do acervo pessoal de Gustavo Capanema, doado ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, os autores Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa apontam que o projeto do ministro deveria privilegiar o desenvolvimento da alta cultura do país e impedir que a nacionalidade, “ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações”.¹⁰⁵

¹⁰³ MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Materialidade e Imaterialidade Criadoras: O Global, o Nacional e o Local na Construção do Patrimônio Cultural - O Bairro do Recife como Caso.** Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2002, p.36

¹⁰⁴Ibidem, p.140

¹⁰⁵ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit3.htm>. Último acesso em: 24 de agosto de 2012, 11:17:35.

Schwartzman, Bomeny e Costa afirmam que não encontraram nenhum documento que revelasse alguma identificação do ministro Capanema com o movimento modernista, que, “na perspectiva de Mário de Andrade, buscava uma retomada das raízes da nacionalidade brasileira, que permitisse uma superação dos artificialismos e formalismos da cultura erudita superficial e empostada”. Para os autores, o modernismo, do qual Mário de Andrade foi um dos principais representantes, era bastante amplo e ambíguo, possibilitando interpretações variadas, e por isso, não se colocava em contradição com o programa político e ideológico do Estado Novo. Eles acreditam que o que preponderou no autoritarismo brasileiro, não foi a procura pelas raízes mais populares do país, como desejava Mário de Andrade, e sim a tentativa de colocar o catolicismo tradicional e o culto aos símbolos e líderes da pátria como princípio mítico do Estado fortalecido que se almejava. Capanema estaria então, muito mais identificado a este propósito do que com ideais mais libertários e inovadores, expressos em obras consagradas de Mario de Andrade.¹⁰⁶ Fato é que foram tombados durante o período heróico do Sphan inúmeros exemplares de bens móveis e imóveis de matriz católica, “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, como consta no artigo 1º do Decreto-Lei n º 25.

Um importante antecedente para a concepção do patrimônio histórico e artístico no Brasil foi, na opinião de Mariza Veloso Mota Santos, a viagem de Mario de Andrade, em 1919, a Minas Gerais, da qual resultaram importantes trabalhos, como, “O Aleijadinho e a arte colonial brasileira”. Assim como uma caravana de intelectuais paulistas ocorrida em 1924 às cidades históricas de Minas Gerais, que teria gerado um intercâmbio entre os grupos modernistas paulista e mineiro. A consequência desse intercâmbio teria sido a redescoberta do barroco pelo movimento modernista¹⁰⁷.

Para a autora, o modernismo brasileiro proporcionou um retorno ao passado e a valorização das formas de expressão consideradas tradicionais em um sentido amplo, com ênfase especial para o século XVIII, a escola barroca e reconheceu Aleijadinho, como espécie de “mito fundador”. Ela argumenta que o barroco é emblemático nesse momento em que a Nação brasileira começa a se formar, pois é compreendido pelos modernistas como a primeira manifestação cultural genuinamente brasileira, possibilitando a articulação de uma narrativa sobre a nacionalidade, carregada de categorias simbólicas, “como o tempo (desdobrado em passado e futuro), a tradição, a originalidade, a civilização, a universalidade, a monumentalidade, etc”. Para ela, mostrar a autenticidade da nação, proporcionando visibilidade através dos

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ SANTOS, 1992, pp. 5-6

monumentos arquitetônicos, das obras de arte, tornou-se o grande projeto do Sphan. Não foi por acaso, portanto, a grande ênfase dada ao tombamento de bens característicos do barroco erigidos no século XVIII”¹⁰⁸

A historiadora Márcia Chuva argumenta sobre a formação de uma “rede mineira” formada dentro do Sphan. Eram mineiros: Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan, vinculado a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, e Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete. Segundo a historiadora, essa centralidade mineira configurou-se também, nas representações relacionadas ao patrimônio histórico e artístico nacional. A produção artística e arquitetônica do século XVIII das Minas Gerais foi consagrada e considerada paradigmática, servindo de modelo para o restante do Brasil.¹⁰⁹ Também modelar, foi a produção de arquitetos modernistas ligados ao Sphan. Ressalta-se também os tombamentos de edificações recém-construídas à época, como é o caso da Sede do Ministério da Educação e Saúde,¹¹⁰ para consagrar a produção brasileira de uma nova arquitetura e assim reforçar o sentido do valor nacional do patrimônio.

Além da extrema valorização da escola barroca, houve apreço também às soluções da arquitetura popular, herdada dos portugueses. A Revista do Patrimônio em sua primeira edição publicou em 1937 o artigo “Documentação Necessária”, de Lúcio Costa. O arquiteto reverencia a “boa tradição” dos mestres-de-obra e carpinteiros “incultos” que transferiram de Portugal para a colônia uma arquitetura “sem o ar afetado e pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza e na ausência de *make up*, uma saúde plástica perfeita – se é que podemos dizer assim”¹¹¹.

No mesmo período, Lúcio Costa escreveu a Rodrigo M. F. de Andrade uma carta “na qualidade de arquiteto incumbido pelos CIAM de organizar o grupo do Rio e na de técnico especialista encarregado pelo SPHAN de estudar a nossa arquitetura antiga”. Recomendou a aprovação do projeto de Oscar Niemeyer para o Grande Hotel de Ouro Preto, no centro histórico tombado, “porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de

¹⁰⁸ Ibidem, pp. 25-33

¹⁰⁹ CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os Arquitetos da Memória**. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 2009, p.62

¹¹⁰ Projeto de autoria de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Ernany de Vasconcelos, com base em estudos realizados por Le Corbusier, que veio ao Brasil como consultor em 1937; e projeto paisagístico de Roberto Burle Marx.

¹¹¹ COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 1, 1937, p.31.

arquitetura.”¹¹². Para Lúcio Costa, que chegou a fazer parte do movimento neocolonial dos arquitetos nos anos 20, antigo e novo conviviam perfeitamente, desde que obedecido o princípio da “boa arquitetura”, que poderia estar nas tradições do legado português ou na arquitetura genuinamente moderna.

Logo após o fim do Estado-Novo, não se tem registros de atuações representativas do Estado para área da cultura no Brasil. Somente nos primeiros anos da década de 1960, durante o governo de João Goulart, é que pôde ser visto no país, um período de intensa movimentação política e cultural por parte de diversos setores da sociedade, engajados no movimento comunista. Com o Golpe Militar de 1964, seguem-se anos de repressão severa, com a ditadura instaurada através dos atos institucionais. O AI-5, imposto por Costa e Silva em dezembro de 1968, dava plenos poderes ao presidente e não tinha prazo de vigência. ¹¹³Pode ser considerado o mais implacável instrumento contra a liberdade e a democracia.

Para a arquiteta Marcia Sant’Anna, a cultura como “projeto de hegemonia”, é ainda mais estratégica à integração nacional para o regime militar do que foi ao Estado Novo. De 1967 a 1975, foram criados o Conselho Federal de Cultura, a EMBRAFILME, o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, a Fundação Nacional de Arte – FUNARTE e o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC.¹¹⁴

No campo do patrimônio, terminou a chamada Fase Heróica do Sphan com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967. Seu lugar foi ocupado pelo arquiteto Renato Soeiro, que ficou na direção do Sphan até 1979.

¹¹² MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n° 22, 1987, p.109

¹¹³ FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo (SP): Edusp, 2006, p. 265.

¹¹⁴ SANT’ANNA, Marcia. **Da cidade monumento à cidade documento: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador (BA), 1995, p.154.

● **CAPÍTULO 3** ARQUITETURA DOS IMIGRANTES JAPONESES: UM PATRIMÔNIO BRASILEIRO POSSÍVEL

Em primeiro lugar, a imigração representa um profundo corte, com vários desdobramentos, no plano material e no plano imaginário. O corte não é sinônimo de apagamento de uma fase passada, na vida individual, familiar ou de grupo, integrando-se pelo contrário ao presente, com muita força.¹¹⁵

3.1. Novas matrizes e matizes do patrimônio nacional

A partir da década de 1970, iniciaram-se algumas mudanças conceituais no Sphan. Em 1975, começaram as atividades do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em Brasília sob a coordenação de Aloísio Magalhães. Para ele, o conceito de bem cultural não deveria se restringir à categoria dos bens móveis e imóveis, essencialmente voltados para o passado, ou à categoria dos bens de criação individual como a música, a literatura, o cinema, as artes plásticas, a arquitetura e o teatro, normalmente apreciados pelas elites.

Permeando essas duas categorias, existe vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação nas políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.¹¹⁶

O CNRC foi viabilizado através de um convênio do Governo do Distrito Federal com o Ministério da Indústria e Comércio. Posteriormente, o convênio foi ampliado com outras instituições, como a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O centro contava com profissionais de diversas áreas de formação, tendo desenvolvido vários trabalhos como, por exemplo: o mapeamento do artesanato brasileiro, os levantamentos sócio-culturais e da documentação sobre o Brasil e história da ciência e tecnologia no país. Ressalta-se como prática do CNRC, o reconhecimento dos fazeres e saberes populares para a construção da identidade do Brasil, o

¹¹⁵ FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). **História da Vida Privada**. Volume 4. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2007, p.14.

¹¹⁶ MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n° 20, 1984, p.42

compromisso com os resultados das pesquisas, com a capacidade de produzir valor econômico e com a apresentação de alternativas em favor do desenvolvimento do país.¹¹⁷

Em meados da década de 1970, durante o governo do general Ernesto Geisel, inicia-se um processo de abertura política. É de 1979, a Lei nº 6.683, conhecida como “lei da anistia”, resultado efetivo do esforço de mais de uma década dos opositores ao regime militar, que possibilitou a volta dos exilados políticos ao Brasil.

Também em 1979, Aloísio Magalhães foi nomeado diretor do Iphan que se fundiu ao CNRC e ao Programa de Cidades Históricas¹¹⁸. Criou-se então, a Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão executivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que substituiu o Iphan. A Sphan/Pró-Memória significava para Aloísio a possibilidade de dinamizar de uma importante instituição existente, com a capacidade de se ampliar o espectro de bens culturais.¹¹⁹

A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca destaca a importância dos trabalhos do CNRC quanto à ampliação do conceito de patrimônio com o reconhecimento de outras categorias sociais e dos “excluídos” da história oficial, como indígenas, negros, populações rurais, imigrantes, etc. A expressão “patrimônio cultural não-consagrado” teria surgido nessa época para designar os bens culturais que, até então, não faziam parte do universo do patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo a autora, os funcionários do SPHAN argumentavam que tal exclusão se justificava pelo fato de não haver, no Brasil, testemunhos materiais significativos da cultura desses grupos sociais, e por estarem esses bens, em geral, imersos em uma dinâmica de uso que inviabilizava o tombamento.¹²⁰

O início da década de 1980 é marcado pelo desgaste do regime militar em meio a grande crise econômica. Deve-se destacar a ação dos movimentos sociais apesar da repressão, e a grande mobilização popular organizada em 1984 durante a campanha pelas eleições diretas para presidente. Embora sem eleições diretas, a oposição vence no Colégio Eleitoral. Em 1985, José Sarney assume a presidência do Brasil, após a morte de Tancredo Neves.

¹¹⁷ FONSECA, 2005, p.144-151

¹¹⁸ Programa criado em 1973, com vistas a viabilizar condições para as atividades turísticas e utilização dos bens culturais como fonte de renda nas localidades carentes da região nordeste. Em 1977, o programa foi estendido à região sudeste. Colaborou com a criação de leis de preservação nos estados e a implantação de órgãos locais de patrimônio.(FONSECA, 2005, p.143)

¹¹⁹ MAGALHÃES, 1984, p.42

¹²⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.24. Brasília (DF): IPHAN, pp.153-163, 1996.

O falecimento precoce de Aloísio Magalhães em 1982 impede a continuidade do trabalho que propunha. No entanto, o sentido da “referência cultural” não deixa de influenciar as linhas de atuação do patrimônio cultural para as próximas décadas. Para Fonseca, a atuação de Aloísio Magalhães no final do regime militar foi tão fundamental quanto o papel de Rodrigo M. F. de Andrade durante o Estado Novo, “por conferir à política cultural desse período uma marca própria, cujos efeitos e influência transcenderam a fase do regime autoritário”¹²¹

De acordo com Márcia Sant’anna¹²², Magalhães ampliou o sentido de valor cultural, colocando o patrimônio e a produção artística num universo de bens culturais, incluindo também produtos e manifestações do fazer popular, em uma direção já apontada por Mario de Andrade em 1936 na escrita do seu anteprojeto e não contemplada na redação final do Decreto-Lei nº 25.

Para Márcia Chuva, a partir das décadas de 1970 e 1980, “os passíveis de gerar herança ampliaram-se significativamente” em decorrência de um conceito antropológico de cultura, com uma amplitude de “épocas históricas e ambiente sociológicos”¹²³. Nesse sentido, talvez seja correto assegurar como emblemáticos os tombamento ocorridos na década de 1980, do Terreiro de Candomblé da Casa Branca em Salvador, na Bahia e o Casarão do Chá, sede da antiga Fábrica de Chá Tokyo, na cidade de Moji das Cruzes em São Paulo. O reconhecimento da religiosidade africana e da arquitetura de imigrantes japoneses foi uma grande novidade para o patrimônio nacional.

Com a nova constituição, promulgada em 1988, legitima-se a diversidade do Brasil, tratando a cultura de maneira sistêmica e considerando como patrimônio “os bens de natureza material e imaterial.”¹²⁴ No entanto, o início dos anos 1990, é marcado pela posse de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960; pelo desmonte da Sphan/Pró-Memória e pelo *impeachment* do presidente. Em 1994, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) criado durante o governo Collor, foi renomeado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e até o presente momento, Iphan.

Em 2000 foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a implantação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, no âmbito do Iphan, através do

¹²¹ FONSECA, 2005, p.174

¹²² SANT’ANNA, 1995, p.185

¹²³ CHUVA, 2009. p. 45

¹²⁴ vide artigos 215 e 216. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Último acesso em 01 de fevereiro de 2013, 17:00:00

Decreto nº 3.551. O reconhecimento de saberes, formas de expressão, celebrações e lugares amparado à metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais criada pelo Iphan, confere ao patrimônio novas possibilidades de atuação e a necessidade de pensar conjuntamente as faces materiais e imateriais da cultura. A perspectiva das “referências culturais” iniciada no anteprojeto de Mario de Andrade, estimulada por Aloísio Magalhães e consolidada com a política de patrimônio imaterial foi a grande diferença ocorrida no campo do patrimônio no Brasil no final do século XX.

Em 1992 foi instituída pela UNESCO a categoria de paisagem cultural na classificação de patrimônio mundial, e no ano 2000, deu-se a realização da Convenção Européia da Paisagem. Tais ações refletem uma mudança de apreensão do patrimônio no século XXI em âmbito internacional e também no Brasil.

A paisagem cultural, grosso modo, considera o território e a integração entre a vida das comunidades e o patrimônio material e imaterial nele inseridos. Ao Iphan, a abordagem da paisagem cultural é bastante inovadora do ponto de vista da gestão, entretanto, o reconhecimento da paisagem ocorre desde a criação da instituição em 1937, através do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

“Paisagem cultural e patrimônio”, título do livro escrito pelo geógrafo Rafael Winter Ribeiro, publicado pelo Iphan em 2007 fez referência a vários teóricos da geografia que apontaram o desenvolvimento da paisagem cultural como conceito científico, com indicações de grande relevância referente ao reconhecimento da paisagem como objeto patrimonial, tais como *locus* transformado pela ação humana, seu caráter simbólico e a preservação de usos e significações.

É também de 2007, a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, documento produzido a partir do Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória da Fronteira ocorrido no Rio Grande do Sul, com a participação de diversas instituições, entre elas o Iphan. Embora concentrada principalmente na preservação das paisagens dos Pampas e de regiões de fronteira, a Carta apresenta em seu artigo 4, um panorama mais ampliado, considerando que:

A preservação da paisagem brasileira deve ser reconhecida mediante certificação concedida pelos órgãos de patrimônio cultural e aprovada por seus conselhos consultivos, de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significação cultural ¹²⁵

¹²⁵ http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf. Último acesso em 01 de fevereiro de 2013, 16:48:00.

Através do viés da paisagem cultural é que ocorre a proposição de novos tombamentos de bens construídos por imigrantes japoneses no Estado de São Paulo. Duas décadas depois do Casarão do Chá, foi tombado um conjunto de bens localizados nos municípios de Ribeira e Iguape, na região do Vale do Rio Ribeira de Iguape, como uma das ações de reconhecimento e salvaguarda dos vestígios da imigração japonesa na região.

Buscou-se compreender a constituição do patrimônio da imigração japonesa a partir do estudo dos processos. Vale destacar que os processos administrativos que deram origem aos tombamentos contém um processo de mudanças no país e no campo da cultura.

3.2. O tombamento do Casarão do Chá e o valor excepcional

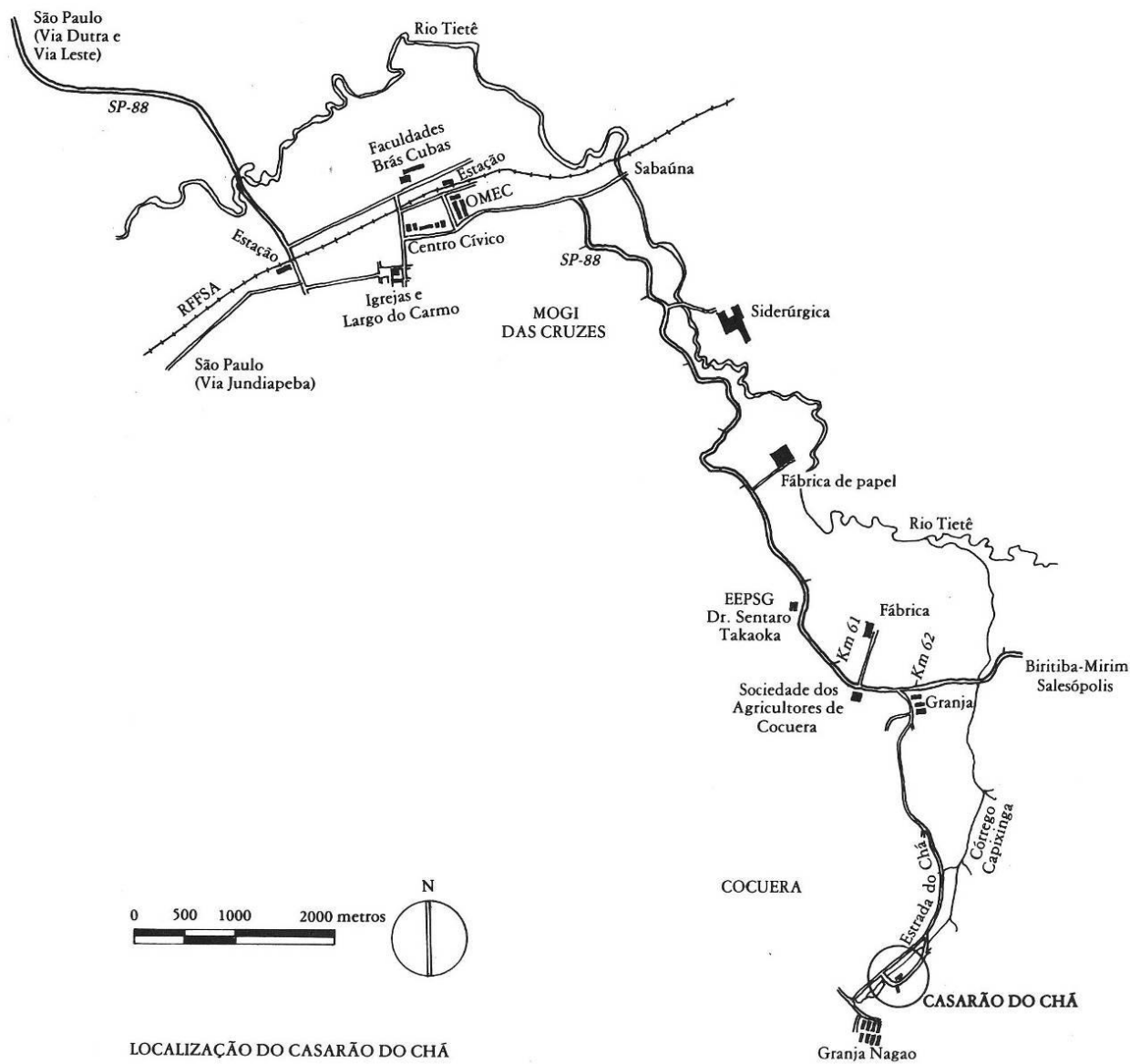
Questões relativas à imigração japonesa foram objetos de algumas pesquisas que antecederam o processo de tombamento do Casarão do Chá. Destacam-se alguns estudos realizados na primeira metade do século XX por Herbert Baldus e Emílio Willems da Universidade de São Paulo, com importantes contribuições ao conhecimento da cultura material dos imigrantes, que incluem aspectos atinentes a “diferenças na arquitetura externa da habitação”, “diferenças na divisão interna da casa”, “diferenças no mobiliário”, entre outras questões.¹²⁶ Também da Universidade de São Paulo, existe a publicação de Pasquale Petrone, da década 1960.¹²⁷

Em 1982, a historiadora Celina Kuniyoshi e o arquiteto Walter Pires realizaram a importante pesquisa para o tombamento estadual do Casarão do Chá pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). O estudo foi publicado pelo Condephaat em 1984 e utilizado para a instrução do processo da Sphan, que deu origem ao tombamento do Casarão do Chá como patrimônio nacional no ano de 1985.¹²⁸

¹²⁶ WILLEMS, Emílio. **Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo**. Boletim LXXXII. Antropologia nº 3. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1948.

¹²⁷ PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. Boletim nº 283. Geografia nº 14. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras /USP, 1966

¹²⁸ KUNIYOSHI, Celina e PIRES, Walter. **Casarão do Chá – Mogi das Cruzes**. São Paulo (SP): CONDEPHAAT, 1984.



LOCALIZAÇÃO DO CASARÃO DO CHÁ

Localização do Casarão do Chá
 fonte: KUNIYOSHI; PIRES, 1984, p.16

O Casarão do Chá, edificado pelo construtor Kazuo Hanoka para a antiga Fábrica de Chá Tokyo, na década de 1940, no bairro de Cocuera, localiza-se no município de Mogi das Cruzes.



Detalhe de prancha com o levantamento do Casarão do Chá
(Condephaat; Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Regional de Mogi das Cruzes, 1980)
Fonte: Arquivo Noronha Santos

Celina Kuniyoshi e Walter Pires iniciaram o estudo com diversos questionamentos, como por exemplo: o uso fabril para uma edificação imponente com formas assemelhadas a castelos e templos japoneses, localizada em área rural, construída durante o Estado Novo, em meio a grandes restrições aos estrangeiros; e também quanto à plantação do chá na região de Mogi das Cruzes e se os recursos financeiros para a construção teriam sido gerados a partir da produção da fábrica. Para responder às questões, os autores realizaram pesquisas sobre arquitetura japonesa, um cuidadoso levantamento cadastral do Casarão do Chá, além de um trabalho de história oral com familiares e pessoas próximas ao construtor Hanaoka, ao administrador da fazenda, além do proprietário à época da pesquisa e do antigo redator e diretor da revista Brasil Agrícola. Serão descritos abaixo, de modo um tanto conciso, alguns trechos do estudo, com vistas à compreensão do bem tombado.



Casarão do Chá (sem referência de autor e data)
Fonte: Arquivo Noronha Santos

A primeira família de imigrantes chegou ao bairro de Cocuera em 1919. Mas somente na década de 1930, formou-se uma colônia com imigrantes vindos de outras localidades de São Paulo e diretamente do Japão, entre eles o carpinteiro Kazuo Hanoka, que construiu o Casarão do Chá, para o empreendimento da Sociedade Katakura Gomei Kaisha, em um curto período em que existiu o cultivo e o beneficiamento de chá¹²⁹ em Mogi das Cruzes.

A Sociedade Katakura, fundada com capital japonês, era coordenada pelo engenheiro agrônomo japonês, Fukashi Furihata, que adquiriu 150 alqueires de terras em Mogi das Cruzes, no bairro de Cocuera, entre 1924 e 1925, utilizados para o plantio de hortaliças e para a produção e beneficiamento do chá. Celina Kuniyoshi e Walter Pires destacam o empreendedorismo e as inovações do agrônomo, que se dedicou ao desenvolvimento de técnicas agrícolas adequadas às condições locais, ao aperfeiçoamento de mecanismos para se beneficiar o chá, além da aquisição da revista *Brasil Agrícola*. A publicação impressa em língua japonesa divulgava mensalmente traduções de matérias sobre a agricultura brasileira e artigos enviados por agricultores, mas foi retirada de circulação por determinação do governo, a partir de 1937, em decorrência das restrições do Estado Novo.

¹²⁹ A planta cultivada para a produção do chá verde e chá preto é a espécie *Camelia sinensis*. Para a produção do *chá verde*, as folhas devem ser submetidas à secagem. Para a produção do *chá preto*, as folhas devem ser fermentadas e submetidas à secagem.
In: <http://www.anvisa.gov.br>

Para o processamento e venda do chá, o agrônomo Furihata montou na própria fazenda a Fábrica de Chá Tokyo, que durante a 2ª guerra, viu sua produção aumentar, em função da suspensão das exportações de chá provenientes da Índia. Para a expansão do seu potencial produtivo, a Sociedade Katakura providenciou novas instalações, ou seja, a construção do Casarão do Chá inaugurado em 1942.

Não foram localizadas por Celina Kuniyoshi e Walter Pires documentação sobre o projeto do Casarão do Chá deixada pelo construtor Kazuo Hanaoka, tais como plantas, desenho e memoriais. As descrições feitas no estudo de tombamento tiveram por base as entrevistas realizadas entre 1982 e 1983 com Torao Sasaki (genro do administrador da fazenda), Amélia Inose (filha de Kazuo Hanaoka), Sethiro Namie (o proprietário à época da pesquisa) e Goro Urushibata (ajudante de Kazuo Hanaoka).

De acordo com o estudo, o aumento da produção e a necessidade de se tornar mais eficiente o processo de beneficiamento nortearam o projeto de Hanaoka, que concebeu a edificação com dois pavimentos, distribuindo e articulando os ambientes de acordo com as etapas.

Na produção do chá preto, a desidratação das folhas era realizada em um prazo de um a três dias no pavimento superior, que apresenta uma seqüência de janelas que favorecia a ventilação. Em seguida, as folhas murchas eram lançadas para o térreo através de um tubo de tecido, colocadas em máquinas e submetidas à forte pressão para se retirar o excesso de tanino. Na próxima etapa, era realizada a fermentação das folhas em bandejas de madeira com temperatura e umidade controladas durante duas horas. Após a fermentação, realizava-se a secagem em um tambor de 500 litros que girava no forno a carvão, e depois torrado no forno a lenha. E finalmente o chá era selecionado e embalado.

Para a produção de chá verde, não ocorriam as etapas de desidratação e de fermentação. Realizavam-se apenas a secagem, a seleção e a embalagem.

O construtor Kazuo Hanaoka, nascido em 1899 na província de Nagano, era filho do “arquiteto-carpinteiro” Umeya Hanaoka, de acordo com as informações obtidas pelos autores do estudo de tombamento do Casarão do Chá.

Kazuo Hanaoka serviu o exército, lutou na Sibéria e retornou ao Japão para trabalhar com o pai, com quem aprendeu técnicas construtivas de carpintaria e marcenaria, que segundo o estudo, eram próprias de cada família ou grupo, que as mantinham em segredo. Sua grande obra no Japão foi a residência do proprietário da Sociedade Katakura Gomei Kaisha em 1927, com riqueza de detalhes em cada ambiente.

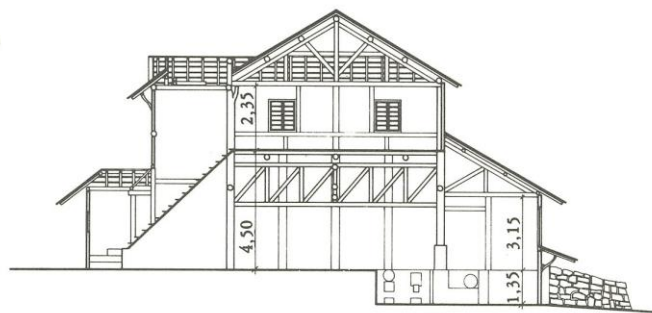
Ele imigrou para o Brasil em 1929 a contragosto de seus pais. Foi convidado pelo agrônomo Fukashi Furihata, que o levou para Mogi das Cruzes para trabalhar como lavrador na fazenda da Sociedade Katakura. No ano seguinte, mudou-se para a Fazenda Tietê, onde realizou obras para a construção da cidade de Pereira Barreto. Em 1939, temendo a eclosão da guerra, Hanaoka decidiu ficar mais próximo à capital. Por julgar ser um local com maior segurança, instalou-se em uma fazenda em Campinas onde se dedicou à produção de tomate. Com o agravamento da guerra, a possibilidade da fazenda ser tomada pelo exército, Hanaoka decidiu retornar a Mogi das Cruzes em janeiro de 1942, mais uma vez, por convite de Furihata, onde passou a trabalhar nas lavouras de chá. No mesmo ano, o agrônomo pediu a Hanaoka que trabalhasse no desenvolvimento do projeto e das obras para a nova fábrica de chá. Segundo as informações de Celina Kuniyoshi e Walter Pires, o construtor relutou em aceitar a empreitada, pela inexperience com este tipo de edificação e por estar desapontado com os trabalhos realizados no Estado de São Paulo. Quando imigrou, imaginava construir residências como a da família Katakura no Japão. No entanto, fez apenas obras muito simples. Diante da persistência de Furihata, Hanaoka aceitou o desafio e construiu, de modo exemplar, as instalações da fábrica de chá com técnicas japonesas adaptadas à realidade brasileira, como o uso de telha francesa, esquadrias e de troncos de eucalipto; e técnicas comuns no Brasil e no Japão, como a utilização de taipa de mão.

Mesmo diante dessa complexa fusão de elementos construtivos diferenciados pode-se assinalar uma série de características que nos remetem à arquitetura tradicional japonesa:

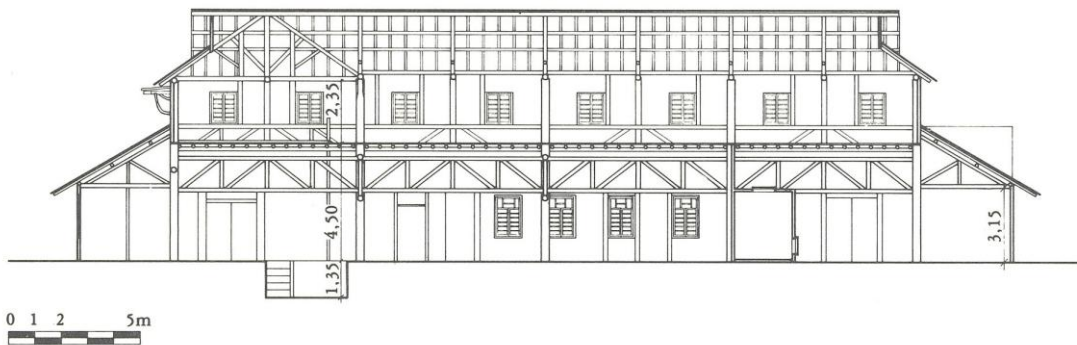
1. Estrutura independente de madeira – utilizada originalmente no Japão como uma melhor forma de adaptação aos freqüentes terremotos;
2. Planta livre – poucas divisórias internas, apenas nos locais indispensáveis ao programa original (depósito de chá e compartimento para fermentação);
3. Cobertura – alguns aspectos formais como o telhado tipo **irimoya**, comum à construção tradicional japonesa, e o frontão e o pórtico mais elaborados que se inspiram na arquitetura religiosa e palaciana do Japão;
4. Uso de blocos de pedra na fundação, sem amarração com a estrutura do edifício – solução adotada na arquitetura japonesa também como proteção contra os constantes terremotos;
5. Estrutura de madeira aparente;
6. Paredes de taipa de mão com uso de bambu (apesar da difusão desta técnica construtiva no Japão, sua aplicação no Casarão do Chá pode ter se dado tanto pela transferência dessa tradição construtiva através de Hanaoka, como pela simples adaptação da usual parede de pau-a-pique do interior paulista);
7. Utilização da forma natural da madeira como recurso estético e na composição da estrutura e detalhes construtivos;
8. Modulação – no Japão as edificações tradicionais e seus espaços internos modulam-se pelas dimensões do ‘tatami’ (1,80m x 0,90m aproximadamente). No Casarão é clara uma intenção reguladora da composição espacial do edifício, mas ainda não existem elementos para

- determinar se isso ocorreu em função desses padrões utilizados normalmente no Japão;
9. Esquadrias sustentadas pela estrutura de madeira do edifício.¹³⁰

Os autores finalizam o estudo de tombamento ressaltando a importância da preservação do Casarão do Chá e enaltecendo o valor excepcional da edificação fabril construída com técnicas e materiais típicos da área rural paulista, mantendo várias características construtivas típicas do Japão e utilizando elementos arquitetônicos encontrados em castelos e templos.



CORTE BB

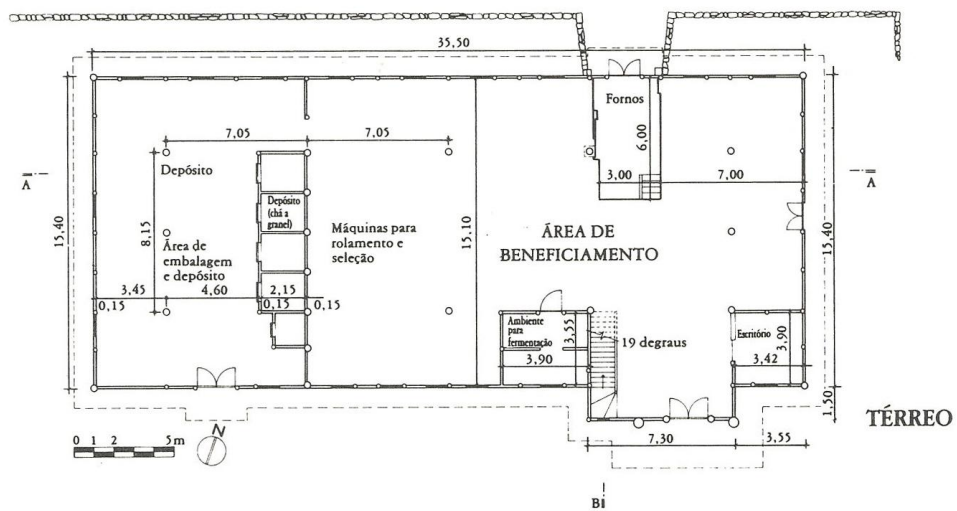
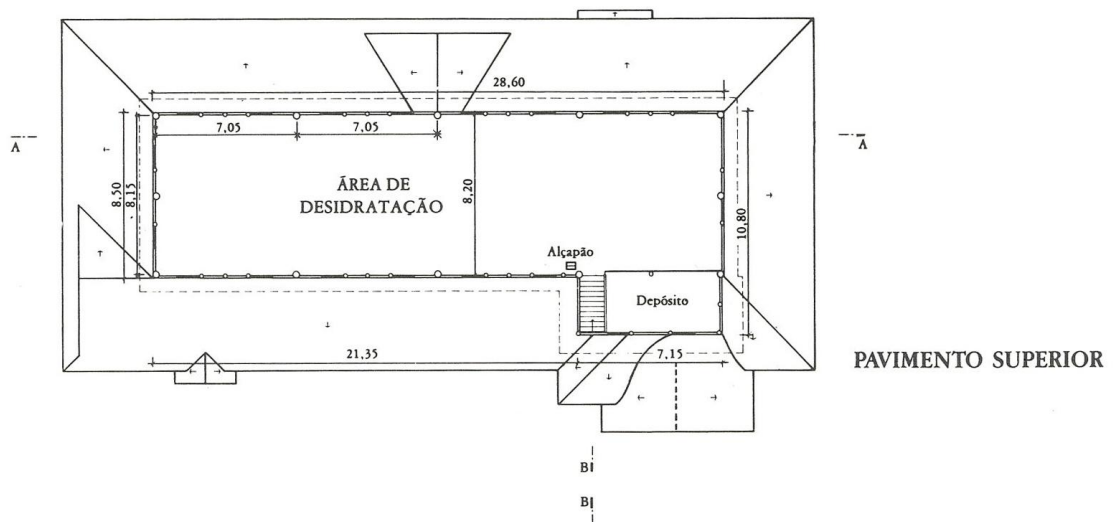
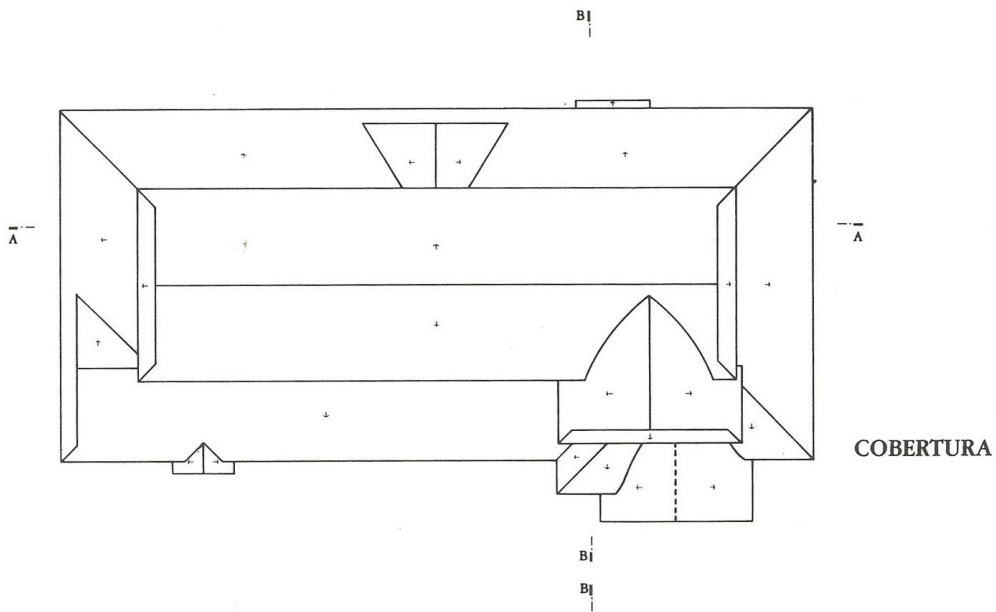


CORTE AA

Cortes

fonte: KUNIYOSHI; PIRES, 1984, p.28

¹³⁰ KUNIYOSHI; PIRES, 1984, p.45



Plantas baixas
 fonte: KUNIYOSHI; PIRES, 1984, p.29

Processo 1.124-T-84

O processo de tombamento federal do Casarão do Chá 1.124-T-84¹³¹ teve início com uma correspondência do vice-presidente em exercício Augusto Humberto Vairo Titarelli do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo) em 22 de maio de 1984, ao membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹³², Eduardo Kneese de Mello, da então SPHAN (Subsecretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A correspondência encaminhava o texto da publicação da historiadora Celina Kuniyoshi e do arquiteto Walter Pires, produzido com base no estudo de tombamento da edificação como patrimônio do Estado de São Paulo em 1982.

A representação da então Sphan (Subsecretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em São Paulo, através do diretor regional, Antonio Luiz Dias de Andrade, mostrou-se favorável ao tombamento nacional do Casarão do Chá por duas razões¹³³: “significativo valor histórico, compreendido este no quadro dos movimentos migratórios europeus e asiáticos para o Brasil, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX” e pelas características formais do bem imóvel, “que o fazem situar entre aquelas edificações de caráter excepcional dadas suas qualidades e méritos de arquitetura”. O diretor referiu-se ao estudo de Celina Kuniyoshi e Walter Pires e reiterou o caráter monumental do edifício e a importância de inseri-lo no quadro dos monumentos brasileiros. Enalteceu o “cuidado com o preparo dos materiais empregados, o apuro e sofisticação do sistema construtivo, as inovações introduzidas na organização dos espaços de trabalho e o esmero dispensado às soluções formais, tão bem conjugados entre si”.

A informação técnica nº16 de 1985, escrita pela arquiteta Dora M. S. de Alcântara, Coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/ Sphan¹³⁴, fez menção à pesquisa de Celina Kuniyoshi e Walter Pires referente à arquitetura de imigrantes japoneses, apresentada no II Congresso Brasileiro de História da Arte em setembro de 1984. A coordenadora ressaltou a grande expressividade dos bens localizados na região de Mogi das Cruzes e no Vale do Ribeira.

¹³¹ Fonte: Arquivo Noronha Santos

¹³² O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi instituído pela Lei nº378 de 13 de janeiro de 1937. O artigo 46º determinou a composição do Conselho pelo diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelos diretores dos museus nacionais e por dez membros nomeados pelo Presidente da República. Atualmente o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é um órgão colegiado da estrutura do Iphan, estabelecido pelo Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009. O Conselho Consultivo é presidido pelo Presidente do Iphan, que o integra como membro nato, e composto por treze representantes da sociedade civil, com notório conhecimento nos campos de atuação do Iphan, além de representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB; Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos (Brasil); Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Ministério da Educação; Ministério das Cidades; Ministério do Turismo; Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e Associação Brasileira de Antropologia – ABA.

Fonte: www.iphan.gov.br

¹³³ O casarão do Chá – processo 1.124-T-84: folhas 63-66

¹³⁴ O casarão do Chá – processo 1.124-T-84: folhas 70-71

Ponderou que como o Casarão do Chá já detinha tombamento estadual, a Sphan poderia contribuir com a proteção de outros bens de igual relevância. No entanto, considerou a “eloqüência” do diretor Antonio Luiz Dias de Andrade e a solicitação do conselheiro Kneese de Mello para o tombamento do Casarão do Chá em Mogi das Cruzes

Dora Alcântara apontou as semelhanças no emprego comum de estruturas de madeira e de algumas associações com soluções locais, que poderiam estar relacionadas a origens um tanto antigas, que remontariam aos contactos dos portugueses com o Extremo Oriente. E finaliza que o tombamento poderia preservar um elemento de “significativo valor histórico, compreendido este no quadro dos fenômenos das migrações européias e asiáticas para o Brasil, havidas, sobretudo a partir da segunda metade do século passado” e uma obra do Arquiteto Kazuo Hanaoka “de caráter excepcional dadas suas qualidades e méritos de arquitetura”.

Em 15 de janeiro de 1985, o diretor da DTC/Sphan, Augusto C. da Silva Telles manifestou pleno acordo com a informação da arquiteta Dora Alcantara e sugeriu o encaminhamento do processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O relator do processo do Casarão do Chá foi o conselheiro Eduardo Kneese de Mello, que descreveu o bem como “um curiosíssimo exemplar arquitetônico” e “um monumento de real valor histórico, representante da colaboração de um povo distante, de cultura diferente, que vem enriquecer o patrimônio cultural e especialmente arquitetônico, de nosso País.”

O Conselho Consultivo reuniu-se em 22 de janeiro de 1985 em Santa Catarina. Dentre outras deliberações, fez-se a leitura do parecer do conselheiro Eduardo Kneese de Mello, ausente na reunião. Após a manifestação do Conselheiro José Mindlin de entusiasmo por “proposta de tombamento que vem reconhecer a contribuição da imigração japonesa ao desenvolvimento de São Paulo e cujos traços tendem a desaparecer em razão da rápida integração das novas gerações de japoneses aos hábitos brasileiros”, o conselho aprovou por unanimidade o tombamento do Casarão do Chá.¹³⁵

O bem foi inscrito no Livro de Tombo de Belas Artes em 1985. Posteriormente foi feita a inscrição no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em função do “valor Etnográfico e Histórico que evidentemente o referido imóvel se reveste, como representativo da Colonização japonesa em São Paulo”, de acordo com o despacho do Diretor da DTC/Sphan, Augusto C. da Silva Telles em 11 de agosto de 1986.¹³⁶

¹³⁵ O casarão do Chá – processo 1.124-T-84: folhas 85-92.

¹³⁶ O casarão do Chá – processo 1.124-T-84: folha 103.

3.3. O reconhecimento dos bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira

Entre setembro de 2007 a janeiro de 2008, a empresa Peabiru – Trabalhos Comunitários e Ambientais, contratada pela Superintendência do Iphan de São Paulo, antiga 9ª Superintendência Regional, realizou a primeira etapa dos trabalhos no Vale do Ribeira, desenvolvida no âmbito das ações de inventário do patrimônio cultural promovidas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan a partir de 2007.

O inventário foi concebido de modo multidisciplinar e regional, com o reconhecimento do rio Ribeira de Iguape como o grande articulador. A equipe do Iphan que acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos era composta pelos técnicos André Penin (arqueólogo), Flávia Brito do Nascimento (arquiteta e urbanista), Simone Scifoni (geógrafa e técnica em educação patrimonial) e Simone Toji (antropóloga).

O relatório apresentado pela empresa, intitulado “Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural no Vale do Ribeira de Iguape” contém a sistematização de diversas informações, que subsidiam a análise da paisagem cultural do Vale do Ribeira, entre elas: levantamento bibliográfico, elaboração de breve história do Vale do Ribeira e dos seus municípios, levantamento do patrimônio arquitetônico, imaterial, arqueológico (pré-histórico e histórico), natural (unidades de conservação, parques, estações e áreas de proteção ambiental); legislação e fontes oficiais de dados; levantamento de instituições governamentais atuantes no Vale do Ribeira das três esferas e das organizações não-governamentais, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, universidades; pesquisa e reprodução em meio digital do acervo do Condephaat referente às imagens fotográficas dos núcleos urbanos; levantamento dos processos e dos bens tombados em nível estadual nos municípios de Apiaí, Registro, Eldorado, Iporanga, Cananéia e Iguape; levantamento dos bens naturais da região; sistematização em Fichas de Identificação, modelo Iphan, dos dados referentes aos bens tombados pelo Condephaat em Iguape, Cananéia, Eldorado e Registro; levantamento cartográfico e fotográfico; levantamento de dados sócio-econômicos; levantamento e localização das terras indígenas; levantamento e localização de comunidades quilombolas (terras tituladas, reconhecidas ou em processo de regularização).

Como resultados da fase inicial do referido inventário foram identificadas expressões culturais em seis municípios: Iguape, Cananéia, Registro, Iporanga, Eldorado e Apiaí. Como patrimônio urbano, foram analisados os núcleos históricos de Iguape, Iporanga e Registro, formados pelas atividades econômicas da mineração no período colonial, pela cultura do arroz no século XIX ou do chá no século XX, pela exploração, cultivo ou pela comercialização.

Além da realização de ampla pesquisa documental sobre o patrimônio material e imaterial da região, o Iphan de São Paulo realizou encontros com dirigentes locais e membros da sociedade civil, a fim de reunir as demandas e identificar os bens culturais de interesse à proteção. Tal atuação deu-se pela escolha da categoria da paisagem cultural como enfoque, onde faz-se necessária a gestão territorial com a constituição de trabalho em rede para articular diferentes esferas do setor público e organizações da sociedade civil.

Ao final da primeira etapa do trabalho, em fevereiro de 2008, relata-se que foi proposto um Planejamento Estratégico, que, entre outras ações, mereceram destaque a realização de discussões com as municipalidades, instituições e entidades locais, e a iniciativa de reunir os especialistas sobre os temas diversos do Vale do Ribeira. Assim, foi realizado o I Encontro de Trabalho Paisagem Cultural no Vale do Ribeira: Planejamento Estratégico com vistas a elencar os problemas relativos ao patrimônio cultural do Vale, assim como, receber as propostas e as demandas direcionadas ao Iphan. O resultado do encontro para o município de Registro foi a decisão de se priorizar o reconhecimento de bens culturais da imigração japonesa.

A partir da finalização do inventário e das reuniões locais, foi elaborado o dossiê “Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira – Registro e Iguape”, em 2008, que compõe o processo de tombamento dos bens culturais construídos por imigrantes japoneses no Estado de São Paulo.

O dossiê é um cuidadoso trabalho realizado sob a coordenação da arquiteta e urbanista Flávia Brito do Nascimento, da geógrafa Simone Scifoni e da antropóloga Simone Toji, então servidoras do Iphan de São Paulo. O documento apresenta o formato de uma tese acadêmica, dividido em: apresentação e mais cinco capítulos construídos com base no material produzido em trabalhos de campo e nas revisões de bibliografia apropriada, além de anexos contendo fichas de campo e mapas referentes aos bens escolhidos pela comunidade na oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro”. As informações relatadas abaixo foram todas compiladas das 306 laudas do dossiê, a fim de visualizar um panorama geral das justificativas apontadas pelo Iphan para assegurar o tombamento dos bens elencados.

*- Apresentação*¹³⁷

Descreve o percurso institucional das ações que deram origem ao dossiê. Sobre a seleção dos bens a serem protegidos, o documento refere-se à solicitação do município de Registro para

¹³⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê de Tombamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira**. São Paulo: Iphan/São Paulo, 2008, pp.9-13.

o acautelamento de produções culturais da imigração japonesa, apresentada pela Prefeitura e pela Associação Cultural Nipo-brasileira de Registro. Dentre os bens mencionados, estavam:

- Projeto Rota do Chá (reconhecimento e restauro de bens imóveis situados em fazendas de chá e definição de roteiro de visita);

- Festa do Tooro Nagashi (reconhecimento do rito celebrado pelas famílias de descendentes de imigrantes japoneses, que lançam nas águas do Rio Ribeira velas acesas em respeito ao Dia de Finados);

- Projeto de revitalização do centro de Registro (estudo e restauro de imóveis situados no centro antigo de Registro);

- Conjunto do KKKK (tombamento).

Além da indicação dos bens de Registro, fez-se a opção por ampliar o reconhecimento para os remanescentes da colônia de imigração no município de Iguape (Colônia de Katsura) em decorrência não apenas do projeto de inventário em curso, mas também por existir um processo nº 1.271.T-88, aberto no Iphan que solicitava o tombamento da Colônia de Katsura, a pedido do vereador de Iguape Onésio Fernandes Franco.

Para reiterar a escolha, é citado ainda o Projeto de Lei nº 7.441 de 2006, publicado no Diário do Senado Federal em setembro de 2007 do Deputado Federal Arnaldo Madeira, para reconhecimento do município de Iguape como “Berço da Colonização Japonesa no Brasil”, publicado no Diário do Senado Federal em setembro de 2007.

- *Capítulo 1: Questões Gerais de Imigração*¹³⁸

Contém uma ampla abordagem sobre a política de imigração e a maneira como se delineou a chegada dos trabalhadores japoneses em terras brasileiras. Apesar do eugenismo e do desejo de branquear o país, que caracterizavam o pensamento político da época, o Brasil se viu obrigado a receber os imigrantes japoneses para trabalhar nas fazendas de café no Estado de São Paulo devido à falta de mão-de-obra nas lavouras. Por outro lado, havia o interesse do Japão em evitar o desemprego e a superpopulação de suas cidades, além de garantir a expansão de seu território, com o envio de emigrantes para além de suas fronteiras.

- *Capítulo 2: Vale do Ribeira: Formação Histórica e Aspectos Sócio-econômicos*¹³⁹

¹³⁸ Ibidem, pp.17-30

¹³⁹ Ibidem, pp.33-75

Através de bibliografia de referência e de outras fontes, é realizada uma análise abrangente da formação histórica e sócio-econômica do Vale do Ribeira, considerando os diversos tempos e as marcas das ocupações que formam o desenho atual do lugar. Para tanto, são apresentadas informações contendo, por exemplo: as áreas de proteção ambiental e parques estaduais; um mapa concebido a partir da sobreposição das áreas de comunidades quilombolas com as unidades de conservação; os núcleos das ocupações européias a partir do século XVI; formação de povoados ao longo do Rio Ribeira de Iguape, com o chamado ciclo do ouro e a articulação fluvial dos núcleos mineradores e a cidade portuária de Iguape; a atividade econômica ligada à produção de arroz para exportação após o esgotamento das minas de ouro no final do século XVIII, a composição atual dos municípios da região e bens culturais reconhecidos pelo Condephaat, além da análise econômica da região, que é uma das mais empobrecidas do Estado de São Paulo, e dados recentes sobre os movimentos migratórios, taxas de crescimento das cidades, empregos e renda.

- *Capítulo 3: A imigração japonesa no Vale do Ribeira*¹⁴⁰

É examinada com profusão de detalhes a imigração no Vale do Ribeira, que teve as primeiras iniciativas entre 1855 e 1862, concomitantes aos núcleos coloniais nos Estados do Espírito Santo, de Santa Catarina (particularmente no Vale do Itajaí) e no Rio Grande do Sul. O documento cita o autor Pasquale Petrone, que trata o caso dos japoneses de maneira peculiar, por ter constituído a única experiência realmente exitosa na região, fixando os colonos à terra como pequenos proprietários, que se consolidaram no espaço geográfico, criando uma paisagem peculiar, particularmente no que se refere ao núcleo de imigração de Registro.

Deve-se destacar os seguintes tópicos:

- Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) e os projetos de colonização no vale, que incluíam as atividades agrícolas desenvolvidas pelos colonos japoneses: arroz cultivado inicialmente aos moldes do século XIX com propostas de inovações no plantio e beneficiamento, experiências com o bicho da seda, cana de açúcar e café junto aos chazais.

- o cooperativismo como “mecanismo de auto-defesa dos imigrantes”. Segundo as informações levantadas, além de acompanhar a produção agrícola, as cooperativas cuidavam da comercialização dos produtos, em função das dificuldades com a língua portuguesa dos colonos japoneses.

¹⁴⁰ Ibidem, pp.79-124

- o primeiro núcleo de colonização japonesa no Vale do Ribeira, a Colônia Katsura, que em decorrência da proximidade com o rio Ribeira, sempre teve boas condições de escoamento de sua produção de arroz, farinha de mandioca e aguardente.

- a linha de navegação a vapor entre Xiririca e Iguape, subvencionada pelo governo e pela KKKK, que proporcionou infra-estrutura para a implantação de campo de experimentação agrícola, no qual os colonos introduziram culturas do Japão, como alho nira, berinjela nasubi, soja e arroz moti. A partir dos anos 1950, Katsura entrou em declínio, em função do isolamento ocasionado pela desativação dos vapores que circulavam pelo rio. As famílias dos colonos passaram a migrar para Registro, para a cidade de Iguape, entre outras localidades.

- a Colônia de Registro, que seria o núcleo mais próspero, considerada a “capital das colônias japonesas”, de acordo com Petrone. Registro possuía uma quantidade maior de colonos e maior apoio da KKKK que em 1922 instalou seu centro de operações com quatro galpões de armazenamento, unidade de beneficiamento de arroz, escritórios e armazéns de secos e molhados e também foi a responsável pela construção da Igreja de São Francisco de Assis, no alto do Morro da Espia.

Há rica pesquisa iconográfica, com plantas e fotos de época mostrando as edificações, a configuração do núcleo urbano e o movimento portuário, retomado após o declínio do ciclo da mineração. São realizadas descrições morfológicas da região, de modo a caracterizar a paisagem natural e justificar os assentamentos humanos.

Sobre a conformação de Registro, é citado o autor Almeida¹⁴¹, que se refere à organização territorial como o *mura* do Japão rural, no qual as famílias moradoras mais próximas se integram em unidades espaciais, no caso, as cinco maiores chamadas de Ichibu (atual zona urbana), Niibu (campo de experiência e Bamburral), Sambu, Yambu e Goobo. As cinco seções foram posteriormente subdivididas em 26 quarteirões, englobando, assim, os 577 lotes rurais, dos quais 510 se encontravam ocupados até 1928. As cinco seções formaram a Associação Japonesa de Registro, conforme indica outro autor, Midorikama, que compara a organização a uma comuna, corporação autônoma adaptada nas colônias alemãs do sul, no século XIX.

- as atividades econômicas ligadas aos chazais e produção de junco, tratadas como “um pedaço do Japão rural no Brasil”, contendo imagens antigas e atuais. De acordo com Petrone, a Colônia de Registro destacou-se pela introdução de um fato inteiramente novo, a cultura do chá, que confere ao lugar uma paisagem típica, pois fora de Registro, os chazais aparecem apenas esporadicamente. Informa-se que o plantio do chá em Registro teve início 1922, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês que havia chegado a Registro três anos antes, plantou as primeiras

¹⁴¹ Não foi identificada na bibliografia do dossiê “Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira” a publicação do autor Almeida citado na página 109.

sementes da variedade chinesa (*Thea sinensis*), para abastecer de chá verde o consumidor local. A expansão do cultivo em Registro foi tão amplamente difundida, que o município concentra praticamente a totalidade da produção brasileira – estima-se que 98% a 99% do chá preto exportado seja produzido no Vale do Ribeira, e arredores. Segundo consta, a Índia, um dos grandes e tradicionais produtores de chá preto do mundo, compra o produto do Brasil, para misturá-lo ao seu produto e depois revendê-lo. O texto informa que o chá é usado por grandes empresas do ramo alimentício para a fabricação de bebidas, como a Nestlé e a Lipton/Pepsi-Cola. A produção do chá hoje em Registro ocorre em pequenas e médias propriedades, entre 20 a 50 hectares.

- o junco, introduzido no Brasil pelo imigrante Shigeru Yoshimura, em 1931, com mudas trazidas de Okiyama para Registro, embrulhadas em pedaço de estopa escondida no bolso. Dadas as condições climáticas de calor e umidade, o junco se adaptou perfeitamente ao país, tendo uma produção maior que no Japão, com três colheitas anuais. Para beneficiar o produto, em 1934, a Kaiko providenciou um tear apropriado dando início a produção de um artigo até hoje tipicamente regional: as esteiras. O Vale do Ribeira se tornou o único produtor desse tipo de junco nas Américas. Com a morte de seu pai, Takashi Yoshimura continuou a produção com o filho Jorge, na fábrica que antes ficava na zona rural, mas que com a expansão da urbanização, fica hoje, quase dentro da cidade. A produção diversificou-se a partir de um projeto em conjunto com o Sebrae. Mas a família Yoshimura preferiu continuar mantendo a tradição dos chinelos e esteiras.

Por último, foi abordada brevemente a Colônia Sete Barras, segundo o relato, sem grande expressão, contando com um número irrisório de colonos, se comparada a Registro.

- *Capítulo 4: Patrimônio Material: a arquitetura da Imigração Japonesa em Registro e Iguape*¹⁴²

Levantou-se a questão da arquitetura da imigração japonesa em Registro e Iguape e a dificuldade para atribuição de valor ao patrimônio cultural do imigrante japonês nos municípios de Registro e Iguape, já que foram identificadas diversas marcas na paisagem cultural do Vale do Ribeira, entre elas: as moradias, os chazais, o trabalho com junco, a própria cidade de Registro e pela festa do Tooro Nagashi. Houve a constatação de que alguns bens foram investidos de significado com o tempo e identificados pela comunidade como relacionados ao passado e às suas tradições, e outros ganharam sentido durante o processo para construção das festividades do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

¹⁴² IPHAN, 2008, pp.127-172

Em seguida, prosseguiu-se com o relato da realização da Oficina “Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro”, ocorrida em 10 de junho de 2008 na cidade de Registro, organizada em conjunto com diversas instituições públicas e privadas da área de cultura e educação do município, contando com a participação de educadores e gestores culturais e alunos do ensino fundamental, médio e superior. A oficina teve o intuito de construir conjuntamente um mapa que representasse a memória da imigração japonesa, com os lugares, as histórias de vida e as marcas do tempo, a partir da visão da comunidade, que contribuiu com relatos e memórias, fotos antigas, documentos, desenhos, ou indicações de lugares representativos.

Por fim, foram apontados como resultados da oficina a indicação de vários bens localizados em área rural e urbana, alguns já levantados pela pesquisa preliminar, e outros, desconhecidos até o momento pelo Iphan, e principalmente, o surgimento de um viés para se entender a maneira como os bens foram referenciados na memória social.

O capítulo tratou também das manifestações da arquitetura popular brasileira e o interesse no Iphan ao tratar da questão em alguns momentos, citando os trabalhos teóricos como os de Gilberto Freyre sobre os mocambos do Recife, publicado no primeiro número da Revista do Sphan, ou de Lúcio Costa e de Mário de Andrade. O patrimônio edificado rural e popular gerou, de acordo as informações apresentadas, muito interesse no Iphan, mas de modo esporádico e não sistematizado no âmbito do território nacional. Foram citados os estudos realizados por Antônio Luís Dias de Andrade sobre o Vale do Paraíba e a arquitetura do café como exemplos relevantes do esforço empreendido para a compreensão da arquitetura popular, e mais recentemente, com o projeto Roteiros Nacionais da Imigração, em Santa Catarina.

Além disso, foi realizado um adendo sobre a arquitetura no Japão com apontamentos sobre a necessidade de se ter alta resistência aos terremotos; a utilização da madeira como matéria-prima em decorrência do país possuir muitas florestas em seu território, e dos detalhes construtivos executados com extrema plasticidade e engenhosidade pelos carpinteiros, que se tornaram os grandes mestres da construção, e tem um protagonismo único na arquitetura. Além da madeira, outros materiais podem ser encontrados na arquitetura japonesa, como a terra para a vedação, a pedra para as fundações, o papel no interior e a laca nos elementos internos e externos. Características gerais da arquitetura japonesa são citadas, como as fundações especiais, cômodos arejados com pisos internos cobertos por *tatami*, que dão a modulação dos espaços e dos elementos arquitetônicos, além das diferentes tipologias estéticas e construtivas nas regiões do país, considerando a ocupação milenar do território japonês e a importância da religiosidade e dos aspectos simbólicos de que estão revestidos seus elementos arquitetônicos.

Um autor de sobrenome Gouvêa foi utilizado, através de uma publicação do ano 2000 não encontrada nas referências bibliográficas, que descreve a arquitetura japonesa com os seguintes fundamentos:

1. Fundações – utilizam sapata corrida em pedra, sobre as quais se apóiam os arranques em madeira para o desenvolvimento da estrutura;
2. Piso elevado, utilizado em diversas construções tradicionais, com variações de altura e travamento;
3. Utilização de *tatami* como mobiliário básico e modulador das dimensões da edificação;
4. Vedações em madeira, adobe ou tijolos;
5. Utilização de divisórias internas para separação dos cômodos, podendo ser em papel, bambu ou madeira;
6. Grandes vãos de abertura para portas e janelas, denotando a estrutura independente da construção;
7. Forros em madeira trabalhada, papel ou lava, com variações em altura e de relevos;
8. Coberturas com curvaturas suaves e madeiramento dos beirais e cumeeiras aparentes com detalhes de encaixes e entalhes.¹⁴³

A respeito da bibliografia sobre as formas de moradia e paisagem do imigrante japonês no Brasil, foi mencionada a escassez de publicações. Como embasamentos para se delinear a questão foram utilizados como fontes principais: a dissertação de mestrado de Rogério Bessa Gonçalves sobre a arquitetura do imigrante japonês em Registro, as pesquisas para o tombamento do Casarão do Chá de Celina Kuniyoshi e Walter Pires e o estudo considerado como um clássico, realizado por Pasquale Petrone sobre o Vale do Ribeira.

Retornou-se à criação da KKKK e ao cenário de formação da colônia de Registro para se compreender os modos de vida e a configuração das moradias dos imigrantes japoneses. São utilizados desenhos do abrigo provisório¹⁴⁴ e fotos de época de barracões rudimentares utilizados como moradias provisórias, algumas retiradas da publicação “O Imigrante Japonês” de Tomoo Handa.

A descrição das moradias foi realizada através das informações sobre as técnicas construtivas contidas na dissertação de Rogério Bessa Gonçalves, exemplificadas com imagens feitas em 2008 pelo Iphan. Sobre o feitiço das casas dos imigrantes, Gonçalves pesquisou detalhes sobre o corte das árvores, o tratamento das toras feito com sabão e polimento com cera de abelha, as ferramentas de origem japonesa utilizadas, a variedade de telhados, ensambladuras (ou encaixes) e esquadrias, a composição das argamassas de barro, a descrição da malha das vedações de pau-a-pique e o desenho das casas assemelhado às plantas de moradias japonesas, conhecido

¹⁴³ NASCIMENTO; SCIFONI; TOJI, 2008, pp.136-137

¹⁴⁴ Referência à pesquisa do professor Humberto Yamaki.

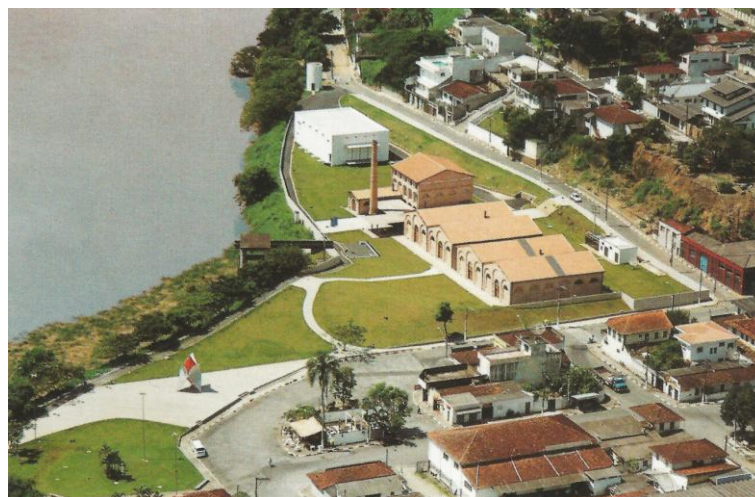
como *genkey*. Segundo o pesquisador, é típico de áreas rurais, relacionados ao princípio dos opostos, *yin* e *yang*, da religião xintoísta.

- *Capítulo 5: Proposta de Proteção*¹⁴⁵

A proposta para a proteção em nível federal dos bens foi concebida a partir da apresentação de históricos, descrições dos locais de implantação e das edificações, imagens, croquis feitos por Rogério Bessa Gonçalves (2003) e Flávia Brito do Nascimento (2008), alguns levantamentos cadastrais feitos por Adriana Aoki (2006) e poligonais de tombamento dos bens elencados, que são divididos em três grupos para a cidade de Registro:

1) edificações funcionais (fabris e administrativas)

- *a sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK)*: localizada no centro velho de Registro, a edificação de 1920 é descrita como o imóvel de uso fabril “mais marcante” em Registro, e como elemento estruturante da ocupação da região, que deu origem à urbanização da cidade. O conjunto tombado pelo Condephaat foi restaurado na década de 1990, com projeto da Brasil Arquitetura. O antigo engenho abriga atualmente o Memorial da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira. Possui um acervo constituído por objetos doados pelas famílias dos primeiros colonos, além de aproximadamente 50 obras de artistas plásticos de origem japonesa, entre elas, a escultura Guaracuí de Tomie Ohtake. Foram utilizadas informações e desenhos da publicação “O Conjunto KKKK”¹⁴⁶.



Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK)
fonte: SEGAWA; FANUCCI; FERRAZ, 2002, p.30

¹⁴⁵ IPHAN, 2008, pp.175-253.

¹⁴⁶ SEGAWA, Hugo; FANUCCI, Francisco P; FERRAZ, Marcelo Carvalho. **O conjunto KKKK**. São Paulo: Takano Editora, 2002.



Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (K444)
fonte: SEGAWA; FANUCCI; FERRAZ, 2002, p.58

- *Fábrica de Chá Shimabukuro*: localizada no bairro Agrochá, a edificação é descrita como assobradada, com planta com as dimensões de cerca de 7 x 14 metros, estrutura de madeira rica em sambladuras com características orientais, obedecendo as tipologias das fábricas de chá de Registro, propagadas na cidade a partir da década de 1930. À época da produção do dossiê, a fábrica encontrava-se vazia, tendo ocorrido a sua transferência para a UNESP – Universidade Estadual Paulista, que pretendia construir no terreno as instalações do Campus Registro e, na antiga fábrica, o Museu do Chá.



Fábrica de Chá Shimabukuro
fonte: IPHAN, 2008, p.185



Fábrica de Chá Shimabukuro
fonte: IPHAN, 2008, p.187

- *Fábrica de Chá Amaya*: localizada no bairro Campo de Experiência, é um dos maiores complexos fabris, ainda em funcionamento na época em que o dossiê foi concebido, porém, sem a sede original da fábrica e com a moradia atual da família construída entre 1970 e 1980. A descrição das edificações contida no dossiê não é muito esclarecedora, mas pode ser compreendida pelo croqui que mostra a implantação do conjunto da fábrica e residência. Há o registro sobre os galpões com alguns vestígios da tecnologia japonesa de sambladuras, sobretudo nas coberturas, e a casa antiga da família Amaya, construída em 1923.



Fábrica de Chá Amaya
fonte: IPHAN, 2008, p.193

- *Fábrica de Chá Kawagiri*: localizada no bairro Areias, a edificação foi descrita detalhadamente, observadas as proporções encontradas nas outras fábricas de chá pesquisadas.

Sobre as alterações, relatou-se que a cobertura de telha cerâmica foi substituída por amianto, sem comprometimento da leitura do bem imóvel, embora “disturbe sua unidade potencial”¹⁴⁷, e que a família vive em uma edificação nova, já que a primeira e a segunda moradia foram demolidas.



Fábrica de Chá Kawagiri
fonte: IPHAN, 2008, p.198

- *Fábrica de Chá e Residência Shimizu*: não cita a localização da edificação descrita como os dos exemplares arquitetônicos fabris com maior “apuro técnico e cuidado plástico”. Há o relato da história do edifício, construído pelo Sr. Sojiro Shimizu, que chegou ao Brasil em julho de 1925 através da KKKK, aos 38 anos. Inicialmente teria se dedicado ao cultivo do café, para depois partir para a plantação e processamento do chá. Assim como os outros imigrantes, morou inicialmente em uma casa provisória, próxima de onde se localiza a fábrica. Posteriormente, contratou o mestre-carpinteiro Minoru Ushino para executar o edifício em questão que passou a abrigar a família. De acordo com o relato do Sr. Toshiro Shimizu, filho de Sojiro Shimizu e atual proprietário da casa, seu pai teria concordado que Ushino fizesse a casa conforme seu desejo, já que o mesmo estava prestes a deixar o ofício de carpinteiro. Uma nova casa foi construída para a família, onde mora o proprietário, e a fábrica antiga está ocupada, no térreo, pelos empregados e o segundo andar encontra-se desocupado. O imóvel não apresentava boas condições de conservação.

¹⁴⁷ IPHAN, 2008, p.198



Fábrica de Chá e Residência Shimizu
fonte: IPHAN, 2008, p.201

2) edificações residenciais

- *Residência Fukasawa*: relatou-se que a primeira moradia da família foi demolida e a edificação em questão, foi construída em 1937 pelo carpinteiro Wada (que construiu a Igreja Episcopal), passando por reformas em 1990. Elementos construtivos como a estrutura independente de madeira e vedações em pau a pique com bambus e argamassa com palha de arroz, e as esquadrias com caixilhos de ripas de madeira, no sistema macho e fêmea no térreo e as janelas com desenhos mais elaborados, com madeira e vidro no segundo pavimento são detalhados, assim como a distribuição dos ambientes. A singularidade do conjunto é justificada, em parte, pela construção do galpão de serviços, anexo à residência.



Residência Fukasawa
fonte: IPHAN, 2008, p.207

- *Residência Sr. Gozo Okiyama*: segundo a descrição, são duas edificações contíguas erigidas em momentos distintos e de tipologias distintas que compõem o conjunto que o atual proprietário adquiriu de seu tio, Takaito Osawa, com o objetivo de criar bicho da seda.

A primeira casa, possivelmente construída como moradia, foi edificada em acordo com os preceitos japoneses, evidenciados pela estrutura de troncos naturais e pela organização da planta, semelhante às plantas tradicionais japonesas chamadas *genkey*, com cobertura em fibrocimento. A casa mais nova foi edificada em 1938 e conserva-se íntegra. A cobertura apresenta o desenho tipo *irimoya*, com telhas francesas. As paredes são vedadas em taipa de mão e estrutura em madeira aparente.

Houve uma intervenção aos fundos para o acréscimo de cozinha, ofurô e depósitos. O banheiro é isolado do corpo da casa. “Em ambas as casas a estrutura de madeira da cobertura é rica executada com primor. As sambladuras e tratamento das peças não deixam dúvidas quanto à presença da carpintaria japonesa.”¹⁴⁸



Residência Sr. Gozo Okiyama
fonte: IPHAN, 2008, p.216

- *Residência Sra. Susu Okiyama*: descrita como exemplar pelas possibilidades de montagem e desmontagem da casas orientais, devido ao sistema construtivo modular. Relatou-se que várias em Registro foram desmontadas, sendo que uma delas foi enviada para o Japão para o Meiji Mura Museum, na cidade de Inuyama, nas proximidades de Nagoya. Segundo a narrativa, a residência da senhora Okiyama pertencia a outro proprietário no bairro da Raposa. Quando foi comprada, a casa foi desmontada e montada no local atual, o bairro Ribeirão de Registro aproveitando-se inclusive o tramo da taipa feito em bambus.

¹⁴⁸ Ibidem,, p.214



Residência Susu Okiyama
fonte: IPHAN, 2008, p.220

- *Residência Família Hokugawa*: localizada no bairro da Manga Larga, descreve-se a implantação como singular, sobre pequeno curso de água, junto a afloramentos rochosos, utilizando a justificativa sobre a água para a cultura oriental, que é revestida de inúmeros simbolismos, assim, não seria casual a escolha do sítio. O pesquisador Gonçalves (2003) foi citado com o argumento de que tal implantação não era completamente inédita nas soluções residenciais japonesas, embora não fosse comum.

Foi observado que por estar junto à água corrente, o embasamento em tijolos que suspende a casa do solo (recorrente nas casas dos imigrantes japoneses) é mais alto que o habitual, atingindo cerca de 1 metro, firmemente ancorado nas pedras.

De acordo com a descrição, a casa foi construída em estrutura de madeira independente com vedações em taipa de mão estruturada com bambus e com palha de arroz na argamassa. A estrutura é aparente no interior da edificação, sendo possível verificar as sambladuras e as tesouras do telhado erigidas segundo a técnica japonesa, e inscrições com caracteres orientais. O telhado tem o desenho *irimoya*, com cobertura em telhas cerâmicas francesas. Ressaltou-se o estado de conservação extremamente precário à época da pesquisa para a realização do dossiê.



Residência Susu Hokugawa
fonte: IPHAN, 2008, p.227

- *Residência Amaya*: localizada na mesma região da Fábrica Amaya. De acordo com a descrição, a fachada principal da casa é voltada para os chazais. Foi construída em 1930, com dois pavimentos que servem de escritório e de residência. As paredes têm estrutura de madeira (aparente nos contornos da casa e nos fundos) e as esquadrias são com caixilhos de madeira escura e vidro. A cobertura possui quatro águas e telhas francesas. Uma intervenção onde ficava o poço foi realizada para abrigar banheiro e cozinha.



Residência Amaya
fonte: IPHAN, 2008, p.233

3) edificações religiosas.

- *Igreja Episcopal Anglicana*: localizada a 15 quilômetros da cidade de Registro, no bairro da Manga Larga, junto ao Morro do Votupoca. É ligada à Diocese de São Paulo. Relatou-se a

história da Igreja iniciada com a chegada, em 1923, do missionário João Yassoji Ito a Registro, que ajudado pelas famílias, Ikegami e Fukasawa, iniciaram o processo de construção do templo, edificado pelo mestre-carpinteiro Wada, com mão de obra da própria da comunidade de imigrantes. Foi inaugurada em 1929, e pode ser a primeira igreja construída por imigrantes japoneses no Brasil. É destacado o mobiliário, desenhado e executado à época de construção da igreja. “Realizados com sambladuras com encaixe tipo “asa de andorinha” ou alma encavilhada são raros exemplares de bens móveis da colônia japonesa que sobreviveram ao tempo.”¹⁴⁹



Igreja Episcopal Anglicana
fonte: IPHAN, 2008, p.238

-Igreja de São Francisco Xavier: localizada no topo do Morro da Espia, foi feita a partir de iniciativa e empreendimento da própria KKKK, que angariou fundos junto aos colonos e a empresários japoneses. Sua pedra fundamental teria sido lançada em agosto de 1926. Argumentou-se que a igreja representa o esforço de integração e de construção de símbolos religiosos que coadunassem com os valores brasileiros, sendo a escolha do santo padroeiro um ato também revestido de simbolismos. São Francisco Xavier, foi co-fundador da Companhia de Jesus, e um dos mais importantes missionários católicos – ficou conhecido como “Apóstolo do Oriente”, por ter pregado no oriente e morrido na China.

O dossiê justificou o grande significado da igreja para a comunidade japonesa pelo grande número de católicos.

¹⁴⁹ Ibidem., p.237



Igreja de São Francisco Xavier
fonte: IPHAN, 2008, p.242



Igreja de São Francisco Xavier
fonte: IPHAN, 2008, p.243

- *Primeiras mudas de chá da variedade assam*: relatou-se que o plantio do chá preto no país teve início em 1935, quando Torazo Okamoto, imigrante japonês estabelecido na colônia de Registro, introduziu em suas terras a variedade assam, de origem indiana, a partir de sementes do Sri Lanka. As matrizes plantadas por Okamoto encontram-se ainda hoje protegidas e preservadas em um canteiro cercado, no interior da Fazenda Chá Ribeira, propriedade da família Okamoto.



Primeiras mudas de chá
fonte: IPHAN, 2008, p.246

Foram escolhidos dois imóveis localizados no município de Iguape, na antiga Colônia Katsura. Diferente de Registro, a colônia não chegou a se transformar em um núcleo urbano, e no momento da pesquisa, foram identificados poucos vestígios do período inicial da ocupação.

- *Casa de colono em Jipovura*: pequena casa com um pavimento, estrutura independente de madeira, vedações em pau a pique com bambus e palha de arroz e barro. Os ambientes são divididos por divisórias de madeira. A cobertura foi substituída por telha de amianto.



Casa de colono em Jipovura
fonte: IPHAN, 2008, p.250

- *Sede social e engenho*: como os galpões e o engenho da KKKK, não se assemelha à arquitetura japonesa em sua forma. A antiga sede social da colônia, muito importante para a socialização dos colonos, foi implantada nas proximidades do engenho, às margens do Rio Ribeira. O estado de conservação à época dos levantamentos era precário.



Sede social e engenho
fonte: IPHAN, 2008, p.251

Processo nº 1.565-T-08

Segundo a ata da 64ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN, em 2008, ano do centenário da imigração japonesa no Brasil, o processo nº 1.565-T-08 foi aberto por solicitação da presidência do Iphan, contendo a documentação cartorial, os encaminhamentos institucionais e o dossiê com a proposta de tombamento de quatorze imóveis localizados nos municípios de Iguape e Registro, subsidiado pela dissertação de mestrado de Rogério Bessa Gonçalves, “Arquitetura dos Imigrantes Japoneses na Cidade de Registro, Estado de São Paulo” de 2003.

O processo foi analisado pelo Conselho Consultivo do Iphan em junho de 2010, e teve como relatora, a conselheira Rosina Coeli Alice Parchen, arquiteta e presidenta do Icomos Brasil. A conselheira destaca as tradições construtivas trazidas pelos imigrantes japoneses no Vale do Ribeira, utilizando referências da paisagem cultural do vale do Rio Ribeira do Iguape, contidas no Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (IPHAN-SP 2009):

O rio Ribeira do Iguape vincula-se à história da ocupação do território paulista, porque serviu de elemento aglutinador das cidades, eixo de ligação entre o litoral e o planalto, principal via de comunicação e fonte de recursos para a economia regional. O rio Ribeira de Iguape pode ser considerado como um corredor cultural, onde transitaram e intercambiaram-se mercadorias, objetos e valores materiais e também modos de vida,

tradições, técnicas, conhecimentos e informações. Um corredor conector de fluxos imateriais e materiais indispensáveis à formação social. (...) Contemporaneamente a paisagem está marcada pela criação de inúmeras áreas naturais protegidas e pela definição de um novo papel no conjunto do estado: o da conservação da biodiversidade, Neste novo cenário o rio Ribeira deixa de ser somente meio de vida e de transporte, para reforçar o seu papel de esteio da memória coletiva da região, fato este evidenciado pela luta histórica da sociedade civil para a sua preservação.¹⁵¹

Rosina Parchen emitiu parecer favorável ao tombamento dos bens¹⁵² a serem inscritos nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico e de Belas Artes indicados da seguinte forma:

Sede da Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – KKKK (valor histórico); **Fábrica de Chá Amaya** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Fábrica de Chá Kawagiri** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Fábrica de Chá e Residência Shimizu** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura** (valores histórico, etnográfico e paisagístico), **Residência Fukusawa** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Residência Gozo Okiyama** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Residência Senhora Susu Okiyama** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Residência Família Hokugawa** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Residência Família Amaya** (valores histórico, etnográfico e paisagístico), **Igreja Episcopal Anglicana** (valores histórico, arquitetônico, etnográfico e paisagístico), **Igreja de São Francisco Xavier** (valor histórico) e **Primeiras Mudanças de Chá da Variedade Assam** (valores histórico, etnográfico e paisagístico). Incluem-se neste tombamento as respectivas áreas envoltórias definidas no processo.¹⁵⁴

A proposta de tombamento foi aprovada por unanimidade pelos demais conselheiros.

3.4 Outras atuações do Iphan no Vale do Ribeira

Além de propor o tombamento dos bens culturais de imigração japonesa, a Superintendência do Iphan de São Paulo utilizou de outros instrumentos, de modo a garantir o reconhecimento e proteção de outros bens do Vale do Ribeira.

Há um processo aberto no Iphan referente ao pedido de registro da cerimônia do Toroo Nagashi, também relacionada à imigração japonesa. Para tanto, foi elaborado o “Dossiê da

¹⁵¹ In: ata da 64ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN (páginas 28-30)

¹⁵² Seriam 14 imóveis, mas em 2009 foi demolida uma fábrica de chá, conforme informação contida na página 23 da Ata da 64ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN.

¹⁵⁴ In: ata da 64ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN (pp. 39-40)

Celebração do Toroo Nagashi” em 2008, sob a coordenação da antropóloga do Iphan de São Paulo, Simone Toji. De acordo com informações do dossiê, a celebração do Toroo Nagashi, iniciada por alguns imigrantes japoneses da região do Vale do Ribeira, é repetida todos os anos, no dia dois de novembro em Registro, que em memória aos antepassados, lançam ao Rio Ribeira de Iguape lanternas ou “barquinhos” com uma vela acesa. *Tooro* significa lanterna e *nagashi*, lançar às águas.. No Japão, várias cidades realizam a celebração, entre elas Nagasaki,¹⁵⁵



Imagens “Dossiê da Celebração do Toroo Nagashi”
fonte: IPHAN, 2008, p.65

¹⁵⁵ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê da Celebração do Toroo Nagashi**. São Paulo: Iphan/São Paulo, 2008, p.37

Além disso, houve também a produção de documentação, com vistas a solicitar a chancela de paisagem cultural brasileira¹⁵⁶ para o Vale do Ribeira. Em 2009, a Superintendência do Iphan de São Paulo elaborou o “Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira”¹⁵⁷, coordenado por Flávia Brito do Nascimento, com textos e organização de Simone Scifoni, à época, técnicas da superintendência. Trata-se de um documento específico para subsidiar a proposição da chancela de Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2007, com a realização do inventário, já citado anteriormente.

O texto compreende de maneira articulada diversas questões que se entrecruzam e formam um agrupamento de representações, que embora possam ser classificadas como elementos da cultura material ou imaterial, precisam ser apreendidas e geridas conjuntamente, para que façam sentido. Por isso, o enfoque da paisagem cultural, justificado por ser o mais indicado para abarcar todas as vertentes do patrimônio cultural na região do Vale do Ribeira, pois possibilita “um olhar a partir do território e pressupõe o reconhecimento das relações singulares entre os grupos sociais e a natureza.”¹⁵⁸. O vale corresponde a um conjunto de 25 municípios dos estados de São Paulo e Paraná, banhados pelos rios da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, com pontos de interesse patrimonial: edificações, bens naturais, manifestações culturais imateriais e sítios arqueológicos.

São utilizadas referências dos geógrafos Milton Santos e Aziz Ab'Saber para se compreender a perspectiva da paisagem cultural, que exige a identificação das relações nos diversos períodos históricos, entre as comunidades e a natureza, que ao fim darão a explicação dos processos de produção dos objetos referentes à cultura material – “cidades, edificações, campos de cultivo” - e as representações da vida imaterial – “festividades, lendas, tradições, crenças, elementos simbólicos, memória coletiva”. De acordo com Milton Santos, a paisagem “é o resultado de uma acumulação de tempos”. Para Ab'Saber, “[...] um patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”¹⁵⁹

Sobre questões conceituais acerca do trabalho, fez-se menção ao também geógrafo, Georges Bertrand, com vistas a embasar o método a ser usado para compor uma cartografia da paisagem do Vale do Rio Ribeira. O autor compreende a necessidade de uma delimitação

¹⁵⁶ A categoria da paisagem cultural foi estabelecida formalmente em 2009 pelo Iphan, através da portaria nº 127, que determina a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. O documento define paisagem cultural como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” A chancela é concedida pelo Iphan, mediante procedimento especificado na referida portaria.

¹⁵⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira**. São Paulo: Iphan/São Paulo, 2009.

¹⁵⁸ Ibidem,, p.9

¹⁵⁹ Ibidem, p.10.

arbitrária e de busca por processos dominantes e momentos de ruptura; e também aos critérios da Unesco, cujo entendimento preconiza uma delimitação que assegure uma leitura funcional e inteligível.

É realizada a apresentação de um cenário da região desenhado a partir da diversidade de culturas ao longo do tempo, representada pelos diferentes grupos (ribeirinhos, quilombolas, caiçaras e colonos estrangeiros, em comunidades rurais ou urbanas), tendo como fio condutor, o Rio Ribeira do Iguape. A importância do rio no processo de formação da identidade e da história regional é explicada por sua relação com a ocupação do território paulista, servindo como elemento capaz de aglutinar cidades, ligar o litoral e o planalto, transformar-se na principal via de comunicação e fonte de recursos para a economia da região.

Assim, o estudo realizado pelo Iphan parte da idéia do Rio Ribeira de Iguape como “elemento de mediação na construção da identidade, da cultura e da história regional”¹⁶⁰, relacionado diretamente à memória coletiva do Vale do Ribeira.

A Portaria n ° 127 que instituiu a chancela da paisagem cultural em seu artigo reitera o caráter dinâmico da cultura e de uma realidade que convive com transformações e a necessidade de se efetuar um pacto a ser estabelecido entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada para gestão compartilhada da porção do território nacional reconhecida. E em se tratando de proteção da paisagem, tais transformações devem ser harmônicas com formas sustentáveis de desenvolvimento social e econômico. Para consolidar este pacto, a equipe técnica do Iphan realizou desde 2007 uma série de contatos, conversas e reuniões técnicas com as diversas instituições governamentais atuantes no Vale do Ribeira nas esferas federal, estadual e municipal, com as organizações não-governamentais, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, universidades, entre outros setores, representados nas seguintes ações:

- Reuniões nas Prefeituras dos municípios envolvidos.
- Encontro de Trabalho Paisagem Cultural do Vale do Ribeira: Planejamento Estratégico
- Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio da Imigração Japonesa em Registro.
- Oficina de Educação Patrimonial Mapa do Patrimônio de Iguape
- Reuniões preparatórias do evento Revelando Vale do Ribeira, 2008 e 2009.
- Revelando Vale do Ribeira, edição 2009
- Abertura da Casa do Patrimônio de Iguape.
- Reuniões técnicas para definição de perímetro da chancela
- Participação em eventos culturais e/ou científicos

¹⁶⁰ Ibidem, p.13.

Dois capítulos do dossiê são destinados a questões amplas de formação do território no Vale do Rio Ribeira de Iguape, com apresentação de dados censitários e estatísticos, áreas de proteção ambiental e contextualizações históricas e sócio-econômicas. Em seguida, é realizada a caracterização da paisagem cultural propriamente, do modo como os grupos sociais locais se apropriaram da natureza para produzir ao longo do tempo, uma cultura material e imaterial relacionada de maneira muito direta ao Rio Ribeira de Iguape, e que ainda se encontram registradas de algum modo no território constituído no Vale do Ribeira.

De modo a compreender a paisagem como um conjunto orgânico, foram identificadas as partes essenciais e classificadas, para se ter visão e compreensão do todo. Assim, foi proposta uma divisão em três unidades, justificadas com muita densidade, mas aqui apresentadas apenas com os quadros-resumo contidos no dossiê.¹⁶¹

1) Terras altas do Ribeira: onde ocorreram as atividades de mineração (extração do ouro ou a moderna exploração do chumbo). Local caracterizado pela concentração de bairros rurais, cercados de mata e ligados aos desdobramentos do garimpo do ouro.

Características naturais	Formas de apropriação social	Bens Culturais
Terrenos cristalinos/ ocorrência de minérios	Ciclo do ouro século XVII (Brasil Colônia) Mineração de chumbo - século XX (modernização país). Contemporaneamente criação de áreas naturais protegidas.	Ruínas de mineração, desvios de canais, galerias subterrâneas, vila residencial mineira, edificações pioneiras de refino de minério. Sítios arqueológicos. Patrimônio imaterial ligado à minerações
Relevo de serras e morros Declividades acentuadas Área das cabeceiras de rios. Remanescentes de mata atlântica.	Dificuldades físicas para ocupação em larga escala. Bairros rurais pontuam a floresta acompanhando os rios. Contemporaneamente criação de áreas naturais protegidas e reconhecimento de terras quilombolas.	Bairros rurais e territórios quilombolas. Modos de vida, tradições, festas e demais bens intangíveis.
Vales cavados, rios com corredeiras. Meandros encaixados no vale.	Sítio físico de difícil ocupação urbana. Aproveitamento de sítios portuários	Duas pequenas cidades aninhadas na curva do Ribeira: Iporanga e Ribeira. Portos fluviais de Iporanga, Porto Velho de Apiaí.
Vales cavados, rios com corredeiras. Meandros encaixados no vale.	Suporte físico para tradições (expressões, ofícios e celebrações). Referências para	Diversas celebrações, cerâmica e trançados. Corredeiras, barras de rios e

¹⁶¹ Ibidem, pp. 73-113.

	navegação de canoas. Referências para transposição do Rio Ribeira. Contemporaneamente uso para ecoturismo.	portos para ancoragem. Balsas de travessia (Ivaporunduva, Batatal e Itaoca). Rio Ribeira e seu vale, suas corredeiras e ilhas fluviais.
Faixas de calcáreo e relevo de exceção	Abrigos pré-históricos, lugares com significado simbólico para comunidades. Contemporaneamente atividades de ecoturismo e espeleologia.	Cavernas e formações calcáreas. Paredões de rocha calcárea às margens do Rio Ribeira, nos municípios de Ribeira e Adrianópolis.

2) Várzea do Ribeira: trechos do médio vale. Significava o “meio do caminho na rota do ouro”, que teve um processo de revalorização com a introdução de uma agricultura comercial intensiva, a partir de experiências de colonização estrangeira, promovidas pelo Estado.

Características naturais	Formas de apropriação social	Bens Culturais
Médio curso do Rio Ribeira	Trecho estratégico no controle do escoamento do ouro: meio do caminho entre zonas de garimpo e de exportação. Instalação do Porto Fluvial de Registro e Posto Fiscal (controle ouro). Função contemporânea: centralidade regional.	Porto Fluvial de Registro e Morro da Espia.
Rio Ribeira: trajetória meandrante, baixa declividade e velocidade das águas. Grande volume de água coletado nos afluentes. Lagoas marginais.	Trechos favoráveis para modernização da navegação fluvial: trajeto dos grandes vapores na rota Xiririca-Iguape. Importância estratégica para conservação da biodiversidade. Potencial para ecoturismo.	Portos fluvial: Registro e Jipuvura. Rio Ribeira de Iguape e suas lagoas marginais.
Morros e pequenas Serras rompendo com planura geral: são referenciais de paisagem e afloramentos do substrato cristalino em meio à bacia sedimentar.	Constituem remanescentes de mata atlântica protegidos e também referenciais históricos na paisagem.	Serra do Votupoca, Morros em Jipuvura e Serra do Momuna.
Grande vastidão de terrenos recobertos, originariamente, por mosaico de vegetação	Políticas federais e estaduais de ocupação do território – projetos de colonização estrangeira. Instalação de	Patrimônio arquitetônico da imigração japonesa: casas de colonos, construções industriais e religiosas.

(matas e formações de brejo), encaixados no vale.	colônias japonesas.	Elementos de cultura imaterial legados da imigração japonesa
Grande vastidão de terrenos planos, periodicamente encharcados pelas cheias dos rios.	Agricultura de várzea: rizicultura e plantio do junco, com finalidades de subsistência e comercial.	Ofício do cultivo e beneficiamento do junco. Patrimônio arquitetônico: engenhos de arroz.
Colinas suaves e baixas, abrigadas de cheias dos rios	Cultivo comercial do chá.	Primeiras mudas de chá assam. Fábricas de chá.
Margens do Rio Ribeira: função ecológica estratégica de proteção hídrica.	Culturas ribeirinhas. Desde década de 1930: expansão do cultivo de banana (grandes fazendas). Atualmente: programa Cílios do Ribeira / ISA, de recuperação das matas ciliares.	Modos de fazer relacionados ao beneficiamento da banana: doces, em geral, típicos da região.

3) Lagamar ou região costeira: ponto de conexão com a metrópole e saída do ouro explorado nas terras altas e, posteriormente, do arroz cultivado na baixada. É também o local onde se dá acesso para gêneros de primeira necessidade que circulavam rio acima.

Características naturais	Formas de apropriação social	Bens Culturais
Lagamar: abundância de recursos marinhos. Morros isolados próximos à costa.	População dos sambaquis e grupos de caçadores-horticultores.	Sambaquis e sítios cerâmicos.
Lagamar: área de sedimentação marinha e fluvial, restingas expressivas formando ilhas, braços de mar abrigados, mangues, morros isolados, referências na paisagem.	Sítios portuários deram origem a núcleos urbanos coloniais. Controle da exportação do ouro no Brasil colonial. Indústria baleeira na Ilha do Bom Abrigo com instalação de Armação de Baleia. Contemporaneamente: atividades de ecoturismo	Centros históricos de Iguape e Cananéia. Casa de Fundação de Iguape e Porto Grande de Iguape. Morros da Espia (Iguape) e São João (Cananéia). Ilha do Bom Abrigo.
Morro da Espia: abundância de águas doces que abastecem a cidade de Iguape.	Lavagem da imagem do Bom Jesus, achada na praia na Juréia no século XVII. Ponto de peregrinação.	Morro da Espia e construção que abriga a pedra onde foi lavada a imagem. Festa do Bom Jesus de Iguape.
Mar Pequeno – braço de mar	Navegação cabotagem	Mar Pequeno e Ilha

abrigado entre a Ilha Comprida e o continente.		Comprida. Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, Cananéia.
Manguezais mantêm estoque pesqueiro no lagamar.	Pesca artesanal. Vilas de pescadores artesanais, vilas caiçaras. Contemporaneamente criação de ostras em reserva extrativista.	Patrimônio imaterial: modos de vida, culinária, fazeres, conhecimentos da pesca e da navegação, celebrações, expressões. Reserva extrativista de Mandira.
Terrenos planos, sedimentares, recortados por inúmeros canais, parcialmente encharcados.	Monocultura comercial do arroz, grandes fazendas e engenhos.	Ruínas de engenhos de pedra e cal reconhecidos como sítios arqueológicos.
Rio Ribeira de Iguape: grande coletor regional atravessando o território.	Navegação por canoas e auge da navegação a vapor nos séculos XIX e XX.	Porto fluvial da Ribeira, Porto de Jipuvura, barra do Ribeira, meandros e lagoas marginais, ilhas fluviais junto à barra. Valo Grande. Farol de Icapara.
Vegetação nativa: jundu e Mata de Restinga. Depósitos de aluviões carregados pelos rios e depositados nas margens.	Matéria prima para artesanato caiçara.	Modos de fazer caiçara: cerâmica, gamelas, violas, rabecas, canoas, pilões, cestaria de cipós e fibras, esteiras.

Realizada a caracterização das três unidades, fez-se a proposição de uma cartografia da paisagem cultural do vale a partir da definição dos recortes territoriais. O princípio foi utilizar uma porção do território que representasse os processos históricos dos grupos sociais com a apropriação da natureza. A adoção deste critério foi justificada pela preocupação com a operacionalidade de uma gestão eficaz do território protegido, pois uma extensão muito ampla poderia comprometer o objetivo maior da proteção do patrimônio.

Foi adotado o Rio Ribeira de Iguape como o “elemento de conexão”, e a idéia de uma paisagem linear ou “paisagem-corredor”, ao longo do eixo principal de comunicação e transporte.

Neste sentido o limite da paisagem cultural inicia junto ao marco zero do rio, seu ponto de entrada em território paulista e termina junto a sua foz, no oceano, acompanhando uma faixa de dois quilômetros de cada lado da margem. A definição desta faixa procurou incorporar as cumeadas dos morros e serras que delimitam as vertentes que formam a feição do vale, propriamente dito, que conformam o que se pode dizer de uma paisagem

fluvial. Nos seus trechos em que a planície se abre e forma-se uma várzea ampla e baixa, não havendo encostas próximas a definir o vale, o limite de dois quilômetros buscou incluir aquelas feições articuladas a sua dinâmica milenar e que contam a sua história, ou seja, as lagoas marginais e antigos meandros do rio. Além disso, tendo em vista a funcionalidade, inteligibilidade e a possibilidade de leitura articulada da paisagem, sugere-se ampliar a faixa de proteção dos dois quilômetros para os trechos de margem do Rio Ribeira de Iguape que se encontram no Estado do Paraná, prevendo-se ações de articulação entre as duas Superintendências dos estados, na continuidade de elaboração do plano de gestão da paisagem cultural.¹⁶²

Foram elaborados mapas temáticos com o cruzamento das informações levantadas que levou ao mapa síntese, com a delimitação do perímetro da Paisagem Cultural. O dossiê é finalizado com a indicação de um conjunto de diretrizes para a preservação da paisagem do Vale do Ribeira, com especial atenção a condutas que visem à proteção do Rio Ribeira de Iguape, das unidades de conservação e áreas naturais protegidas, dos sítios arqueológicos, das áreas das populações tradicionais, das paisagens de valor cênico e histórico, dos sítios arqueológicos, das edificações relevantes à memória coletiva localizadas nos perímetro de proteção, além de cuidados com o uso e ocupação do solo, ressaltando a necessidade de avaliação por parte do Iphan dos projetos de mineração, de complexos industriais e turísticos que possam interferir na paisagem

3.5 O patrimônio dos imigrantes: da “excepcionalidade” à paisagem cultural

A escolha dos bens imóveis construídos pelos japoneses e seus descendentes no Brasil que se tornaram patrimônios nacionais, ocorreu em dois momentos e a partir de duas perspectivas institucionais distintas: o referido Casarão do Chá dentro da ótica de bem isolado com excepcional valor, e duas décadas mais tarde, o conjunto de bens no Vale do Ribeira, estudado pelo viés da paisagem cultural, dentro de uma proposta multidisciplinar.

Durante o primeiro período, a chamada “fase heróica” entre 1937 a 1967, os tombamentos realizados pelo Sphan eram norteados pelo sentido da excepcionalidade de bens de interesse público, dado pelo Decreto-Lei nº25 em seu artigo 1º. Os bens tombados nesta fase foram essencialmente as edificações grandiosas construídas durante o Brasil Colônia na costa brasileira, marcadas por referências portuguesas; e também os exemplares do chamado “barroco mineiro”, que eram a grande representação da brasilidade desejada pelo Estado Novo.

O Casarão do Chá foi reconhecido como patrimônio nacional em uma conjuntura institucional distinta dos tempos iniciais, após a fusão do Sphan junto ao CNRC, com a

¹⁶² Ibidem, p.122

perspectiva da “referência cultural” estabelecida através de ações realizadas sob a coordenação de Aloísio Magalhães. Apesar de a proteção federal ter-se tornado possível a partir da ampliação da noção de cultura e patrimônio, recorreu-se ao caráter de excepcionalidade arquitetônica como valor patrimonial. Todas as justificativas em favor do seu tombamento utilizam o termo “excepcional” para se referir ao valor do monumento, como pôde se observar nos documentos escritos pelo diretor regional da SPHAN em São Paulo, Antonio Luiz Dias de Andrade, pela Coordenadora do Setor de Tombamento da DTC/SPHAN, Dora Alcântara, pelo diretor da DTC/SPHAN, Augusto C. da Silva Telles e pelo conselheiro da SPHAN, Eduardo Kneese de Mello contidos no Processo 1.124-T-84.

Mesmo se tratando de uma edificação de uso fabril, é a “monumentalidade” e as características “excepcionais” de sua arquitetura que a difere de outros bens, também construídos por imigrantes. A informação técnica redigida por Dora Alcântara, já citada anteriormente, faz menção em 1985 a uma pesquisa sobre edificações nipo-brasileiras que vinha sendo realizada no Vale do Ribeira. Entretanto, não houve nenhuma manifestação de interesse pelos referidos imóveis, documentada no processo. Também não foram localizadas informações da década de 1980 sobre solicitações por parte da SPHAN ao Condephaat, de outros estudos de tombamento de bens, também ligados à imigração japonesa, mas com outras características, como os galpões e o engenho da KKKK (tombado pelo Iphan somente em 2010) e o Cemitério Japonês de Álvares Machado.

Vinte e cinco anos separam os dois tombamentos. É um tempo relativamente curto, mas com mudanças expressivas para o Brasil. Deve-se reconhecer a grande importância do Decreto-Lei nº 25 pela proteção de diversos bens, ainda que restritos a determinados grupos e territórios, que estariam hoje desaparecidos não fosse a eficácia dos tombamentos. Assim como a criação de uma instituição voltada para a preservação da memória do país, e de uma cultura de preservação no país. No entanto, também se deve reconhecer a imensa relevância dos movimentos sociais ocorridos durante e após os anos seguidos ao golpe militar, que por caminhos longos e difíceis, possibilitaram um país com uma nova perspectiva. Novas perspectivas e percepções surgiram também sobre o olhar institucional do patrimônio, que aos poucos, passou a reconhecer outras matrizes de formação Brasil, antes centradas na herança portuguesa dos colonizadores.

O reconhecimento dos bens culturais do Vale do Rio Ribeira de Iguape ocorre dentro de uma perspectiva particular para o Iphan em vários aspectos:

- o patrimônio foi compreendido a partir do conceito da paisagem cultural, considerando os modos de vida e os valores simbólicos das diversas comunidades que formaram os lugares ao longo do tempo;

- a escolha dos objetos a serem protegidos foi realizada a partir de participação popular através de reuniões e oficinas;

- foram utilizados de maneira integrada os instrumentos legais do *tombamento*, para os imóveis dos imigrantes japoneses e as primeiras mudas de chá, do *registro*, para a Cerimônia do Toroo Nagashi (em processo); e da *chancela de paisagem cultural brasileira* como forma de reconhecer o valor paisagístico da região e propor um plano de gestão para sua preservação;

- os documentos que subsidiam os processos (de tombamento e registro) foram elaborados de maneira multidisciplinar, a partir do trabalho dos técnicos da superintendência do Iphan com várias áreas de formação.

Deve-se destacar a coesão das ações encaminhadas pelo Iphan de São Paulo, e sua importância para a efetivação de políticas públicas, que buscaram contemplar todos os grupos que formam a região do Vale do Ribeira. Os imigrantes japoneses e seus descendentes, diante da possibilidade de serem os autores de suas histórias e de evocar valores para a escolha dos bens a serem tombados, puderam exercer o direito à memória em um sentido amplo e de maneira autêntica. A memória, que segundo Maurice Halbwachs, deve ser apoiada na história vivida e não na história aprendida. Por história, o autor entende como “tudo o que faz com que um período se distinga dos outros, do qual os livros e as narrativas em geral nos apresentam apenas um quadro muito esquemático e incompleto”¹⁶³

¹⁶³ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo (SP): Centauro, 2011, p.79

● CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração em geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos.¹⁶⁴

Quando ainda em projeto, a estrutura da investigação proposta pela presente pesquisa, acerca da preservação dos bens edificados por imigrantes japoneses, reconhecidos como patrimônio brasileiro, foi baseada na premissa das diferenças culturais entre o Oriente e o Ocidente.

As informações publicadas em textos teóricos e proferidas em conferências sobre a preservação do patrimônio japonês sugerem que, devido à impermanência dos materiais originais, nas obras de restauro, realizadas no Japão, prioriza-se o modo de fazer, em detrimento da matéria original. O que levaria à prática de reconstrução dos monumentos, a cada período, previamente estabelecido. E, portanto, diferia enormemente da maneira ocidental de se salvaguardar um bem.

Entretanto, com a realização da revisão bibliográfica acerca do nacionalismo e movimentos migratórios que induziram a vinda dos imigrantes japoneses ao Brasil, foi revelado um ponto importante para se pensar as questões propostas no projeto inicial, referentes ao surgimento dos estados nacionais mundo afora. Nesse contexto, certos aspectos da cultura dos países, acabaram se diluindo. As “comunidades imaginadas” e almejadas passaram a ser regidas por princípios semelhantes, e com a criação de nações, surgiu o interesse pela criação de patrimônios nacionais.

Patrimônio como heranças que legitimavam a idéia de nação levou a práticas semelhantes em diversos países, como a implementação de uma política de estado, o que ocorreu tanto no Japão como no Brasil. Ambos utilizaram de certa forma, de mitos de origem para a construção do patrimônio – o Japão com os objetos e os lugares sagrados que reiteravam a divindade do imperador, e o Sphan no Brasil, que sacralizou o barroco e imprimiu nele, a gênese da arte brasileira. Ambos tiveram arquitetos modernos fazendo referências às “tradições” de seus países – Kenzo Tange, no Japão, reverenciou a arquitetura tradicional japonesa na produção de projetos e livros, assim como Lúcio Costa fez no Brasil. Ambos se inspiraram em modelos de

¹⁶⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança dos velhos**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010, p.90.

nações ocidentais quanto à criação de leis para tornar o patrimônio autêntico. Ambos utilizaram as teorias européias de restauro como princípio norteador de preservação de seus patrimônios edificados.

Embora a constituição do patrimônio no Japão não tenha relação direta aos processos de tombamento da arquitetura dos imigrantes japoneses, que era o foco principal da pesquisa, julgou-se conveniente discorrer brevemente sobre a legislação e as práticas de preservação japonesas para reiterar seu sentido como instrumento relacionado às políticas de estado, tal e qual ocorrem no Brasil. E também para esclarecer que a desmontagem completa dos monumentos, seguida da total reconstrução não é usual no Japão. É um ritual, que hoje ocorre apenas no Grande Santuário de Ise, um dos lugares sagrados escolhidos pelo moderno governo japonês para representar a divindade do imperador. Não se trata, portanto, de um procedimento de restauro, como alguns estudiosos do mundo ocidental afirmam. Desmontagens e refeições podem ser indicadas para a conservação do patrimônio arquitetônico japonês, mas todos os esforços são realizados no sentido de preservar e reutilizar os materiais originais.

Relação direta existe entre os nacionalismos, da Era Meiji e do Estado Novo, revelados como o fio que conduz ao objeto de estudo, os bens ligados à imigração japonesa, tombados pelo Iphan. Em uma das pontas, a Restauração Meiji e sua política de emigração que transportou milhares de japoneses para as terras brasileiras. E na outra, o Governo de Vargas, que criou as bases da política de preservação no Brasil e instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pôs em prática verdadeira perseguição aos inimigos de guerra, os “súditos do Eixo”, principalmente aos japoneses e seus descendentes que viviam no país. Logo, aos bens produzidos pelos imigrantes japoneses jamais foram concedidos o título de patrimônio nacional durante o primeiro momento do Sphan, a chamada “fase heróica”, na qual se construiu ícones dignos de valorização, como os exemplares do barroco mineiro e a arquitetura luso-brasileira.

O reconhecimento da arquitetura dos imigrantes japoneses como patrimônio nacional, só foi possível após mudanças ocorridas na sociedade e nas políticas públicas para a área da cultura. É neste ponto em que se inseriu a análise, através de discursos e práticas dentro da Sphan, e posteriormente no Iphan. Foi estudado o tombamento do Casarão do Chá¹⁶⁵, dentro de um cenário de abertura das noções de patrimônio com a inclusão de novos referenciais estéticos e históricos, mas ainda recorrendo à concepção de valor excepcional do monumento, em consonância com o Decreto-Lei nº25 de 1937. E por fim, o processo de reconhecimento do

¹⁶⁵ Segundo notícia publicada no Jornal São Paulo Shimbun em 04/12/2012, o bem encontrava-se em fase final de obras e a Associação de Preservação do Casarão do Chá, tinha o interesse em abri-lo ao público com a maior brevidade. Disponível em: http://www.saopauloshimbun.com/site_br.php/conteudo/show/id/3014/menu/33/cat/115. Último acesso em: 01 de fevereiro de 2013, 19:06:00

patrimônio no Vale do Ribeira, através de um método participativo, onde a comunidade pôde escolher os bens a serem tombados. Apesar da proposição de proteção dos bens, o vale foi tratado institucionalmente como “paisagem cultural”, a partir de uma abordagem contemporânea e sistêmica para as questões do patrimônio, com respeito aos ambientes naturais e construídos e às dimensões material e imaterial de todas as populações que vivem ou viveram na região.

Ao futuro, caberá avaliar o resultado da gestão territorial proposta para o Vale do Ribeira, após o distanciamento de tempo necessário. Ao presente, cabe reiterar a importância de políticas públicas efetivas, que visem ampliar o reconhecimento da memória dos diversos grupos e das várias etnias que formam a paisagem da nação brasileira.

● FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVOS DO IPHAN:

- Arquivo Noronha Santos (Rio de Janeiro): **O casarão do Chá** – processo 1.124-T-84
- Arquivo Aloísio Magalhães (Brasília): **Bens culturais da imigração japonesa no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo** – processo nº 1.565-T-08.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Vicente Unzer. **Condições de vida do pequeno agricultor no município de Registro**. São Paulo (SP): Comissão Nacional do Bem-Estar Social / Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1953.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas** – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2011.

ANDRADE, Mario. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: Marta Rosseti Batista (org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 30, p.270-287, 2002.

BALDUS, Herbert & WILLEMS, Emílio. **Casas e túmulos de japoneses no Vale da Ribeira de Iguape**. In: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, Ano VII, vol. LXXVII (junho-julho,1941). pp.121-136.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Plantadores do futuro: japoneses em São Paulo na primeira metade do século XX. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 73-87, 2008.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoe; KONTA, Ryohei. *Vivendo no Brasil – características da população de origem japonesa*. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, pp.55-71, 2008.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança dos velhos**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia (SP): Ateliê, 2005.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo (SP): Perspectiva, 2008.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.** In: Revista do Patrimônio, n. 23, 1994, p. 94-115.

CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo.** São Paulo (SP): Primus Comunicação, 1995.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A biotipia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e TAKEUCHI, Marcia Yumi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória.** São Paulo (SP): Edusp, pp.63-96, 2010.

CARVALHO, Maria de Lourdes Rodrigues de. Museus no Japão. In: **Anais do Museu Histórico Nacional.** Volume XXII. Ministério da Cultura e Educação, 1971. Disponível em:

<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=museus%20no%20japao>

Último acesso em 30 de janeiro de 2013. 15:59:00

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo (SP): Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os Arquitetos da Memória.** Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 2009.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, nº 1, p.31-39, 1937.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra – a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial.** São Paulo (SP): Geração Editorial, 2002.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Paisagem. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano & BENCHETRIT, Sarah Fassa (orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação da cultura material.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp. 88-100, 2008.

DEZEM, Rogério. Um exemplo singular de política emigratória: subsídios para compreender o processo de formação dos núcleos Ijûchi de colonização japonesa no Estado de São Paulo. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo. **Cem anos da imigração japonesa – história, memória e arte.** São Paulo (SP): Unesp, pp.151-166, 2008.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo (SP): Edusp, 2006.

_____. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da Vida Privada.** Volume 4. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, pp. 56-76, 2003.

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.24. Brasília (DF): IPHAN, pp.153-163, 1996.

FUJITANI, T. **Splendid Monarchy – Power and Pageantry in Modern Japan**. Bekerly/ Los Angeles / London: University of California Press, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, Memória e Ideologias: O problema dos patrimônios culturais**. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2163>

Último acesso em 30 de janeiro de 2013, 16:03:00

GONÇALVES, Rogério Bessa. O sincretismo de culturas sob a ótica da arquitetura vernácula do imigrante japonês na cidade de Registro, São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. vol.16, nº1, São Paulo, pp. 11-46, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000100002&script=sci_arttext

Último acesso em 17 de janeiro de 2013, 22:47:00.

_____. Imigração Japonesa no Vale do Ribeira em São Paulo. In: WEISSHEIMER, Maria Regina (org.). **Edições Técnicas sobre Patrimônio Material**. n.1. Brasília (DF): IPHAN, pp.11-55, 2012.

_____. **Arquitetura dos Imigrantes Japoneses em Registro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo (SP), 2003

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo (SP): Centauro, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2006.

HANDA, Tomoo. **O Imigrante Japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo (SP): T. A. Queiroz – Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>

Último acesso em 17 de janeiro de 2013, 20:10:30

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1982.

_____. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2002.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2008.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914 -1991**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010.

_____. **Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2011.

INABA, Nobuko. Aunthenticity and heritage concepets: tangible and intangible – discussions in Japan. In: **Conserving the authentic** – essays in honour of Jukka Jokilehto. ICCROM Conservation Sudies 3. Rome (Italy): 2009. Disponível em:

http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_IC310_JukkaFestchrift_en.pdf

Último acesso em 15 de janeiro de 2013, 13:53:05.

_____. The Ise Shire and the Gion Festival – case studies on the values and authenticity of Japanese intangible living religious heritage. In: **Conservation of Living Religious Heritage**. ICCROM Conservation Sudies 3. Rome (Italy): 2005. Disponível em:

http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_IC303_ReligiousHeritage_en.pdf

Último acesso em 17 de janeiro de 2013, 20:09:00

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê de Tombamento dos Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira**. São Paulo: Iphan/São Paulo, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê da Celebração do Tooro Nagashi**. São Paulo: Iphan/São Paulo, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira**. São Paulo: Iphan/São Paulo, 2009.

ITO, Nobuo. **Protecting Cultural Property Buildings and Saving Forest Resources**. Disponível em: <http://www.icomos.org/iwgc/15/ito.pdf>. Último acesso em 17 de janeiro de 2013, 20:05:00

JAPAN - **Law for the Protection of Cultural Properties**. Disponível em:

<http://www.tobunken.go.jp/~kokusen/ENGLISH/DATA/Htmlfg/japan/japan01.htm>

[1](#)

Último acesso em: 30 de janeiro de 2013, 16:04:00

KIMURA, Rosangela. **Políticas restritivas aos japoneses no Estado do Paraná 1930-1950: de cores proibidas ao perigo amarelo**. Dissertação de mestrado, UEM, Maringá (PR), 2006.

KISHIDA, Hideto. **Japanese Architecture**. Japan: Board of Tourist Industry Japanese Government Railways, 1936.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, pp.17-29, 2008.

KOOLHAAS, Rem; OBRIST, Hans Ulrich. **Project Japan Metabolism Talks...** Cologne: Taschen, 2011.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Unidade conceitual e metodológica no restauro hoje. In: CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de; GRANATO, Marcus; BEZERRA, Rafael Zamorano e BENCHETRIT, Sarah Fassa (orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação da cultura material**. Rio de Janeiro (RJ): Museu Histórico Nacional, pp. 75-86, 2008.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142010000200008&script=sci_arttext

Último acesso em 17 de janeiro de 2013, 20:02:00

KUNIYOSHI, Celina e PIRES, Walter. **Casarão do Chá – Mogi das Cruzes**. São Paulo (SP): Condephaat, 1984.

KUNIYOSHI, Celina. Fraturas e recomposições: o prazer de ser japonês e brasileiro no ocidente e no oriente. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e TAKEUCHI, Marcia Yumi (orgs.). **Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo (SP): Edusp, pp.433-462, 2010.

_____. **Projeto de uma Exposição: Arquitetura do Imigrante Japonês em São Paulo**. Memória da dissertação de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/ Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, São Paulo (SP), 1985.

KUROSAWA, Akira. **Relato autobiográfico**. São Paulo (SP): Estação Liberdade, 1990.

LARSEN, Knut Einar. A note on the authenticity of historic timber buildings with particular reference to Japan. In: **ICOMOS. Occasional Papers for the World Heritage Convention**. December 1992. Disponível em:

<http://www.international.icomos.org/publications/larsen-authenticity.pdf>

Último acesso em: 16 de outubro de 2012, 16:15:56.

LE GOFF, Jacques. **A nova história**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2005.

_____. **História e Memória**. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2005.

LODY, Raul (org.). **O Japão de Pierre Verger**. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional; Salvador (BA): Fundação Pierre Verger, 2008.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 20, p. 40-44, 1984.

_____. **E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAYUMI, Lia. **Monumento e autenticidade**. A preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e no Japão. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), USP, São Paulo (SP), 1999.

MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Materialidade e Imaterialidade Criadoras: O Global, o Nacional e o Local na Construção do Patrimônio Cultural - O Bairro do Recife como Caso.** Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: Yázigi, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002, pp. 29-64.

MIDORIKAWA, Jorge T. **As colônias japonesas na zona do Ribeira de Iguape.** Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1928.

MORI, K. The emperor of Japan: a historical study in religious symbolism. In: **Japanese Journal of Religious Studies.** ano 6, n. 04, 1979, p. 522-565. Disponível em: <http://nirc.nanzan-u.ac.jp/nfile/2197> Último acesso em: 15 de janeiro de 2013, 13:50:20

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, nº 22, p.108-122, 1987.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** São Paulo: Publifolha, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>. Último acesso em: 28 de setembro de 2012, 10:52:05

NAKAGAWA, Hisayasu. **Introdução à cultura japonesa** – ensaio de antropologia recíproca. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2008.

NASCIMENTO, Flávia Brito; SCIFONI, Simone. **A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP.** Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n10/03.pdf> Último acesso em 17 de janeiro de 2013, 20:00:00

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentidos** – Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

NISHI, Kazuo; HOZUMI, Kazuo. **What is Japanese architecture?** A survey of traditional Japanese architecture. Tokyo: Kodansha, 1996.

OMENA, Luciane Munhoz de; SILVA, Altino Silveira. **O Estado Meiji e a religião shintô.** Disponível em: http://www.pucsp.br/revistanures/revista9/nures9_omena.pdf Último acesso em 15 de janeiro de 2013, 13:46:30.

PEABIRU, **Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural no Vale do Ribeira do Iguape.** São Paulo (SP): IPHAN, 2008.

PEREIRA, João Baptista Borges. **Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia.** In: Estudos Avançados, vol.8, nº 22, São Paulo (SP): USP, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000300029&script=sci_arttext Último acesso em: 30 de junho de 2012, 15:25:00

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins; OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil – censo demográfico 1920/2000. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, pp.33-53, 2008.

PETRONE, Pasquale. **A Baixada do Ribeira**: estudo de geografia humana. Boletim nº 283. Geografia nº 14. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras /USP, 1966

PINHEIRO, Paulo Sérgio [et al.]. **Historia Geral da Civilização Brasileira Volume 9: O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro (RJ), vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro (RJ), vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43

_____. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo (SP): Estação Liberdade, 2009.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan / Copedoc, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua gênese e sua essência**. Goiânia (GO): Editora do UFG, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo: um Auto-retrato**. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit3.htm>. Último acesso em: 24 de agosto de 2012, 11:17:35.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil**. São Paulo (SP): Editora Sociologia e Política, 1961.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo, pp .201-238, 2000.

_____. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Dos passageiros do Kasato Maru aos aviões da Varig – quem eram os imigrantes? In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, pp.121-135, 2008.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade monumento à cidade documento: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador (BA), 1995.

SANTOS, Mariza Veloso Mota. **O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil – 1920-1970**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Faculdade de Antropologia, Universidade de Brasília, 1992.

_____. Nasce a Academia SPHAN. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.24. Brasília: IPHAN, pp.77-95, 1996.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação no século XIX**. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Setor de Ciências, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2006. Disponível em:

http://www.artes.ufpr.br/publicacoes/consuelo/tese_consuelo.pdf

Último acesso em 02 de fevereiro de 2013, 16:59:00.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010.

_____. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). **História da vida privada no Brasil**. Volume 4. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010.

SCHPUN, Mônica Raisa. Imigração japonesa no Brasil. Riquezas de uma presença secular. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, pp.137-149, 2008.

SCOTT, Geoffrey R. **The cultural property laws of Japan: social, policital, and legal influences**. Pacific Rim Law & Policy Journal Association, 2003. Disponível em:

<http://digital.law.washington.edu/dspace-law/bitstream/handle/1773.1/728/12PacRimLPolyJ315.pdf?sequence=1>

Último acesso em 30 de janeiro de 2013, 16:06:00

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (SPHAN). *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil: uma trajetória*. Brasília: Mec/Sphan/Pró-Memória, 1980. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13129&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

Último acesso em 11 de janeiro de 2013, 17:31:30

SEGAWA, Hugo; FANUCCI, Francisco P; FERRAZ, Marcelo Carvalho. **O conjunto KKKK**. São Paulo: Takano Editora, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil**. Revista USP, São Paulo, 53: 117-148, mar./abr./mai. 2002. Disponível em:

<http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>

Último acesso em 15 de janeiro de 2013, 22:42:42.

_____. *Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão*. Disponível em:

<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm>

Último acesso em 15 de janeiro de 2013, 22:45:00.

SILVA, Fernando Fernandes. Mario e o Patrimônio, um Anteprojeto ainda atual. In: Marta Rosseti Batista (org.) **Mario de Andrade**, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, n.30, p.129-137, 2002.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses: a saga do povo do sol nascente**. São Paulo (SP): Companhia Editora Nacional: Lazuli, 2007.

_____. O Império do Sol Nascente no Brasil: Entre a idealização e a realidade. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e TAKEUCHI, Marcia Yumi (orgs). **Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória**. São Paulo (SP): Edusp, pp.25-62, 2010.

TANGE, Kenzo; KAWAZOE, Noburu. **Ise – Prototype of Japanese Architecture**. Cambridge, Massachussets: The M.I.T. Press, 1965.

TANIZAKI, Junichiro. **Em louvor da sombra**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2007.

VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. **Restauração**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2000.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2005.

WILLEMS, Emílio. **Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo**. Boletim LXXXII. Antropologia n° 3. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1948.

YAMAKI, Humberto. **Lições de arquitetura: manuais e recomendações aos imigrantes japoneses nos anos 20-30**. Londrina (PR): Edições Humanidades, 2008.

Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2006.

Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro (RJ): IPHAN, 2004.

SITES CONSULTADOS:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Último acesso em 01 de fevereiro de 2013, 17:00:00

http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf . Último acesso em 01 de fevereiro de 2013, 16:48:00.

<http://www.isejingu.or.jp/english/index.htm>. Último acesso em 20 de janeiro de 2013, 00:03:00.

http://www.bunka.go.jp/english/pdf/h21_chapter_06.pdf. Último acesso em 20 de janeiro de 2013, 00:21:00.

http://www.accu.or.jp/ich/en/pdf/c2005subreg_Jpn2.pdf. Último acesso em 20 de janeiro de 2013, 00:23:20.

http://www.saopauloshimbun.com/site_br.php/conteudo/show/id/3014/menu/33/cat/115. Último acesso em: 01 de fevereiro de 2013, 19:06:00.